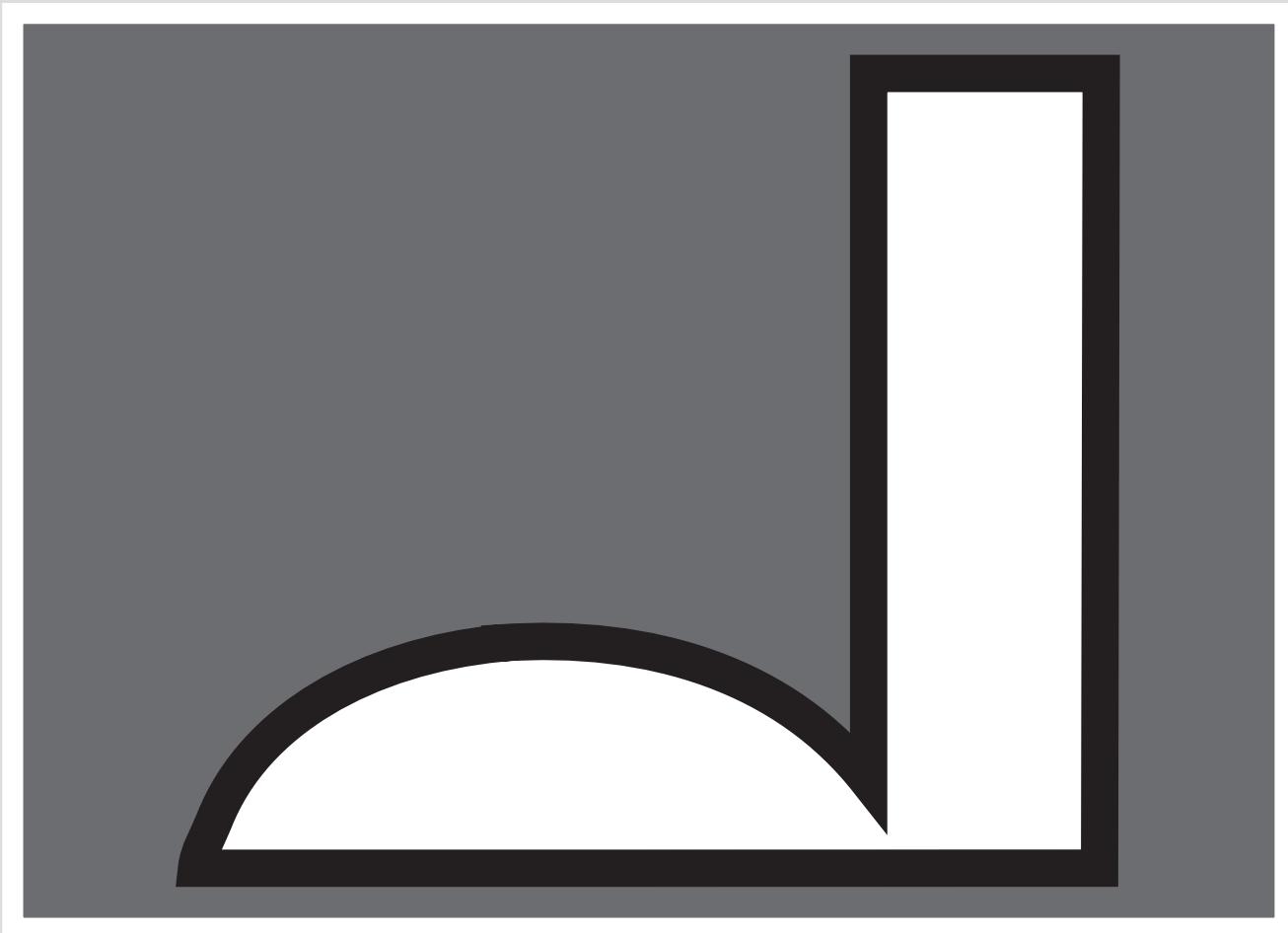




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas das Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVII – SUP. “D” AO N^º 211 – SÁBADO, 22 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE 'CplkcrF kpk - (RV-CE) ^{*,;+} 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
--	--

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (30,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44) Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (23) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (28) Anibal Diniz (26) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (29) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44) Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39) Vice-Líderes Gim (56,60,61) Benedito de Lira (57) Lídice da Mata (30,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Jayme Campos - DEM (24) Vice-Líderes Cyro Miranda (31) Flexa Ribeiro (5,33) Lúcia Vânia (32) Mário Couto (34) Paulo Bauer (7,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,35) Flexa Ribeiro (5,33) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (24) PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
---	---	---

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA			
1.1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PER- MANENTES			
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC			
Ata da 17ª Reunião, realizada em 13 de no- vembro de 2012.....	4		
		Ata da 18ª Reunião, realizada em 21 de no- vembro de 2012.....	10
		Ata da 19ª Reunião, realizada em 12 de de- zembro de 2012.....	21
		Ata da 20ª Reunião, realizada em 19 de de- zembro de 2012.....	41

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 17^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Sérgio Souza, e do Deputado Luiz Noé, membros da Comissão. Justifica ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16^a Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para “Discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do Clima em conformidade com o Plano de Trabalho da Comissão aprovado em 2012: Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia; Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação”, com a presença dos seguintes convidados: Beatriz Martins Carneiro, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; e Demétrio Florentino de Toledo Filho, Coordenador Substituto de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Boa tarde a todas as senhoras e a todos senhores aqui presentes.

Queria iniciar a reunião, saudando a sempre Senadora Serys Slhessarenko, que foi Vice-Presidente desta Casa e se encontra aqui, neste momento, e também a Thaís Narciso, que representa a *Globe Internacional*, cujo seminário desta Comissão faremos, com a apresentação do projeto de florestas da *Globe* para o Brasil, no dia 11 de dezembro. Quero agradecer a presença de toda a equipe técnica que está aqui.

Declaro aberta a 17^a Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 4/2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16^a Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta da presente reunião destina-se à audiência pública para debater Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:

1. Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia;
2. Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação.

Convido para tomarem assento à mesa a ilustríssima Sr^a Beatriz Martins Carneiro, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Dr. Demétrio Florentino de Toledo Filho, Coordenador Substituto de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Queria cumprimentar a todos os profissionais e assessores presentes, nesta tarde de hoje, a todos que nos assistem pela TV Senado e também pela TV Câmara.

Também, para iniciar os nossos trabalhos, quero passar a palavra à Dr^a Beatriz Martins Carneiro. Antes, porém, em virtude do adiantado da hora, quero, para compor o relatório final desta Comissão, que se dê como lido, para efeito de registro, um discurso que faço acerca dos Planos Setoriais em debate hoje aqui nesta Casa.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR.
DEPUTADO MÁRCIO MACÊDO**

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-presidente da CMMC; Senador Sérgio Souza, Relator da CMMC; senhores convidados, Srs e Srs. Deputados e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes e também aqueles que nos acompanham neste momento pelos órgãos de comunicação das duas casas do Congresso Nacional.

Nas últimas 2 semanas, tratamos aqui dos planos setoriais de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia – PPCDAm; do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado; do Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC; do Plano Setorial da Saúde de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSMC – Saúde); do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM e do Plano Decenal de Expansão de Energia até 2021 – PDCE.

Hoje vamos nos debruçar sobre o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia e sobre o Plano Setorial de Reduções de Emissão da Indústria (Plano Indústria).

O Plano Setorial de Redução de emissões da siderurgia visa incentivar a utilização do carvão vegetal sustentável, oriundo de florestas plantadas, para uso na siderurgia.

Com isto, pretende-se promover a redução de emissões, evitar o desmatamento de floresta nativa e incrementar a competitividade brasileira da indústria de ferro e aço no contexto da economia de baixo carbono.

Para tanto devemos trabalhar pela substituição da matéria-prima para a produção de ferro-gusa, originária de floresta nativa por floresta plantada.

Precisaremos também melhorar o processo de conversão da madeira em carvão vegetal, controlando as emissões de metano do processo de carbonização.

Esta substituição exigirá do Brasil um expressivo aumento do estoque de florestas plantadas, o que demandará crédito e fontes diversificadas de financiamento.

Dessas possíveis fontes de financiamento, quero destacar os Fundos de Investimentos em Participação Florestal (FIP-Florestais) e o BNDES, que está criando fundo florestal para múltiplos usos da madeira.

Outro parceiro importante para a execução deste plano é o SEBRAE, que poderá estimular a criação e inserção de micro e pequenas empresas na cadeia produtiva do carvão vegetal, direcionado para as grandes empresas do setor siderúrgico de forma mais sustentável.

Quero dar especial destaque à ideia, presente no plano, de fomentar os relacionamentos cooperativos

entre produtores de carvão vegetal e indústria consumidora, com a finalidade de adequar esses produtores aos requisitos de qualidade e sustentabilidade das indústrias siderúrgicas, combatendo a informalidade e melhorando a qualidade ambiental do setor como um todo.

Sobre o Plano Setorial de Reduções de Emissões da Indústria - Plano Indústria, quero dizer da importância que representa, neste momento, um compromisso da sociedade brasileira, setor público e privado, com a promoção de uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono.

Este Plano deverá preparar a indústria nacional para o novo cenário futuro, que já se desenha, em que a intensidade de emissões de gases de efeito estufa por unidade de produto será tão importante quanto a produtividade do trabalho e dos demais fatores para definir a competitividade internacional da economia.

Assim como aconteceu com a implantação dos sistemas de gestão ambiental num passado recente, precisamos fazer a transição para métodos de avaliação da melhoria da produtividade baseados em sistemas de gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa da atividade industrial.

Importante ressaltar que o Plano Indústria também adota como referência a meta de redução de emissões de processos industriais e uso de energia de 5% em relação ao cenário projetado para 2020 e que o papel desta meta deve ser, especialmente, o de estimular a melhoria da eficiência dos processos industriais e não um constrangimento ao crescimento econômico.

A continuidade do desenvolvimento competitivo do Brasil deverá ser feito de forma a nos preparar para enfrentar os desafios da Mudança Climática.

As estratégias delineadas no Plano parecem apontar nesta direção:

- Criar as condições técnicas, institucionais e financeiras para que todos os segmentos da indústria, que serão progressivamente incluídos no Plano, possam realizar a partir de seus inventários corporativos a gestão do carbono.

- Promover a difusão de equipamentos e práticas que aliem competitividade e sustentabilidade através da eficiência no uso de energia e de materiais.

- Desenvolver políticas específicas para os setores responsáveis pelos maiores volumes de emissões incluídos no Plano, que garantam sua competitividade internacional em termos de emissões de GEE por unidade de produto.

- Fomentar a inovação e a capacitação, tanto no setor público quanto no privado, requeridas para as três estratégias anteriores.

Antes de passar a palavra aos nossos ilustres convidados, quero colher a oportunidade para anunciar que tivemos hoje uma reunião de planejamento do GLOBE International, a articulação internacional de legisladores que temos a honra de participar.

A reunião aconteceu no gabinete do Senador Cícero Lucena, que coordenado o GLOBE no Brasil e serviu para fazermos o planejamento das atividades da GLOBE Brasil para o próximo ano. Oportunamente anuncaremos a data da primeira dessas atividades, que é o Workshop de Disseminação das Conclusões do "Estudo GLOBE sobre Legislação Florestal" – Capítulo Brasil.

O Estudo faz um mapeamento do marco legal existente relevante para a implementação de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e propõe opções de reforma legislativa para REDD+ baseadas em um processo de consulta pública a atores-chave do Governo, sociedade civil e setor privado.

O objetivo do workshop é reunir parlamentares, representantes do Governo e os atores entrevistados na consulta para apresentar o estudo e colher o parecer destes atores.

Os Ministérios do Meio Ambiente e de Relações Exteriores, bem como o Ministro Antônio Herman Benjamin, serão convidados a dar um posicionamento formal sobre suas preferências frente às opções de reforma legislativa levantadas pelo estudo.

Quero também anunciar que estou viajando, no dia 29 deste mês, para participar da COP 18, em Doha, no Qatar, quando também participarei de reunião da Iniciativa de Florestas dos Legisladores da GLOBE.

No evento da GLOBE no Qatar teremos Reuniões bilaterais com as quatro delegações de países da Iniciativa de Florestas (Brasil, Congo, Indonésia e México) e a GLOBE Internacional e também participaremos do 1º Fórum sobre Florestas da GLOBE Internacional. No domingo, dia 2 de dezembro, teremos o Fórum de Discussão promovido pela GLOBE em parceria com a FAO no Forest Day 6 - Governance frameworks for REDD+ (6º Dia da Floresta – Estruturas de Governança de REDD+).

A agenda da COP 18 é bem mais extensa e vou aqui dar apenas um panorama geral dos eventos que estarão acontecendo em Doha entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro próximos:

Décima oitava sessão da Conferência das Partes (COP 18);

Oitava sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Kyoto (CMP 8);

Trigésima sétima sessão do Órgão Subsidiário de Implementação;

Trigésima sétima sessão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico;

Décima sétima sessão do Grupo de Trabalho sobre Compromissos Adicionais para Partes do Anexo I do Protocolo de Kyoto;

Décima quinta sessão do Grupo de Trabalho sobre Ação Cooperativa de longo prazo no âmbito da Convenção

Primeira sessão do Grupo de Trabalho sobre a Plataforma de Durban para Ação reforçada.

Passo então a palavra aos nossos convidados para ouvirmos a explanação sobre os planos setoriais em pauta.

Muito obrigado.

Com a palavra a Drª Beatriz Martins Carneiro. Seja muito bem-vinda. Muito obrigado por aceitar o nosso convite.

A SRª BEATRIZ MARTINS CARNEIRO – Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

O MDIC coordena, então, dois Planos Setoriais: o Plano Indústria de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas e o Plano Siderurgia. Os dois estão no contexto do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, e vamos apresentá-lo mais detalhadamente, com apresentação de PowerPoint – quem irá fazê-lo é o meu colega Demétrio, especialista do tema.

O SR. DEMÉTRIO FLORENTINO DE TOLEDO

FILHO – Então, vamos começar a fazer a apresentação pela ordem cronológica inversa, falando primeiro do plano mais recente, que é o Plano Indústria e, aí, depois, do Plano Siderurgia, um dos anteriores à política nacional de mudança do clima.

O Plano Indústria surge da determinação legal da Lei nº 12.187, que institui a política nacional da mudança do clima. Ela determina, no seu art. 11, que sejam realizados planos setoriais de mitigação e adaptação de mudanças climáticas, para consolidação de uma economia de baixo carbono.

Ela arrola alguns setores que devem ser objetos desses planos: especificamente a indústria de transformação e, dentro desta, alguns setores em particular – a indústria química, papel celulose, enfim.

Então, o MDIC foi incumbido pela Presidência de coordenar a formação e a implementação desse plano. Fizemos isso a partir do segundo semestre de 2011, finalizando-o agora em junho de 2012. O plano foi submetido à consulta pública, no período de junho a agosto. Foram feitos os ajustes para a consulta pública, e ele vai ser aprovado em reunião do Comitê Interministerial.

Gostaria de explicar a filosofia do plano. O Plano Indústria procura estabelecer sinergias entre redução de emissões e competitividade industrial. A ideia fundamental do plano é instituir gestão de carbono na indústria nacional.

Acreditamos que, de fato, para se consolidar essa trajetória de baixo carbono, temos de criar uma infraestrutura, para que as indústrias tenham condições de medir suas emissões, realizar investimentos e alocar recursos para a melhoria contínua dessa característica.

Então, o Plano Indústria busca estabelecer o que se chama de Sistema de MRV, Sistema de Medição, Relato e Verificação de emissões nacional, para que consigamos ter condições de estabelecer a gestão de carbono e também os instrumentos de apoio – novos incentivos fiscais, as linhas de créditos são necessárias para fomentar o desenvolvimento de tecnologia do baixo carbono.

A ideia do Ministério, ao fazer o plano, foi de fazer um plano dinâmico. Então, o plano não se esgota num documento. Ele tem, inclusive, como uma de suas principais características a criação de uma comissão técnica, de que vou falar mais adiante, que vai ser responsável pelo detalhamento das ações do plano, pelo seu monitoramento e pela sua revisão periódica.

Então, elegemos, para o período inicial do Plano, 2012 a 2014, sete setores-chaves da economia, em termos de emissões de gases de efeito estufa, mas também de oportunidades de mitigação dessas emissões, o setor de alumínio, cal, cimento, ferro-gusa e aço, papel celulose, química e vidro, e estabelecemos uma meta referencial, conforme determinado na legislação, mas também por uma questão de planejamento e gestão do plano.

Então, estabelecemos uma meta. A partir dos dados da comunicação nacional, de 2005, exatamente as duas parcelas de emissões relativas ao uso de energia pela indústria e de processos industriais, que são, digamos, as categorias de emissões que estão na governança das indústrias, fizemos a projeção de um cenário tendencial, adotando uma metodologia semelhante ao decreto que regulamenta a Lei nº 12.187, que é uma taxa de crescimento do PIB de 5%.

Então, fizemos essa projeção linear e chegamos a um valor de emissão para 2020. A partir daí, aplicamos essa meta de redução de emissão da ordem de 5%, porque tem a ver, por exemplo, com o compromisso dos países em Kyoto, enfim. E temos uma preocupação, como é um Ministério de Indústria, de criar um horizonte que não constranja demasiadamente a possibilidade de crescimento da indústria.

Obviamente, essas metas são ajustáveis. O plano vai ser revisto a cada dois anos, à medida que melhora o conhecimento, porque também esses setores são muito complexos, o grau de informação existente

é o sistema de inventários nacionais, que agrupa as emissões por processo industrial, etc. O que pretendemos fazer a partir do plano é exatamente contemplar a realidade de cada um dos setores.

Pode passar o próximo.

Então, o plano está dividido em cinco eixos estratégicos: gestão de carbono, reciclagem e aproveitamento de coprodutos, eficiência energética, tecnologias de baixo carbono e comparabilidade internacional. Esses são os principais eixos do plano de ação do Plano.

Pode passar.

Com relação a fomentar a gestão de carbono, pretendemos promover a realização de inventários de emissão – *bottom up* – das organizações, um sistema alternativo ao que existe atualmente – *top down* –, para a indústria como um todo; desenvolver políticas meteorológicas de mensuração de emissões; criar bancos de dados e fatores de emissão para capturar as especificidades da indústria nacional; capacitar também técnicos para coleta de dados de emissão das plantas.

Próximo, por favor.

Avaliar barreiras regulatórias e propor alterações no marco regulatório e estabelecer tratamento tributário diferenciado, para permitir aumento da reciclagem e aproveitamento de coprodutos, porque o melhor aproveitamento do uso de matéria-prima é um fator importante para a redução de emissões.

Estamos sempre procurando as reduções de emissões que decorrem de ganhos de eficiência, seja no uso de energia, seja no uso de materiais. Também, é exatamente isto: criação de selos de eficiência energética para o meio de capital, implantar as ações do Plano Nacional de Eficiência Energética, promover também pesquisas de desenvolvimento em eficiência energética nos processos industriais.

Próximo, por favor.

Facilitar também o desenvolvimento e a disseminação de tecnologia do baixo carbono. O Brasil tem experiências com tecnologias específicas, por exemplo, no âmbito de energias renováveis, na produção de ferro-gusa, a partir de carvão vegetal, que é objeto do outro plano, mas é um exemplo claro de uma tecnologia de baixo carbono, que precisamos promover.

Também precisamos facilitar a transferência de tecnologia, criar facilidades para a concessão de patentes e tecnologias de baixo carbono.

Próximo, por favor.

No caso, vários setores da indústria nacional – como, por exemplo, o de cimento – são referência internacional, em termos de emissão por unidade de produto. Acho que precisamos apropriar-nos desse ativo, que é importante nas negociações internacionais, o fato de que a nossa indústria é, em vários setores de

baixo carbono, em referência internacional, e a gente precisa criar elementos para favorecer essas iniciativas.

É como falei. Criamos uma portaria interministerial do MDIC. O MMA criou essa comissão técnica do Plano Indústria, que tem representantes do Governo, de todos os setores industriais, que são diretamente relacionados, mas também de agentes financiadores, como o BNDES, do Inmetro, da sociedade civil, da academia, enfim. Então, é uma função consultiva que trabalha o monitoramento, elaborações de relatórios anuais, fundamentações das decisões técnicas, ou seja, operacionalização do plano.

Essa comissão foi instalada no último dia 30 de outubro.

Acho que agora posso passar para o Plano Siderurgia, porque este tem um detalhamento mais técnico. Parece que o tempo está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Fique à vontade para fazer a conexão que o senhor achar necessária.

O SR. DEMÉTRIO FLORENTINO DE TOLEDO FILHO – Vou começar fazendo um histórico do Plano Siderurgia, porque ele faz parte do primeiro pacote de planos que surgiram, em função dos acordos voluntários assumidos pelo Governo brasileiro, no âmbito do Acordo de Copenhague, especificamente com o objetivo de substituir, na produção do carvão vegetal, a floresta nativa pela floresta plantada, que tem um objetivo de reduzir emissões na ordem de 8 a 10 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

Na verdade, o Ministério começou a trabalhar com essa questão pouco antes. No próprio âmbito do fórum de competitividade da indústria siderúrgica, já se discutia essa questão da produção de ferro-gusa a partir de carvão vegetal, que é uma tecnologia brasileira, com uma importância muito grande no âmbito da indústria siderúrgica, porque a fase mais intensiva da produção de aço é a produção de ferro-gusa.

Aí, quando se passa a fazê-lo com carvão vegetal de origem renovável, há praticamente neutralidade de emissões nessa etapa, porque o que é emitido num processo de redução foi capturado pela floresta plantada no seu processo de crescimento.

Então, essa é uma especificidade brasileira. O Brasil é um dos poucos países no mundo que faz isso. Essa era uma rota da siderurgia até o começo do século, só que os países desenvolvidos foram esgotando os seus ativos florestais e passaram para o carvão mineral. No Brasil, como ele conservou seus ativos florestais, essa tecnologia não foi perdida, de certa forma, mas sabemos que algumas questões relacionadas à sustentabilidade, à situação trabalhista, ao baixo nível de eficiência gravimétrica do processo.

Assim, há uma série de questões que demandam uma intervenção governamental para trazer esse setor à sustentabilidade, a fim de que, de fato, ele possa ser uma alternativa de desenvolvimento do baixo carbono.

Em 2008, o Ministério contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), para realizar um amplo estudo sobre as questões relacionadas à utilização do carvão vegetal na produção de ferro-gusa. Com base nisso, foi-se formulado o Nama, esse compromisso específico que entrou no Acordo de Copenhague, também com consulta ao setor, enfim, que propõe uma redução de emissões de 8 a 10 milhões de toneladas de CO₂ até 2020.

Em 2010, então, foi feita uma articulação com diversos órgãos e chegou-se a elaborar o sumário executivo do plano, que seria, na verdade, as diretrizes principais, o diagnóstico do problema e a estratégia de atuação do Governo de que vou falar um pouco adiante.

Na mesma época, criaram-se, em 2011, alguns dos instrumentos previstos. Por exemplo, começou-se a discutir, no âmbito da ABNT, uma norma técnica específica para a produção de carvão vegetal que normatize esse processo e estabeleceu-se uma linha de crédito, no âmbito do Fundo Clima, para fornos eficientes, que têm um nível mínimo de eficiência gravimétrica de 33%.

Também houve várias iniciativas do lado do próprio setor privado, como, por exemplo, um pacto de sustentabilidade, lançado este ano pelo Instituto Aço Brasil, que busca exatamente tratar dessas questões de sustentabilidade envolvidas na cadeia produtiva. Também, neste ano de 2012, o Ministério fez várias missões e viagens para vários lugares no País, para tentar entender as alternativas tecnológicas, porque uma questão crítica é a modernização tecnológica dessa indústria. Sair de fornos de baixo nível de eficiência, chamados fornos “rabo quente” para outras estratégias de produção em maior escala, pelos quais, enfim, consiga-se aumentar a eficiência gravimétrica e reduzir também os eventuais impactos ambientais com relação a emissões de metano.

Pode passar, por favor.

Então, a estratégia de ação do Plano de Siderurgia tem dois focos. Um é a questão da sustentabilidade da matéria-prima para siderurgia carvão vegetal. Há um diagnóstico de que existe uma parcela significativa do carvão vegetal que é feita utilizando-se madeira nativa, de forma não sustentável. De fato, assim se está atacando um estoque, reduzindo o estoque de carbono. É necessário um esforço de ampliação da área de florestas plantadas para garantir a sustentabilidade dessa cadeia e, inclusive, criar mecanismos de rastreamento da origem da madeira.

Outro componente muito importante desse Plano, que, digamos, é da competência mais direta do Ministério, é a modernização do processo de produção do carvão vegetal. Aí, nós temos três frentes: uma é a criação da norma técnica específica – foi criada uma Comissão Especial da ABNT-152 para estabelecer uma norma técnica que tenha os parâmetros de sustentabilidade para a produção, com relação à eficiência, ao rastreamento e à qualidade dos produtos; estabelecimento de incentivos para troca de equipamento – na verdade, precisamos estabelecer soluções para diferentes escalas de produção; e capacitação técnica, porque, de fato, há um problema de pequenos produtores com baixo nível de capacitação técnica e, para trazer o setor para a sustentabilidade, é preciso realizar um esforço de capacitação técnica.

Então, estamos nesse processo. O trabalho dessa Comissão Especial da ABNT ainda não foi encerrado, mas, digamos, está a algumas reuniões de ser encerrado. Ela está tratando das questões da origem da madeira e do controle de metano no processo de carbonização, o que, na verdade, é uma questão tecnológica.

O que se faz com metano que é gerado? Existem algumas tecnologias que permitem o aproveitamento desse metano para, por exemplo, reduzir a umidade da madeira, o que vai garantir maior rendimento.

Chegamos a elaborar também um projeto de modernização da produção de carvão vegetal que é um pouco mais amplo. Isso ainda está em fase de pactuação, porque ele envolve um conjunto significativo de atores. É basicamente isso. A ideia desse plano é promover produção sustentável, utilizando-se na siderurgia. Ele tem vários objetivos, entre os quais ampliar o conhecimento do setor, adequar as empresas ao marco legal e realizar capacitação técnica e empresarial.

Próximo, por favor.

Então, evolução tecnológica de equipamentos, acesso a serviços financeiros e capacitar e qualificar a mão de obra.

Próximo, por favor.

Organização da cadeia de fornecedores, mudança do padrão tecnológico, capacitação de mão de obra. Ou seja, é um grande esforço, de fato, para mudar o padrão de um setor tradicional para um setor moderno de produção de biomassa, inclusive porque o foco específico é a indústria siderúrgica, mas a produção de carvão vegetal de maneira ecológica e tecnologicamente adequada favorecerá várias outras cadeias produtivas, como, por exemplo, cerâmicas vermelhas, e também reduz a pressão sobre biomas que demandam certa atenção, como, por exemplo, o Cerrado. Em algumas ações, existe a interface entre esse plano de siderurgia e o PPCerrado, por exemplo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Dr. Demétrio.

Quero passar a palavra para a Drª Beatriz Martins Carneiro.

A SRª BEATRIZ MARTINS CARNEIRO – Comentando na linha do que o Demétrio falou, nós estamos fazendo uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente para que ambos sejamos co-coordenadores desse Plano de Siderurgia. O Ministério do Meio Ambiente com foco na origem da madeira, o que a gente considera importante. Não podemos vender um aço que dizemos que é verde ou com baixa emissão de carbono se ele vem de uma madeira não sustentável, de uma madeira ilegal. Então, o Ministério do Meio Ambiente ficaria com foco na origem da madeira, e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio com foco na modernização do processo industrial.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradecendo a Drª Beatriz, eu queria fazer uma pergunta endereçada ao Dr. Demétrio.

Pelo que observei, na sua apresentação, se eu não estiver enganado, um dos pilares do Plano é a utilização do carvão vegetal sustentável como forma de diminuir e reduzir o desmatamento da mata nativa e investir nas matas plantadas como forma de diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Eu queria saber como está o estado da arte disso efetivamente, qual é a estratégia de implementação dele. Como vocês estão trabalhando com tempo, com a estratégia dos atores? Eu queria que o senhor aprofundasse isso um pouco, porque, parece-me, é um dos sustentáculos do Plano em que vocês estão trabalhando.

O SR. DEMÉTRIO FLORENTINO DE TOLEDO FILHO – O Plano de Siderurgia teve essas iniciativas de que falamos. O diagnóstico é que, de fato, pretendemos fazer a co-coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, porque a questão de florestas plantadas é muito importante no Governo brasileiro e ela demanda uma pluralidade de atores. Digamos que o Ministério da Indústria não tenha todos os instrumentos necessários para, de fato, contribuir significativamente. É lógico que temos vários instrumentos, mas precisamos de outros Ministérios, como o Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, enfim de outros atores.

Essa coordenação está sendo construída no Governo. Houve, inclusive, em 2011, se não me engano, uma proposta de Plano Nacional de Florestas Plantadas, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Essa é uma questão importante e que está em andamento.

Houve também uma série de iniciativas, como falei, em relação a linhas de crédito e ao estabelecimento de

norma técnica, para que, a partir da normatização do processo, a gente consiga, de fato, trabalhar com instituições como Sebrae, como o próprio Senar, para levar esse conhecimento, esse treinamento para diferentes produtores.

Existe também uma movimentação do próprio setor.

De fato, a questão mais sensível tem sido a questão tecnológica. Não existe uma solução que satisfaça a todas as escalas de produção. O ano de 2012 foi exatamente um período de prospecção tecnológica para tentar entender quais são as opções disponíveis. O Ministério pretende, no primeiro semestre do próximo ano, realizar um seminário nacional para exatamente mostrar essas alternativas tecnológicas e para discutir a questão tecnológica.

Também nesses últimos tempos houve uma dificuldade de se trabalhar especificamente o setor por causa da crise financeira, que atingiu muito severamente o setor produtor de gusa, que tem uma capacidade ociosa significativa. Isso torna um pouco mais, digamos, lento o tempo de ação. Mas o Ministério, durante todo esse período, vem reunindo vários elementos, tem um diagnóstico, tem um conjunto de instrumentos e deve brevemente, junto com o Ministério do Meio Ambiente, lançar um cronograma de ação mais consolidado, a partir de todas essas experiências e do conjunto de todos esses instrumentos que foram construídos ao longo desse período.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT– SE) – Agradeço, Dr. Demétrio.

Nós discutimos na semana passada os planos que foram concluídos. Esta é uma fase, e nós gostaríamos como está o estado da arte. Acho que essa parceria com o Ministério do Meio Ambiente é importante para se ter uma visão transversal do tema e poder contribuir. Isso é fundamental. Esse Plano contribuirá para que o Brasil cumpra as metas voluntárias assumidas até 2020.

Dito isso, passo a palavra à Dra Beatriz e ao Dr. Demétrio para suas considerações finais.

A SR^a BEATRIZ MARTINS CARNEIRO – O MDIC entende que esse Plano de Siderurgia é uma oportunidade de negócio, é um incentivo à competitividade da indústria nacional, porque principalmente os produtores independentes de ferro-gusa que utilizam a madeira legal realmente têm uma produção de ferro-gusa neutra em carbono. Acho que a gente tem condição de explorar isso em escala maior, mas, como o Demétrio falou, esse crescimento foi impactado com a questão da crise mundial. Hoje, temos uma indústria ociosa em 50%; por isso, nós estamos estudando uma forma de retomar o crescimento da indústria.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT– SE) – Com a palavra, o Dr. Demétrio.

O SR. DEMÉTRIO FLORENTINO DE TOLEDO FILHO – Para finalizar, só quero agradecer a oportu-

nidade e reiterar essas questões não só do Plano de Siderurgia, mas do próprio Plano Indústria. Sempre temos buscado parceria. A Comissão Técnica do Plano Indústria tem um pouco essa função de envolver todos os atores permanentemente com operacionalização do Plano, com a sua revisão, e também a Vice-Presidência da Comissão Técnica do Plano Indústria do Ministério do Meio Ambiente.

Esses planos não são do Governo; são planos da sociedade. Para que eles, de fato, sejam efetivos e conduzam ao objetivo de se consolidar as trajetórias de desenvolvimento de baixo carbono já tão presentes na sociedade brasileira eles necessitam da mobilização da sociedade como o todo: Governo, setor privado, academia, sociedade civil. Enfim, acho que é uma oportunidade estratégica para o Brasil, para transformar as suas vantagens comparativas de um país tropical, com todo esse potencial de energias renováveis, em vantagens competitivas no mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT– SE) – Nós, que fazemos parte da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, vamos analisar com muita calma a apresentação de vocês, para, ao final, no nosso relatório, podermos, conforme o papel do Parlamento, contribuir para que os Planos sejam bem sucedidos.

Antes de encerrar os trabalhos, quero agradecer imensamente a presença da Dr^a Beatriz Martins Carneiro, que é Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Dr. Demétrio Florentino de Toledo Filho, que é Coordenador-Substituto do Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Agradeço também a presença de todos os senhores e senhoras aqui neste debate.

Muito obrigado a todos e a todas.

Boa tarde.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.)

ATA DA 18^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do

Senado Federal, sob a Presidência **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Wellington Dias, Antonio Carlos Valadares, membros da Comissão. Justifica ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para acompanhar as ações relativas à mudança do clima no bioma Amazônia, em conformidade o Plano de Trabalho da Comissão aprovado em 2012, com a presença dos seguintes convidados: Paulo Moutinho, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM e Juliana Simões, Diretora do Ministério do Meio Ambiente - MMA. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A pauta desta reunião destina-se a audiência pública para debater as ações relativas à mudança do clima no bioma Amazônia.

Convidado para tomarem assento à Mesa a Srª Juliana Simões, Diretora-Substituta do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, MMA; e o Dr. Paulo Moutinho, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Para efeito de registro, quero dar como lido um discurso de abertura desta audiência pública, para

que possa constar nos Anais e no Relatório Final da nossa Comissão.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO DEPUTADO MÁRCIO MACÊDO

Srªs e Srs. Deputados e Senadores, senhoras e senhores convidados que nos honram com sua presença, senhoras e senhores que assistem a esta reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, estamos hoje reunidos para uma audiência pública que tratará do Bioma Amazônia, dando continuidade ao nosso plano de trabalho.

Com mais de quatro milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia é a maior reserva de biodiversidade do mundo e o maior bioma do Brasil.

Nele se escoa 20% do volume de água doce do mundo e se abriga mais da metade de todas as espécies vivas do Brasil.

É a maior floresta pluvial tropical do mundo, e graças a ela o Brasil é um campeão de biodiversidade, encabeçando a lista dos países megadiversos.

É também nosso bioma mais protegido, graças a fatores naturais de proteção e, na última década, graças à firme atuação do governo federal no controle das queimadas. Ainda assim, 16% de sua área já foram devastadas, o que é muito em termos absolutos.

Os principais problemas enfrentados pelo bioma amazônico são o desmatamento, as queimadas, a garimpagem, o agropastoreio e a biopirataria.

É preciso lembrar que a floresta tropical remove gás carbônico disperso na atmosfera, o que faz da Amazônia um verdadeiro resfriador atmosférico, com implicações diretas de seu desmatamento nas mudanças climáticas globais.

Na Amazônia podem ser encontradas milhares de espécies animais, vegetais e micro-organismos. Além da variedade de seres biológicos, a região conta com muitos rios, os quais formam a maior reserva de água doce de superfície disponível no mundo.

Apesar de sua riqueza de habitats e biodiversidade ainda há profundas lacunas de conhecimentos por parte do homem sobre algumas espécies existentes neste bioma, que se estima abrigar mais de trinta milhões de espécies animais, além de vegetais e micro-organismos.

Com solo arenoso e pobre, com fina camada de nutrientes que se forma a partir de folhas secas caídas, animais mortos e frutas, que se constitui de matéria orgânica em decomposição denominada húmus, quando da retirada desta cobertura vegetal acontece o processo de lavagem do solo, provocada pelas fortes chuvas que caem durante largo período, todo ano.

O bioma Amazônia é formado por 23 ecorregiões, com 51 unidades de conservação de proteção integral, 77 unidades de conservação de desenvolvimento sustentável e 259 terras indígenas. Ainda assim, considera-se este sistema de unidades de conservação insuficiente para a adequada proteção da diversidade da Amazônia.

Em maio deste ano, quando aqui realizamos uma audiência pública com a participação da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, tive oportunidade de falar das pessoas que vivem na Amazônia e da relação intrínseca que existe entre a preservação daquele bioma e o combate à pobreza de seus habitantes.

Acredito que só com a promoção do desenvolvimento sustentável será possível preservar os vastos recursos da Floresta Amazônica e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar das múltiplas culturas que ali habitam.

Para tanto, deveremos incrementar ainda mais a pesquisa científica e tecnológica, promover um maior intercâmbio de informações, cuidar da utilização racional dos recursos naturais e da preservação do patrimônio cultural, cuidar da saúde de seus habitantes, criar centros de pesquisa, estabelecer uma adequada infraestrutura de transportes e comunicações, incrementar o ecoturismo e muitas outras medidas que precisam ser implementadas.

Dizia eu naquela ocasião que vejo a Amazônia como um novo “pré-sal” dada o imenso potencial de riqueza que sua biodiversidade pode gerar, se soubermos explorá-la de forma sustentável.

Há também um potencial de ameaça para o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável se não formos criteriosos e cuidadosos na sua exploração.

Para finalizar, quero dizer que, como “pulmão do planeta”, a Amazônia é um trunfo que devemos lançar mão para obrigar os países mais desenvolvidos em torno de medidas efetivas de controle das suas emissões antrópicas.

Na próxima semana estaremos participando da 18ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, que se realizará no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, no Centro Nacional de Convenções do Qatar, na cidade de Doha.

Espero que possamos voltar deste importante evento com novos e efetivos compromissos de todos os países para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, teremos em Doha uma nova reunião do GLOBE International, a articulação mundial de parlamentares pelo desenvolvimento sustentável, oportunidade em que debateremos a Redução de

Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) nas florestas tropicais, com a participação dos países que ainda mantêm suas florestas.

Vamos agora ouvir com muita atenção nossos ilustres convidados.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Moutinho para as suas considerações.

O SR. PAULO MOUTINHO – Deputado Márcio Macêdo, obrigado pelo convite. Eu tenho um prazer grande de estar aqui nesta Comissão, em cujo início dos trabalhos o IPAM e eu, particularmente, tivemos a oportunidade de participar, contribuindo para o primeiro relatório desta Comissão Mista. Então, ela é da maior relevância, e fico contente, Deputado Macêdo, de que os trabalhos continuam. Como é mudança do clima, isso deve continuar para sempre, eu diria.

Eu tenho uma pequena apresentação para ilustrar o que eu gostaria de apresentar hoje. São algumas considerações que tenho a fazer.

O próximo, por favor.

Para iniciar esta conversa, o que tenho a dizer é que nós estamos, infelizmente – o que está no último relatório, que saiu há 3 ou 4 dias, do Banco Mundial e da ONU sobre mudança climática e as trajetórias de emissões e de futuro –, num caminho pior do que nós imaginávamos estar há alguns anos.

Hoje, grande parte – como os senhores sabem – da emissão de gases de efeito estufa provém da queima de combustível fóssil, naquele gráfico. Desculpem-me estarem em inglês algumas coisas. Mas, enfim, a queima de combustíveis fósseis, petróleo, carvão mineral e gás natural, vem aumentando o efeito estufa, que, aliás, é um fenômeno importante para a vida na Terra. O que estamos fazendo é aumentar essa camada de gases que aquecem a Terra além do que é devido. Também há uma parte dessas emissões globais que é o que está em *Land-Use Change*, que é o uso da terra e desmatamento, onde o Brasil tinha uma participação muito maior no passado do que agora, mas uma participação ainda relevante.

Continuamos a queimar mais combustível, continuamos a derrubar mais florestas, portanto, contribuindo para aumentar esse cobertor de gases que aquecem a atmosfera e a tornam mais reativa. Quer dizer, é igual panela de água no fogo, quanto mais energia, mais instabilidade no sistema, e temos algumas análises de ciência que demonstram que alguns eventos extremos já podem estar ligados a esse aquecimento.

Portanto, nós temos quase 40% a mais de gases de efeito estufa na atmosfera do que tínhamos antes da revolução industrial, e esse aumento nos leva – segundo dado que está no relatório do Banco Mundial – a um

aumento de 4 graus em média na atmosfera, que tem em média 15 graus centígrados. Pode parecer pouco, mas, para vocês terem uma ideia, a mudança ocorrida na Terra na última glaciação fala numa variação de 5 graus apenas, na média, lembrem que é a média.

Portanto, 4 graus – e não mais os 2 graus de segurança de aquecimento estabelecidos pela ONU – são aparentemente para onde estamos caminhando caso não façamos nada nos próximos 50 anos.

Próximo, por favor.

Para quem não pegou, este relatório é extremamente recente, se não me engano, tem 2 ou 3 dias de lançamento, e atenta para essa ideia de que nós estamos caminhando para um aquecimento de 4 graus acima do que foi medido antes da Revolução Industrial. Para vocês terem uma ideia de medidas desse efeito de aquecimento, o que nós temos aqui é uma parte das geleiras da Groenlândia. À esquerda, o branco é em gelo, o painel da esquerda mostra as geleiras em janeiro – há junho e julho ali –, e, em julho, à direita. Ou seja, essas geleiras estão desaparecendo, coisa que não acontecia algumas décadas atrás. Portanto, os polos estão mais quentes, e a água derretida dessas geleiras acaba contribuindo para a elevação do nível do mar.

São coisas muito óbvias, Deputado. Quer dizer, algo que você vê, não é uma medida de modelo científico, nada disso, é algo que você compara com o passado. Há um esforço da ONU e do Banco Mundial em relatar isso. Enfim, quem quiser pode fazer um *download* rapidinho. Há o resumo executivo em português também.

Próximo.

O nosso grande calcanhar de aquiles em termos de emissão de gases de efeito estufa é o desmatamento, especialmente o desmatamento da Amazônia. O que nós temos ali é o desmatamento até 2008 – não está atualizado isso –, mas o que está em vermelho é o desmatamento acumulado até 2008, no qual temos quase 70 milhões de hectares desmatados. Note, Deputado, 20 milhões estão praticamente – eu diria – abandonados. Ou seja, houve principalmente pasto nessas regiões, a produtividade caiu e se abandonou. Quase 20% desmatada ou é uma área degradada ou abandonada ou com uma produtividade agrícola ou para pecuária extremamente baixa. Portanto, é uma área que o País não aproveita ainda.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Esses dados são de onde?

O SR. PAULO MOUTINHO – Há diversas fontes nesse sentido, posso passar os artigos depois. Nós mesmos calculamos isso também.

Portanto, a grande parte das emissões brasileiras provém da queima e da derrubada da floresta amazônica, também, uma boa parte da pecuária e da agricultura na região.

Mas, em termos globais, por que precisamos reduzir o desmatamento se apenas 12% ou 13% da emissão global provém do desmatamento tropical. Quer dizer, se é uma pequena parte, por que devemos fazer um esforço tão grande? É que essa pequena parte, Deputado Macêdo, é extremamente importante para que consigamos manter a temperatura, o aquecimento abaixo dos 2 graus em relação ao período pré-industrial. Portanto, o último relatório do IPCC, que reúne mais de 3 mil cientistas no mundo, fala que é extremamente importante reduzir desmatamento – e aí o Brasil tem um papel fundamental nesse processo, porque continua sendo – apesar dos esforços de redução do desmatamento – um dos grandes emissores por derrubada de floresta, já que temos ainda índices elevados de desmatamento todo ano.

O próximo.

Volte um só. Isso.

Ao falar de redução de desmatamento na Amazônia, nós precisamos falar de economia. Não é só ambiental, não é só social, socioambiental, é preciso falar de economia. E o Brasil tem, principalmente pela queda recente na taxa de desmatamento, uma oportunidade única no mundo de produzir exemplos concretos e bem-sucedidos do que vimos chamando – e que a própria ONU vem chamando, a Convenção do Clima, que foi tema da Rio+20 – de economia de baixo carbono. Como produzir a mesma riqueza e crescer sem emitir tanto? Este, por exemplo, é o desafio dos chineses: emitir menos por produto gerado, ou fabricado. Os chineses são mestres em produzir mal as coisas. Se você faz uma mesa, o valor produzido daquela mesa dividido pelas toneladas de poluentes emitidos é muito ruim. Portanto, esse é um desafio grande. E nós temos na Amazônia a oportunidade de fazer essa economia de baixo carbono. Por quê?

Próximo.

Porque nós temos um cenário muito melhor de emissões e de perfil de emissões do que os outros países. Nós temos a faca e o queijo na mão, porque reduzir desmatamento não é tão caro quanto mudar a matriz produtiva de um país como a China, como a Índia, como os Estados Unidos, por exemplo.

Aqui nós temos os números ao lado – 5.4, 4.9 –, que são as emissões dos Estados Unidos, em 2009, e da União Europeia. O Geton ali são bilhões de toneladas de CO₂. Está bem? Toda vez em que aparece GT é gigatoneladas de CO₂, ou carbono, dependendo da medida. A maior parte provém de energia. Se es-

ses países ou essas regiões querem reduzir as suas emissões, terão que mexer na matriz energética, que é uma coisa bastante complicada. O Brasil, na questão energética, por essa opção hidráulica, está numa posição muito melhor. A emissão americana e da União Europeia é de 4,9 bilhões de toneladas, 5,4 bilhões de toneladas contra 1,8 bilhão de toneladas do Brasil, em 2005, mas a maior parte ainda nossa continua sendo a derrubada da floresta: 70% provêm de uso da terra e desmatamento, pouco mais de 50% são de desmatamento em termos de emissões. Isso nos dá uma vantagem. O que eu queria trazer, Deputado Macêdo, é que esse perfil de emissões nos dá uma vantagem comparativa bastante grande em relação a outros países.

Próximo.

E na Amazônia nós temos esse grande dilema, nós temos uma série de...

Próximo.

...usos da terra, a pecuária ainda responde por uma boa parte desse desmatamento e nós temos, numa condição, uma área enorme ainda de floresta em pé, contínua, e uma área já aberta, onde se tem a produção em parte dela.

Essa situação, independentemente de se erramos ou acertamos em abrir a Amazônia no passado, nos traz uma vantagem, não é uma desvantagem.

Próximo.

Prova disso é que o Governo brasileiro e os governos dos Estados – principalmente amazônicos – têm feito um esforço enorme de redução das emissões. Ali, o que está em verde, as barrinhas mostrando as metas que nós temos que atingir pela Política Nacional de Mudanças Climáticas aprovada pelo Congresso Nacional, e o que está em marrom são os dados de desmatamento observados pelo Inpe, através do Prodes.

Nós deixamos de jogar para a atmosfera, entre 2007 e 2011, 2 bilhões de toneladas de CO₂.

Isso são alguns Protocolos de Kyoto, que é um esforço mundial para redução de emissões. A questão toda, Deputado – eu e a Juliana já vínhamos conversando sobre isso um pouco antes –, é que nós estamos fazendo isso como relógio trabalhando de graça, isso não tem valor absolutamente nenhum no âmbito internacional, mas é de grande importância mundial, porque, reduzindo as emissões, você reduz o prejuízo, não só para os brasileiros, mas para outros países.

Próximo.

A sociedade brasileira fez uma opção, não só de desmatamento da Amazônia, mas fez uma opção também de conservação da Amazônia, são 185 milhões de hectares que compõem quase 26 bilhões de toneladas de carbono. Se vocês querem saber quantos Kyotos 26

bilhões de toneladas de carbono significam, dividam esse número por dois, vai dar o número de Protocolos de Kyoto que representam de estoque de carbono nas florestas das áreas protegidas da Amazônia.

Esse é um patrimônio e um ativo econômico, Deputado Macêdo, que nós temos que usar para o Planeta em aquecimento no futuro. Isso é precioso, mais precioso talvez do que os minerais que existem abaixo do solo, porque é ele que garante um clima não só global, mas, principalmente, um clima minimamente estável no Brasil e, especialmente, uma produção agropecuária no Centro-Oeste, porque essa área florestada é a grande emissora de nuvens para outras regiões que mantêm os regimes de chuva e que abastecem as outras regiões do Brasil, eu diria, o regador do agronegócio brasileiro. Então, todo pecuarista do Centro-Oeste ou agricultor deve olhar para a Amazônia como um grande regador. Isto, inclusive, está comprovado por diferentes trabalhos científicos: a quantidade de água que sai e que é bombeada do oceano para o continente através da floresta.

Próximo.

Esse é um patrimônio, então, bastante importante que deve ser valorizado. Há um caminho muito longo para isso ainda.

Essa é outra forma para mostrar para vocês, senhores e senhoras, o esforço brasileiro e o pouco retorno financeiro do esforço brasileiro em redução de emissões.

Por exemplo, vou me deter um pouquinho mais, porque isso é bem recente, fizemos esse cálculo recentemente. Aqui, na barra azul, nós temos a quantidade de gás carbônico que o Brasil deixou de emitir reduzindo o desmatamento na Amazônia. O.k.? Cada diferença de cor é a contribuição de cada Estado amazônico. Ali é a transição financeira em bilhões de dólares que isso gerou, que é basicamente o Fundo Amazônia, o único mecanismo de pagamento atrelado à redução do desmatamento.

Do outro lado, há a União Europeia com seu ETS, seu Esquema de Transação de Emissões entre os países da União Europeia. Eles geraram uma redução maior do que nós fizemos desde 1990, mas já transacionaram US\$411 bilhões de dólares; nós ficamos nos US\$400 milhões, talvez US\$1 bilhão, que é previsto no Fundo Amazônia. Esse tipo de figura nos traz o seguinte: para onde vamos, quer dizer, como vamos ser reconhecidos pelo esforço que a sociedade, não é o Governo brasileiro necessariamente, mas a sociedade brasileira está fazendo em redução de emissões?

Próximo.

Uma outra coisa, que é um argumento comum que se diz: "Ah, mas nós vamos manter a floresta, nin-

guém come árvore e, portanto, não temos área para produzir alimento." Vinte por cento dos 70 milhões abandonados podem ser áreas de produção. Vamos chegar lá. Mas quero quebrar um pouco o mito da ideia de que não há como conviver crescimento econômico com conservação florestal. Eu uso o Mato Grosso. As taxas de desmatamento estão em barras verdes e o crescimento do rebanho bovino e a produção de soja. Cai o desmatamento em Mato Grosso, cresce a produção de gado, de carne e de soja no Mato Grosso.

É claro que há uma série de ponderações que devem ser feitas aqui, mas quero trazer o fato de você ter como conciliar as duas coisas. Estão errados aqueles que acham que temos que abrir mão da nossa natureza, da nossa floresta, para produzir mais alimento ou riqueza para o País.

Próximo, por favor.

A grande pergunta que eu queria trazer a esta audiência, Deputado, é o que fazer com a Amazônia, então. Eu, particularmente, acho que temos muitas dúvidas do que fazer com a Amazônia, dado, por exemplo, o embate que houve entre dois lados durante a discussão do Código Florestal, em que a Amazônia foi um dos ícones. Quer dizer, precisamos criar estratégias. Existem, obviamente, várias estratégias, o Governo Federal, o governo dos Estados, esta Casa têm aprovado várias leis nesse sentido, mas é preciso definir algo um pouco mais concreto e permanente, algo de Estado e não de governo.

Próximo.

E, de uma maneira muito simples...

Próximo.

...temos que fazer isso aqui, Deputado: manter o que está em pé – temos que extinguir o desmatamento na Amazônia, seja ele legal ou ilegal, não importa, isso não importa –, e recuperar com floresta, ou com agricultura sustentável, ou com a pecuária intensiva. Ninguém precisa deixar de comer churrasco para manter floresta em pé, mas uma pecuária intensiva pode responder a isso, para que possamos fazer uma boa escolha e ter os lucros dos dois lados, da produção nas áreas já abertas e dos serviços ambientais que essa floresta presta ao País e ao mundo se nós decidirmos mantê-la em pé.

Próximo.

Portanto, acho que o grande objetivo é: a conservação florestal, o uso sustentável de florestas – não dá para colocar cerquinha em volta sem gente dentro e dizer: "Olha, alguém vai tomar conta disso." Não é isso; o comércio de serviços ambientais – esta Casa tem discutido a Política Nacional de Serviços Ambientais, de pagamentos por serviços ambientais –; e uma

economia agrícola de baixo carbono, ou agropecuária de baixo carbono.

Próximo.

Para chegar lá, temos cinco estratégias. Eu queria falar rapidamente sobre isso, sei que já estourou meu tempo para esse processo, mas nós precisamos ter incorporado infraestrutura. O PAC, por exemplo, tem impactos significativos na floresta. Nós precisamos, então, incorporar esses custos no PAC e criar mecanismos melhores de compensação. Uma legislação que age como guardião dos bens ambientais. Isso, como eu disse, são ativos econômicos para o futuro. Floresta amazônica é ativo econômico para o futuro. E quebrar um pouco essa ideia de que crescimento econômico é igual a desenvolvimento. São coisas completamente diferentes. Geralmente, para onde estamos indo, o crescimento econômico não traz desenvolvimento.

Próximo.

Para ilustrar o que venho falando... Não que não precisemos de estradas na Amazônia, para quem anda muito na Amazônia dentro de buraco – eu já fiz isso tanto de bicicleta quanto de carro –, é um inferno! Precisamos de boas estradas, mas é preciso planejar isso melhor.

Aqui é Rondônia. Quem é um pouco mais velho lembra-se do Polo Noroeste, BR-384, que liga Porto Velho a Cuiabá.

Próximo.

O que está em amarelo é desmatamento. Isso é em 2011. O que sobraram foram áreas indígenas e os parques e áreas pouco produtivas, eu diria.

Próximo.

Estratégia 2. Precisamos implementar políticas de incentivo de uso sustentável do recurso florestal. Este País tem 60% do seu território com floresta e não tem um PAC florestal, não tem políticas florestais bem montadas. Temos, obviamente, uma lei de gestão florestal, mas é preciso avançar muito. Isso é um patrimônio que não exploramos.

Próximo.

Para ilustrar isso, de onde virá a madeira do futuro? A escassez de fornecimento de madeira, especialmente devido à ação do Governo contra a ilegalidade, ficou mais difícil. Portanto, você tem uma projeção até 2030 – isso são dados do Ibama e do serviço florestal – de uma queda na oferta de madeira, que é crescente no mundo.

Próximo.

Uma maneira estratégica de fazer isso é destinar, Deputado, os 65 milhões de hectares de florestas sem destinação. São terras devolutas, terras públicas, que são alvo de grilagem, alvo de invasão, alvo de uso indevido, que, depois, alguma lei ou alguma terra le-

gal ou alguma coisa vai legalizar lá na frente. Então, é preciso que o Governo destine as áreas públicas com florestas, seja como reserva extrativista, floresta nacional, áreas de turismo, ou o que for. Há um mundo econômico a ser explorado aí, principalmente pela iniciativa privada.

Próximo.

Estratégia 3. É preciso aumentar a escala de incentivo do agronegócio sustentável e da intensificação da pecuária.

Próximo.

Para se ter uma ideia, Deputado, se nós intensificarmos ou semi-intensificarmos a produção na Amazônia de gado, de carne, para termos de uma cabeça por hectare para 1.5 cabeça por hectare, nós liberamos 40 milhões de hectares para a agricultura, áreas abertas, sejam elas abandonadas ou não. Esse é um dado do Banco Mundial. Nós temos alguns dados nesse sentido também.

Próximo.

Mas não há um reflexo no investimento. O Brasil, hoje, tem de crédito rural para a agricultura tradicional, aquela que demanda desmatamento ou que demanda práticas pouco sustentáveis, por volta de R\$70 a 100 milhões, que é o plano de investimento do Ministério da agricultura.

O Programa ABC de Agricultura de Baixo Carbono tem apenas R\$3 bilhões. Nós precisamos não inverter, mas aumentar um pouquinho do outro lado. É preciso dinheiro para fazer sustentabilidade, e o Governo precisa dar opções para isso.

Próximo.

A quarta estratégia é buscar os mecanismos de produção e gestão ambiental na pequena produção. Inclusive, o Incra é considerado o vilão do momento, por desmatamento. Mas é preciso criar incentivos. Por quê?

Próximo.

A maior parte do desmatamento amazônico, hoje, é provocada por aberturas menores que 50 hectares. Para vocês terem uma ideia, em 2012, 30% das áreas abertas, medidas no satélite, eram menores que 50%. Hoje, elas são 70%. Mudou o perfil do desmatamento.

Próximo.

Estou acabando, Deputado.

Isso é importante porque o número de estabelecimento e o número de pessoas ocupadas na pequena produção é muito grande, muito maior do que na grande produção. E 80% do alimento vem do pequeno produtor.

Próximo.

Há uma profusão de assentamentos. Nós temos um convênio atual com o Incra para fazer o primeiro modelo de assentamentos sustentáveis na Amazônia.

Próximo.

É preciso ter dinheiro também. Portanto, o Pronaf, que é o programa do governo para incentivo ao pequeno produtor é pequeno na Amazônia, precisa ser ampliado.

Próximo.

E a última estratégia é inventar um pouco do pagamento dos serviços ambientais e compensar aqueles que conservam floresta e reduzem desmatamento. É preciso construir um mecanismo econômico que reconheça o esforço daqueles que fazem ações para redução do desmatamento e conservação de florestas.

Acho que todo mundo já ouviu falar no tal do REDD. É um mecanismo que compensa. O próprio Ministério do Meio ambiente vem trabalhando numa estratégia nacional de REDD. Há uma lei nesta Casa, no Senado, que está em tramitação, e outra na Câmara, também sobre esse assunto. Portanto, é da maior importância discutir isso.

Próximo.

Compensar aqueles que reduzem desmatamento. Eu quero demonstrar, nessa sequência de eslaides, que os indígenas têm um papel importantíssimo nisso. Não vai ser pagando *royalties* para liberar áreas deles para serem inundadas para hidrelétricas que vai compensar isso. Eles têm que ser compensados por aquilo que a cultura e o modo de vida valorizam, que é a floresta em pé, que eu chamo de ativo econômico do futuro.

O que está em vermelho é o desmatamento até 2012. O que está no meio é o Parque do Xingu, entre Mato Grosso e Pará.

Próximo.

E aí o que está em 2011 é uma grande barreira ao desmatamento. Esse tem um papel fundamental na redução de emissões do País.

Próximo.

Os Estados amazônicos têm vários, e não vou entrar em detalhes.

Próximo.

Eu queria concluir, Deputado, com uma coisa difícil para os parlamentares discutirem, não a reforma política, que essa é mais fácil, mas a reforma tributária. Essa reforma tributária precisa ser uma reforma tributária verde. Para vocês terem uma ideia, de 2000 a 2009, mais de R\$500 bilhões foram dados de isenção fiscal, a maior parte dessa isenção para a indústria que polui, a indústria que desmata. Portanto, isso é uma grande fonte de recursos, se nós tivermos sustentabilidade na reforma tributária, sobre a qual o Congresso deve começar a intensificar o debate.

Próximo.

Investir em educação. Nós precisamos de um cidadão preparado para um mundo aquecido. Não é andar de sunga nem construir mais piscinas. É tomar decisões

– essas crianças terão 59 anos em 2050/2060 – porque o relatório do Banco Mundial diz que nós teremos mais 4 graus, na média, de aumento de temperatura. Então, essa educação para um clima aquecido. Lanço aqui a proposta, ao Senado e ao Congresso como um todo, de criar incentivos a um programa educacional que possa ser incorporado aos currículos das escolas e que trate do aquecimento global.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado, Dr. Paulo Moutinho.

Vou passar a palavra, agora, para a Drª Juliana Simões.

A SRª JULIANA SIMÕES – primeiramente, eu queria agradecer, em nome da Ministra Izabella, o convite para o Ministério do Meio Ambiente estar presente aqui, nesta importante audiência pública. Em especial, agradecer ao Deputado Márcio Macêdo. É uma alegria estar do seu lado, Deputado. Estivemos juntos, na época do Ibama. O senhor era Superintendente no Estado de Sergipe, e fizemos um belo trabalho lá de proteção da Caatinga. Então, é um prazer, é uma alegria estar aqui ao seu lado.

Como o Paulo Moutinho, na sua apresentação, mencionou muito bem, no Brasil, o setor que mais contribui para as emissões dos gases de efeito estufa e para o aquecimento é o de mudança de uso da terra, o desmatamento.

O Governo Federal, em 2003, tomou um importante passo, que foi a elaboração de uma estratégia conjunta para a redução do desmatamento no Brasil, que envolve 13 ministérios nessa estratégia e suas autarquias também.

Esse plano teve início em 2003. Em 2004, entrou em execução e, hoje, está na sua terceira fase. O principal resultado do Plano de Ação para Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia Legal é a redução de 77% do desmatamento relacionado ao ano de 2004, quando tivemos a segunda maior taxa de desmatamento da série histórica, que o Inpe mede desde 1988.

Então, esse é um grande resultado para o País. Não existe no mundo uma experiência como essa, com resultados tão expressivos para o País.

Pode passar, por favor.

Agora, estamos na terceira fase do Plano. Vou contextualizar um pouquinho. O Plano, em 2009, com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, passa a ser um instrumento dessa política, que tem como principal meta reduzir em 36,1 e 38,9 as emissões projetadas até 2020. O desmatamento é o maior setor que contribui para chegarmos a essa meta estabelecida pelo Governo Federal. Para isso, temos que reduzir

80% dos índices de desmatamento da Amazônia Legal, em relação a uma média de desmatamento dos últimos 10 anos, que foi de 1996 a 2005.

Próximo, por favor.

Esta é média de 19.625. Em 2011 o desmatamento foi 6.418, ou seja, em relação à média do decreto, já reduzimos 67% em relação aos 80% a que temos que chegar em 2020. Em relação a 2004, quando o Plano começou a sua execução, já reduzimos 77%.

Próximo, por favor.

Nessa sua terceira fase, o Plano permanece com seus três eixos de ação: o ordenamento territorial e fundiário; o monitoramento e controle; e fomento a atividades produtivas. Então, na ordem de investimento de R\$1,42 bilhão que o Brasil está, então, investindo para reduzir o desmatamento na Amazônia.

Próximo. Pode passar.

O eixo ordenamento territorial e fundiário é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele tem 29 ações, 11 órgãos responsáveis por essas ações e um investimento de R\$213 milhões.

Próximo.

Vou falar um pouquinho dos objetivos estratégicos desse eixo. O principal deles é promover o ordenamento fundiário das terras públicas na Amazônia; implementar os instrumentos de ordenamento territorial, visando à conservação da floresta – e aí falamos na criação de unidades de conservação, no reconhecimento das terras indígenas; realizar a gestão da malha fundiária, de acordo com as diversas categorias fundiárias na Amazônia.

Próximo.

Estas são as macroações, as principais ações desse eixo: a destinação de terras e florestas públicas federais; a implementação das unidades de conservação e terras indígenas; elaboração da topografia do vazio cartográfico na Amazônia – isso é bem importante; e apoio à elaboração dos zeros estaduais e implementação do marco zero da Amazônia.

Todo o eixo do Plano tem uma ação territorial prioritária. Então, aqui estamos apresentando as áreas prioritárias para o eixo ordenamento territorial e fundiário. Não que o Governo não vá ter uma ação em todo o bioma, mas quando falamos de um plano de prevenção e controle do desmatamento, ele tem um foco maior nas áreas em que estamos tendo uma maior pressão por desmatamento. Então, é prioritário, não quer dizer que não vamos agir em outras áreas da Amazônia, mas, prioritariamente, a parte de ordenamento territorial e fundiário é nesses Municípios que vocês estão vendo.

Próximo.

O eixo monitoramento e controle tem 71 ações, 11 órgãos responsáveis, com investimento na ordem de R\$429,9 milhões.

Vou trazer também os objetivos estratégicos do eixo monitoramento e controle. Nós precisamos dar maior celeridade aos planos de manejo e às concessões florestais. Então, este é um objetivo que buscamos atingir com esse Plano e com o eixo monitoramento: aumentar a eficácia e o controle do desmatamento. Como o Paulo falou, temos hoje, na Amazônia, uma mudança no padrão de desmatamento. Antes, tínhamos grandes desmatamentos. Em termos percentuais, eram esses que mais contribuíam para o desmatamento; hoje, isso mudou. Temos os polígonos menores que 50 hectares contribuindo, em termos percentuais, para o desmatamento. Isso exige uma ação diferenciada da fiscalização e também novos investimentos públicos para reduzir esses desmatamentos, porque eles são pulverizados em toda a região. Então, essa mudança no padrão de desmatamento reflete também numa mudança de como o Governo, nos próximos anos, vai atacar o desmatamento na Amazônia.

Para dar um exemplo, a Ministra Izabella, recentemente, anunciou a criação do Gabinete de Gestão Estratégica, em que ela, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça estarão juntos, numa ação conjunta com a Força Nacional de Segurança e Polícia Federal, nos principais *hot spots* do desmatamento, que são aquelas áreas em que o desmatamento, ao longo dos anos, se mantém latente. São seis áreas: três no Estado do Pará, uma no Estado do Mato Grosso, uma no Estado do Acre e uma no Estado do Amazonas. Nessas áreas, a Força Nacional de Segurança, a Polícia Federal e o Ibama estarão presentes 365 dias no ano. Não vão sair. São bases operativas fixas, embora também possam se movimentar na região. Com isso, esperamos, realmente, que o desmatamento nessas áreas com desmatamento mais crescente caia drasticamente no próximo período.

Reducir a impunidade administrativa e criminal, relacionada ao desmatamento, e promover responsabilização ambiental das principais cadeias produtivas relacionada ao desmatamento. Aqui, principalmente, gado e soja.

O Ibama tem feito um excelente trabalho com relação a desmobilizar o capital para esses que ainda permanecem numa relação de ilegalidade no bioma. Então, o Ibama tem apreendido cabeças de gado em áreas embargadas, ou seja, áreas que foram desmatadas ilegalmente e que estavam sendo usadas para a criação de gado. O Ibama tem apreendido esse gado, assim como nas áreas de soja tem apreendido a produção de soja. Na hora em que o sojicultor vai

colher, ele já foi embargado pelo Ibama, já foi identificado, notificado novamente que não poderia produzir naquela área embargada, onde teria que ser feita regeneração da floresta. Na hora de colher, o Ibama vai lá e apreende a soja. É uma das iniciativas para poder melhorar essa responsabilização da cadeia produtiva e punir aqueles que insistem em agir na legalidade.

Próximo.

Estas são as principais ações: ampliar as ações conjuntas de proteção em unidades de conservação e terras indígenas. Um pouquinho mais à frente, o Presidente do Ibama vai anunciar importantes ações para proteção das unidades de conservação e terras indígenas, assim como foi esse que a Ministra anunciou, do Gabinete de Gestão Ambiental Integrada, que envolve os ministros; a criação da Força Nacional; a implementação do Cadastramento Ambiental Rural. Hoje, o Cadastramento Ambiental Rural é uma prioridade do Ministério do Meio Ambiente. A Ministra não tem medido esforços para que consigamos avançar com essa importante política que já, comprovadamente, mostra que quando temos um cadastramento Ambiental Rural, aquela propriedade com perímetro todo certinho, com monitoramento da área, nós conseguimos fazer a redução do desmatamento ou, rapidamente, punir aquele que porventura tenha feito um desmatamento irregular.

É superimportante integrar os dados do Sistema de Controle do Desmatamento. A gente precisa, agora, ainda mais com o desmatamento que vem se reduzindo, separar o desmatamento legal do ilegal. A gente só vai conseguir isso quando integrar os sistemas da gestão florestal dos Estados com a União. Também estamos prevendo, no futuro, fazer essa integração via sistema nacional, que já está sendo elaborado, já está sendo construído no Ibama.

Fortalecer a operação Arco de Fogo, que é uma operação da Polícia Federal, especialmente para desbaratar o crime, as quadrilhas, esse crime organizado em volta da questão madeireira e então fortalecê-la. Continua a Operação Arco de Fogo. E a cooperação para ampliarmos a disponibilidade dos dados orbitais.

Hoje temos o Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), que tem uma resolução de 25 hectares. Com essa mudança no padrão do desmatamento, precisamos melhorar o Deter. Então esse novo plano prevê o aprimoramento do Deter, pelo qual vamos conseguir rapidamente enxergar esses desmatamentos menores do que 25 hectares e poder, numa ação conjunta de governo, responder pela redução do desmatamento.

Essas são as áreas críticas do desmatamento, onde as ações de monitoramento e controle prioritariamente serão alocadas.

É bom destacar que, como o desmatamento é dinâmico, esse é o mapa que iniciamos, mas se houver claramente um indício do Deter de que em outra área está havendo desmatamento, um vazamento, automaticamente as ações do plano serão voltadas para essa nova área, justamente para seguirmos a dinâmica do desmatamento com todo o esforço que esse eixo prevê para a sua redução.

O fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Nessa terceira fase do plano, esse é o eixo que está mais robusto, é onde pretendemos realmente fazer com que ele ganhe contornos diferentes das outras duas versões. Nas versões do plano passado, esse foi o eixo que menos teve ações realizadas concretamente. Então agora pretendemos que esse eixo ganhe mais força e que as metas estabelecidas para ele sejam cumpridas durante o prazo do plano, que é de 2012 até 2015, porque ele segue sempre o período do PPA.

Então nós temos 95 ações, são 15 órgãos responsáveis por essas ações, com o investimento da ordem de R\$789 milhões. Esse é o eixo que tem mais recursos no plano.

Os objetivos estratégicos: contribuir para a viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento.

O Paulo falou muito na sua apresentação sobre a importância de valorizarmos esse ativo florestal e incentivar atividades produtivas que mantenham essa floresta em pé, de modo que ela tenha valor também para quem está na floresta.

Fomentar as boas práticas pecuárias, incluindo a substituição do uso do fogo na Amazônia; aumentar a produção e a comercialização de madeira via manejo florestal sustentável; e promover a adequação ambiental das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária e de agricultura familiar.

É importante destacar uma iniciativa do Incra, que é a elaboração de um plano de prevenção e controle dos desmatamentos para os assentamentos da Amazônia. É uma iniciativa importante cujo resultado esperamos ver nos próximos anos.

E gerar ciência, tecnologia e inovação para a Amazônia, para chegarmos ao desenvolvimento sustentável que desejamos. Sem ciência, tecnologia e inovação não vamos avançar.

Estas são algumas ações previstas que destacamos, tais como: implantar arranjos produtivos locais, incluindo famílias residentes em unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas; beneficiar 2,5 mil famílias com a extensão pesqueira; incluir mais

120 mil famílias no Programa Bolsa Verde; promover o manejo florestal sustentável para 25 famílias; promover concessão florestal para 1 milhão de hectares de florestas públicas; apoiar a comercialização de produtos para 20 mil famílias da PGPM e os protocolos municipais de boas práticas agropecuárias, além da substituição do uso do fogo.

Esse é o território do eixo fomento às atividades produtivas sustentáveis, onde prioritariamente vamos implantar aquele conjunto de ações, além de outras mais que constam do plano.

Esses são os investimentos totais do plano. Temos aí no ordenamento territorial 213 milhões; em monitoramento e controle, 424; fomento, 789; e numa ordem total desse plano de investimento do Governo Federal, de 2012 a 2015, R\$1,4 bilhão.

Próximo.

O plano é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria Executiva do plano é do Ministério do Meio Ambiente e para cada eixo do plano contamos com Ministérios que fazem a sua coordenação: para o ordenamento, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); para monitoramento e controle, o Ibama e o Inpe; e para o fomento a atividades produtivas, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço aos dois palestrantes aqui presentes pelas belas apresentações nesta tarde acerca do bioma Amazônia.

Queria que vocês fizessem um comentário antes das considerações finais acerca de uma questão que ouvi aqui atentamente.

Tanto na apresentação do Dr. Paulo quanto na da Drª Juliana foi colocada a importância de alguns pontos. Ouvi com muita clareza que as áreas protegidas fazem parte de uma estratégia importante de preservação da floresta de pé.

Pelo que foi dito aqui, o Brasil tem uma tarefa talvez menos dolorida, menos árdua do que a de outros países, porque o nosso combate às consequências das mudanças climáticas, o eixo central da nossa atuação é na diminuição do desmatamento com uma ação mais sustentável da pecuária e da agricultura, sobretudo do agronegócio, enquanto outros países precisam mudar a sua matriz energética.

Notei que nessa estratégia há alguns eixos, como a fiscalização, a discussão sobre uma melhor relação tributária e as unidades de conservação como estratégia para manter as florestas de pé.

Gostaria que vocês falassem um pouco sobre isso e em seguida fizessem as suas considerações finais acerca do debate de hoje.

Com a palavra o Dr. Paulo.

O SR. PAULO MOUTINHO – Obrigado, Deputado.

À criação e à manutenção de unidades de conservação vamos chamar de áreas protegidas como um todo, para não permitir o viés de se considerar com ou sem gente. Aliás, áreas com gente, Deputado, são mais bem preservadas do que aquelas sem gente. Temos alguns dados, inclusive os nossos, publicados em revistas científicas que demonstram isso.

A importância da criação e manutenção de áreas protegidas na Amazônia se dá... Vou ilustrar com um dado apenas, depois passo para as minhas considerações.

A queda de desmatamento que estamos vendo na Amazônia foi iniciada em 2005 e 2006, quando o Governo Federal decidiu criar mais 25 milhões de hectares – foram 24 e alguma coisa, mas arredondamos – de áreas protegidas na Amazônia entre Resex, áreas de Flonas, enfim, uma série de áreas.

O fato de ter decidido isso explica pelo menos 30% a 35% da queda que vimos observando. Temos uma publicação nos anais da Academia Americana de Ciências, posso depois, para quem quiser, encaminhar o artigo científico que demonstra isso. E temos outras ações também. Obviamente o mercado de *commodities* internacional contribuiu muito para essa queda também. Os preços não estão tão bons, ou não estavam naquela época; agora estão subindo de novo.

Portanto é fundamental termos um olhar todo especial para áreas protegidas, porque, como eu disse, são ativos econômicos para um futuro aquecido.

E, nas minhas últimas considerações, Deputado, eu voltaria à pergunta que apresentei no eslaide, pergunta de criança que meu filho sempre faz: "Mas e aí? Se tem tudo isso, o que a gente vai fazer da Amazônia?".

E essa é uma resposta que, apesar dos esforços do Governo e de diferentes setores da sociedade brasileira, nós não apresentamos. Infelizmente, apesar do esforço do PPCDAm, nós não respondemos. E digo isso, Deputado, porque há uma série de sinais que ameaçam todas essas conquistas que nós fizemos até agora: um investimento em infraestrutura sem salvaguardas socioambientais; uma série de discussões, inclusive no Congresso Nacional, que colocam em cheque conquistas feitas em termos de preservação de territórios indígenas; o próprio modelo de produção de energia, embora sustentável do ponto de vista de emissões, também tem vários problemas. Assistimos à Belo Monte e vemos como se encaminha o processo, enfim, é preciso que o Estado brasileiro incorpore

essas várias estratégias que tanto eu quanto Juliana mostramos na sua alma. E, aparentemente, essas conquistas são ameaçadas por vários destes fatores: legislação fraca, investimento em infraestrutura sem salvaguardas e uma ausência total de um mecanismo econômico que valorize florestas sem deixar de produzir alimentos, sem deixar de produzir riquezas para o País.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Dr. Paulo.

Vamos passar a palavra para a Drª Juliana, para as suas considerações finais.

A SRª JULIANA SIMÕES – Sem dúvida a criação de unidades de conservação é uma estratégia importantíssima para conservarmos as nossas florestas, especialmente quando falamos de biodiversidade.

Com relação à queda do desmatamento, além desses 25 milhões de hectares criados pelo Governo Federal, isso também estimulou os Estados a aumentar as suas áreas protegidas. No âmbito dos Estados, também foram criados 25 milhões de unidades de conservação ao longo desse tempo. Então, ao todo, nós temos 50 milhões de hectares de unidades de conservação criadas na Amazônia. E é claro que essa medida teve um impacto na redução do desmatamento, mas não foi só isso. A fiscalização, o monitoramento, o controle, todos os avanços que tivemos nessas ações de governo também tiveram a sua importância na redução do desmatamento.

Vou discordar um pouquinho do Paulo com relação às commodities. Pena que eu não trouxe um gráfico que mostra que acompanhava o desmatamento. Havia aumento das commodities, o desmatamento acompanhava. Num determinado momento, houve a quebra dessa dinâmica: as commodities começaram a aumentar, e os desmatamentos caíram. Então despregou. Essa relação de desenvolvimento econômico e do desmatamento se desvinculou. E ficou muito claro que houve essa desvinculação em função de uma ação de governo integrada na Amazônia que nos possibilitou promover a redução do desmatamento.

Seria mais ou menos essa a conclusão que eu gostaria de deixar, porque quando o Governo realmente se prepara de forma integrada, junto com os Estados, com os Municípios e com a sociedade civil para dar uma solução, nós conseguimos. Agora precisamos permanecer nesse cenário de redução do desmatamento, que cada vez vai exigir um esforço maior do Governo. Esse é o maior desafio para os próximos anos.

Ainda precisamos criar unidades de conservação na Amazônia, há espaço para tanto, mas agora precisamos implementar esses 50 milhões de hectares de unidades de conservação que foram criadas na Ama-

zônia, para não perdermos todo o esforço de criação dessas áreas tanto pelo Governo Federal quanto pelos Governos estaduais. Esse é um dos enfoques que a terceira fase do plano traz com relação às nossas unidades de conservação.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço imensamente a participação do Dr. Paulo e da Dra Juliana. Agradeço as suas palavras generosas, Juliana, e a intervenção de vocês.

Certamente essas apresentações foram um dos pontos altos do debate desta Comissão neste ano e com certeza vão subsidiar o nosso relatório final para que esta Casa de Leis possa cumprir o seu papel de debate, de discussão, de proposição e de fiscalização do Poder Público no cumprimento das suas metas para reduzir os impactos das mudanças climáticas no Brasil e no mundo.

Então, muito obrigado a todos e uma boa tarde.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia doze de dezembro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Deputado Ricardo Tripoli, membro da Comissão. Justificam ausência os Deputados Alfredo Sirkis e Adrian. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para tratar do “Lançamento do estudo GLOBE sobre Legislação Florestal e do Debate sobre a relevância da legislação de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal - REDD+”, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012, com a presença dos seguintes convidados: Senador Cícero Lucena, Presidente da GLOBE Nacional; Senador Rodrigo Rollemberg, Vice-Presidente da GLOBE Nacional;

Embaixador André Corrêa do Lago, do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Dr. Aloísio de Melo, Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Ministério da Fazenda - MF; Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Dra. Thais Narciso, Gerente da GLOBE Internacional; e Dr. Ludovino Lopes, Consultor da GLOBE Internacional. A Presidência registra a presença e concede a palavra à ex-Senadora Serys Sliessarenko, Embaixadora da Cúpula Mundial de Legisladores. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. O Senhor Presidente esclarece que a apresentação e votação do Relatório Final desta Comissão de 2012 ocorrerão durante a próxima Reunião no dia 19 de dezembro corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta Reunião Ordinária da Comissão constaria de duas partes. Uma, para o lançamento do Estudo Globe sobre legislação florestal, o debate sobre a relevância dos marcos legais para PSA e REDD+ e a aprovação do nosso relatório. A segunda parte da reunião foi transferida para a próxima quarta-feira, para que possamos ter um tempo maior de fazer o debate sobre REDD+ e PSA.

Para iniciar os nossos trabalhos, quero convidar o Senador Cícero Lucena, 1º Secretário do Senado e Presidente da Globe Brasil.

Eu queria, muito brevemente, dar boas-vindas a todos e a todas aqui presentes, técnicos do Governo Federal, do Itamaraty, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Fazenda, e cumprimentar os Parlamentares aqui presentes, abraçar os membros da Globe, cumprimentar a ex-Senadora Serys, que é Embaixatriz da Cúpula Mundial da Globe no Brasil.

Cumprimento Thais, que é responsável pela formulação das políticas de floresta da Globe. Agradeço, em seu nome, em nome da Serys e de Cícero, a presença de toda a Globe aqui no Brasil. Cumprimento, ainda, muito calorosamente, o Embaixador André Corrêa do Lago, que foi nosso negociador na COP18, em seguida fazendo parte também com o Embaixador Figueiredo.

Eu queria muito brevemente dizer da satisfação da nossa Comissão sediar esse debate com a Globe Internacional, que considero um organismo de parlamentares que tem cumprido um papel extraordinário no debate do desenvolvimento sustentável e no que concerne às políticas de mudanças climáticas, que é tema desta nossa Comissão.

O Brasil, na COP18, teve um papel fundamental. É óbvio que nós queríamos muito mais, queríamos um acordo muito mais abrangente, mas de uma reunião com as características da COP sair com acordo já é uma grande vitória para o mundo. E o Brasil teve o papel de protagonista nesse processo, e a COP18 conseguiu manter a renovação do Protocolo de Kyoto que, por si só, já é um avanço significativo.

Espero que possamos continuar nesse diapasão para que, em 2015, nós tenhamos um processo de construção de um acordo mais abrangente que possa cumprir o papel de diminuição dos efeitos da mudança climática, e o mundo possa ter uma posição responsável em relação à convivência com esse fenômeno e o combate às emissões de gases de efeito estufa, que o provoca.

Quero dizer também que o Brasil caminha em passos largos em relação a cumprir as suas metas voluntárias. Em 2012, já cumpre 30,4%, que chega a aproximadamente 80% do que nós temos que cumprir até 2020. Isso por si só já mostrou a tranquilidade com que o Brasil se colocou na COP para negociar. E os números do desmatamento que foram divulgados pelo Inpe, nas vésperas da COP, que mostram uma diminuição significativa do desmatamento, um dos menores da história, deram força política para o Brasil poder negociar como um país em desenvolvimento, mas que cumpre as suas metas voluntárias e que está fazendo o seu dever de casa para contribuir para a diminuição dos gases de efeito estufa.

Então, eu queria dar boas-vindas a todos.

Passo a palavra ao querido amigo Senador Cícero Lucena, que preside a Globe aqui no Brasil, para que possa fazer as suas considerações iniciais.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas e também membro, com muito prazer, da Globe Brasil, senhoras e senhores, Deputados e Senadores, Sr. Embaixador André Corrêa do

Lago, do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Aloísio de Melo, do Ministério da Fazenda, Sr. Adriano Sant' Thiago de Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente, Srª Serys Slhessarenko, Embaixadora da Cúpula dos Legisladores, senhoras e senhores convidados, na condição de Presidente da Globe do Brasil, tenho o imenso prazer de introduzir esse debate sobre marcos legais para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), pois estimo que se trata de um momento extremamente oportuno para discutir essa agenda.

A Globe é uma rede internacional e multipartidária de legisladores interessada na promoção de legislações progressistas de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, bem como no intercâmbio de melhores práticas nesta área, através de diálogos políticos e internacionais entre parlamentares.

O Secretariado Internacional da Globe tem sede em Londres, ao passo que a rede desdobra-se em 17 grupos nacionais de legisladores fundamentalmente representando os países do G-20. É com muito prazer que comunico que a Globe Brasil constitui uma dessas seções mais ativas da rede.

Nesse contexto, organizamos o presente evento com o objetivo de aprofundar o debate legislativo sobre PSA e REDD+ em um momento estratégico, no qual essas duas agendas que se comunicam profundamente, porém guardando propósitos próprios, ganham força no Congresso Nacional.

Nos últimos meses, vimos avançar o PL nº 5.487/2009, do Poder Executivo, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais. O programa federal de Pagamento por Serviços Ambientais que estabelece formas de controle e financiamento desse programa e dá outras providências se encontra na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação. O mesmo se aplica ao PL 195, de 2011, e 212 também de 2011, da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente, os quais instituem um sistema nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+) e dão outras providências.

O Projeto de Lei da Câmara encontra-se na Comissão de Agricultura, onde foi objeto de intensos debates enquanto que o projeto do Senado aguarda parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Acredito que o ressurgimento desses temas na agenda legislativa é de extrema valia para o desenvolvimento sustentável do Brasil e a instituição de um novo paradigma econômico que valorize o capital natural brasileiro ao promover a erradicação da pobreza

e benefícios socioeconômicos para as comunidades e os povos tradicionais, as populações ribeirinhas e os pequenos agricultores.

Nesse contexto, será oportuno também ouvir as conclusões preliminares do estudo da Globe sobre a legislação florestal, que busca aprofundar o debate legislativo sobre REDD+, ao apresentar o resultado de uma ampla consulta às partes atuantes nesta área no Governo e na sociedade civil.

Em adição, estimo que ouvir o parecer técnico do Ministério do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e da Fazenda, será igualmente de extrema valia, visto que precisamos do máximo de convergências interministerial e de interlocução entre o Legislativo e o Executivo, para traçar políticas públicas nacionais de REDD+ e PSA, que nos impulsionem à construção de uma economia verde e um desenvolvimento inclusivo.

Ressaltaria, ainda, que o momento é bastante apropriado para esta discussão, tendo em vista que a 18ª Conferência das Partes da Convenção IV das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ocorreu nas duas últimas semanas em Doha, Qatar, com a participação expressiva da delegação brasileira tanto no que tange à extensão do Protocolo de Kyoto como nas negociações do REDD+.

Assim, acredito que temos hoje uma oportunidade ímpar de ouvir do Executivo sobre a posição do Brasil nas negociações de Doha, bem como de discutir sobre a importância de estabelecimentos de marcos legais do PSA e do REDD+ sobre a reflexão da importância de o Brasil avançar em políticas nacionais que nos levem a metas sérias e ousadas de redução de emissão de gases do efeito estufa, que sigam impulsionando nossa liderança internacional nessa área. O avanço da legislação de mudanças climáticas no âmbito nacional é um estímulo mais forte ao avanço das discussões no âmbito internacional.

Senhoras e senhores, terei o prazer de ouvir as explicações que seguem. Estou certo de que teremos um debate construtivo na sequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Senador Cícero Lucena, que é Presidente da Globe no Brasil.

Eu queria convidar para a primeira Mesa, que é mais curta e mais rápida, para as contribuições para o marco legal de REDD+, o estudo Globe sobre legislação florestal, Thais Narciso, gerente de projetos da Globe Internacional, e Ludovino Lopes, consultor da Globe e sócio do Ludovino Lopes Advogados.

Convidado a Srª Serys Slhessarenko para compor a nossa Mesa de trabalho e nos ajudar na condução, como Embaixadora da Globe.

A SRª THAIS NARCISO – Boa tarde a todos. Agradeço a presença aqui hoje neste evento da Globe.

Eu gostaria de, muito brevemente, antes que o Ludovino, nosso consultor no âmbito do Estudo Globe sobre Legislação Florestal, introduza as conclusões preliminares do estudo, de contextualizar e situar um pouco a iniciativa de florestas dos legisladores da Globe, bem como o estudo em si.

A iniciativa de florestas foi lançada em maio do ano passado e tem quatro países foco que são: Brasil, República Democrática do Congo, Indonésia e México. E nós trabalhamos com os legisladores da nossa rede nesses quatro países, no sentido de promover a inclusão dos legisladores nos debates nacionais sobre REDD, que são debates que normalmente tendem a se desenvolver mais no âmbito do Executivo e da sociedade civil, e de aprofundar o debate.

O Brasil, desses quatro países, é um caso especial no sentido de que o debate legislativo já é bastante avançado. Então o nosso papel junto aos membros da Globe é mais de criar esses espaços de interlocução com o Executivo e a sociedade e de produzir estudos para realmente aprofundar a discussão.

No que diz respeito ao estudo, é um estudo que é feito em parceria com o Centro de Direito Ambiental da União Internacional para Conservação da Natureza. É um estudo que se desenvolve no âmbito dos quatro países. Em cada um dos países, nós temos um advogado ambientalista que faz um apanhado geral do marco legal existente, com pertinência para implementação de REDD e depois busca recomendar opções de reforma legislativa para REDD, pautadas num processo de consulta pública da sociedade, do governo, da sociedade civil, academia e do setor privado.

Nós vamos hoje, o Ludovino vai apresentar algumas conclusões preliminares desse estudo e a ideia é que nós lancemos formalmente o estudo no começo do próximo ano.

Muito obrigada pela atenção.

O Ludovino vai introduzir as conclusões preliminares.

O SR. LUDOVINO LOPES – Obrigado. É uma honra estar convosco aqui, Deputado Márcio Macêdo, Senador Cícero Lucena, Embaixadora Serys, senhoras e senhores.

Tentando ir direto ao ponto para que não sejamos efetivamente verborreicos e possamos ir direto às questões, eu gostaria de, como pano de fundo, vos colocar o seguinte: na verdade, estamos num momento de mudança de paradigma no que diz respeito à criatividade, à construção legislativa, aos marcos legais do ponto de vista da questão ambiental e também do ponto de vista do que diz respeito à forma como os

novos ativos ambientais podem ser encarados dentro dessa nova concepção de mundo, onde os recursos naturais são escassos, onde é preciso começar a pensar em novas fórmulas, novos mecanismos para tratar qualquer uma dessas questões.

Como no século XV ou no século XVI foi preciso modificar a função da propriedade e também depois da Revolução Francesa e ao longo dos últimos anos isso aconteceu, também foi preciso repensar essa função social no sentido de descobrirmos cada vez coisas mais novas dentro dessa riqueza que está inerte e que está compreendida dentro dos ativos ambientais é que estamos vivendo um momento efetivamente rico também nessa perspectiva. Esse é o exercício que a sociedade brasileira está fazendo neste momento, que o Congresso, o Senado estão fazendo e que todos nós estamos fazendo. É realmente um exercício transversal. Toda a sociedade está discutindo essa questão.

Focando na questão legislativa, aí indo direto à questão do estudo, e aí eu pediria que pudessem passar o próximo eslaide, eu trouxe para vós aquilo que é o escopo do que o estudo virá trazer nos próximos passos. Basicamente, ele se pauta por um contexto nacional. E aí para levantar o quadro legal sobre REDD, as instituições existentes, como disse a Thais, a preocupação é trazer um estudo que abranja o mais possível este cenário e também ajude a um entendimento global dessas relações, dessas naturezas e desses mecanismos que estão sendo construídos.

Portanto, o primeiro tema eleito foi: A Terra, A Floresta e A Posse De Carbono. Aqui, como podem ver, já há vários desafios colocados. O segundo tema é Ordenamento Territorial, como é que ele efetivamente se enquadra nesse desafio de construção desse marco legal; o terceiro tema Arranjos Institucionais; o quarto Participação Pública; o quinto Distribuição de Benefícios; o sexto Salvaguardas; o sétimo tem é MRV, portanto, a questão do Monitoramento, Relatório e Verificação; o tema oitavo Implementação e Discussão.

E depois o estudo traz, então, uma visão geral das reformas e opções para a REDD+, uma tabela demonstrativa dessas reformas; opções das reformas de curto prazo e de longo prazo. Isto é, o que podemos fazer rapidamente com os mecanismos que temos e o que, no longo prazo, será mais adequado efetivamente fazer para consolidar essa construção.

Por favor.

Bom, e aí o primeiro grande desafio está em cima da qualificação da natureza jurídica do carbono nessa relação intrínseca com o direito de propriedade e com a concepção que temos, hoje, da propriedade, do usufruto e dos direitos reais que estão na nossa legislação.

O estudo pretendeu, portanto, buscar as várias opções, e aí como essa coisa efetivamente pode ser trabalhada, olhando fundamentalmente as naturezas jurídicas possíveis de qualificação do carbono no sentido florestal, no sentido da ligação com a terra, mas também como é que esses impactos vão acontecer do ponto de vista da prática. Isto é, não basta só construir a estrutura legal; é preciso saber qual é o impacto tributário, qual é o impacto do fluxo da riqueza e o que isso vai gerar efetivamente na sociedade brasileira e no País como um todo, já que eu tenho efetivamente uma importância fundamental para essa construção de mudança da paradigma legal e econômico também.

Então, o primeiro ponto e a primeira opção é aliar carbono e titularidade da terra e transformar isso numa remuneração de ativos. Qual é o principal desafio nessa concepção? O principal desafio nessa concepção é se nós olharmos o *status* atual do nosso sistema legal e do sistema do registro das nossas propriedades, dos nossos imóveis, há um vazio de regularização fundiária que precisa ser construído e ser adequado. Então, se fizermos essa adaptação apenas com base na questão da titularidade da terra, certamente vamos ter um regime muito mais robusto, mas ele tem um desafio, que é o desafio da temporalidade, da adaptação da regularização fundiária, ao longo das próximas décadas e ao longo dos próximos anos.

A outra forma é tratar o carbono como uma atividade. Portanto, remunerar a atividade e não necessariamente remunerar o ativo ligado à questão da titularidade. E aqui o impacto também é diferente, quer do ponto de vista da forma de encarar, de tratar juridicamente, quer do ponto de vista das consequências a partir do momento em que isso acontece. A vantagem dessa versão é que efetivamente a remuneração da atividade desloca a discussão da questão da titularidade para aqueles que efetivamente prestam esse serviço, para aqueles que prestam aquela atividade. Portanto, isso passaria a ser uma remuneração da atividade e não necessariamente estar “linkado” diretamente ao ativo propriamente dito nesse sentido. E aí há algumas vantagens do ponto de vista da definição da natureza, do serviço ecossistêmico e daquilo que a natureza efetivamente presta e daquilo que o ser humano presta em termos de atividade.

A outra forma – e aí o desafio que está sendo tratado – é: qual é a natureza jurídica desse crédito? Bom, ele é um bem intangível e incorpóreo, ele é um valor mobiliário ou ele é “uma licença”, entre aspas, no sistema europeu, uma permissão nesse sentido? E as consequências aqui são extremamente importantes. Do ponto de vista do regime tributário, se nós tratarmos o crédito como um serviço, a distribuição da

riqueza acontece através do ISS, e, portanto, ela tem um fluxo que vai para o sistema dos entes federados, para os Municípios. Se tratarmos, por exemplo, como um produto, e aí vem uma discussão sobre produtos e serviços ambientais, ele passa a desaguar do lado do ICMS e passa a desaguar, é importante então, dentro da esfera estadual, da capacidade de gestão desse recurso dessa forma.

Então, não é só a questão de definir juridicamente o ativo ou de dizer qual é a natureza que ele tem. É também a consequência legal e todos os desdobramentos de contratos, de relações, obrigações que, a partir daí, vão resultar para o desenho global desse sistema.

Por favor.

Arranjos Institucionais e Participação Pública. O contexto hoje... Antes, eu gostaria de dizer que dentro do contexto do primeiro eslaide, hoje, o PL já encaminha o carbono como um bem intangível e material. Então, a solução dada pelo PL já é encaminhar ele como um bem intangível e material. Para o Banco Central, hoje ele é um serviço e as relações e as transações internacionais são feitas com base nessa qualificação que está presente aí.

Do ponto de vista dos Arranjos Institucionais e Participação Pública, duas grandes tendências foram demonstradas no estudo. Uma é de defesa de um modelo concentrado, onde o Governo Federal e a estrutura federal emana as suas normativas e, respeitando o quadro legal constitucional, os Estados e os outros entes desenham apenas o que é complementar e, portanto, o que é específico dentro da sua estrutura. O outro, um modelo desconcentrado, em que os Estados e os outros *stakeholders* participam ativamente dessa construção do arranjo constitucional e também da capacidade de poderem interferir do ponto de vista deliberativo.

E aí há várias graduações, vários patamares dessa colocação, dessa participação. Uma participação deliberativa paritária, isto é, onde há uma defesa da participação paritária dos vários *stakeholders*, dos entes federais, da sociedade civil, ONGs e setor privado; e, portanto, o critério deliberativo. Isto é, eles participam ativamente e terem a capacidade de influenciar na decisão desde o seu início. Outra, uma participação deliberativa seletiva, isto é, apenas por determinado tema ou por competências, onde há uma limitação de deliberação resumida de alguns temas, de algumas competências. Uma terceira figura por temas e deliberativas, mas só para a participação do setor privado e não necessariamente defendendo aí a participação do setor público, que já estaria compreendido. E uma quarta modelagem, onde apenas há uma participação consultiva. Isto é, esses entes não participam, portanto,

da composição e da deliberação, da construção regulatória desse marco.

Por favor.

O PL também encaminha já uma solução nesse sentido e ele encaminha essa solução ainda construindo um ente que agrupa esses *stakeholders* e essas participações, mas sem definir qual é a forma como eles vão estar representados. Quer dizer, qual é o grau de paridade dentro da sua estrutura, deixando para que essa paridade venha a ser definida depois por um regulamento, pelo regimento da instituição.

Um terceiro ponto é relativamente à questão das Salvaguardas Socioambientais. Uma unanimidade que foi presente em quase todas as manifestações foi o fato de que efetivamente existe legislação no País que endereçam às questões de salvaguardas e proteção dos direitos dos povos indígenas, das comunidades, mas ela não é suficiente. Falta consagrar algumas coisas que são específicas do ponto de vista da necessidade de enquadrar uma relação complexa como é efetivamente a conservação ambiental, florestal no contexto de REDD+. E aí a importância de incorporar essas salvaguardas, quer essas que estão definidas na UNFCCC, quer as que foram definidas pela estrutura do Banco Mundial e as novas salvaguardas da CCBA e do Sesc, que é um novo modelo de *standard* que está sendo discutido em um nível mais subnacional recentemente. Mas fundamentalmente houve, digamos, uma harmonia também aí de reconhecer que os princípios e critérios de salvaguardas socioambientais desenvolvidos pela sociedade civil e que foram recentemente trazido à luz fazem sentido e deverão ser integrados numa futura política nacional de REDD, numa futura estrutura que tenha capacidade de incluir aí essas questões.

Então, um ponto específico que eu gostaria de pinçar e de trazer para a nossa discussão aqui é fundamentalmente essa questão de regulamentar os direitos das comunidades e povos indígenas. E aí dois pontos específicos que têm a ver com as quatro – há apenas duas questões aqui –, as quatro perguntas que são: quem é o proprietário da terra; quem é o proprietário do carbono, quem tem o direito à transferência desse carbono e quem tem o direito de receber a remuneração resultante desse carbono. Isto é, não basta fazer as duas primeiras perguntas: quem é o proprietário da terra, quem é o titular do carbono; é preciso também perguntar quem tem o direito a transferir esse direito e quem tem o direito a receber a remuneração resultante desse direito. Essas quatro perguntas são, digamos, chaves do ponto de vista da concepção global desse sistema. Pelo menos, elas apareceram em diversas vertentes dos questionamentos que foram feitos.

Por favor.

MRV e Implementação, uma unanimidade realmente. Todo mundo falou que é necessário ter uma linha de base nacional e os níveis de referência também se enquadrem nesse sentido, e uma abrangência geográfica dentro desse contexto nacional, onde os biomas também devam ser considerados. Há realidades diferentes para cada uma das estruturas dos biomas. Isso já de alguma forma se reflete no contexto atual, porque a política nacional sobre mudança do clima já endereça de alguma forma a essa questão, tratando-a setorialmente, através dos planos setoriais, e também o próprio PL já encaminha dessa forma a futura formulação desse sistema de conformidade nacional.

Um ponto importante também, e aí nuances, digamos assim, na visão dessa abordagem, é a questão da abordagem alinhada; isto é, a construção alinhada dos diversos níveis de linha de base; portanto, linha de base que tem a ver com a projeção daquilo que vai ser a quantidade de ativos, de créditos que o País vai ter à sua disposição como um todo, em três grandes níveis. Uma visão comum da abordagem alinhada, mas algumas dúvidas e nuances diferentes sobre como é que esses créditos vão ser creditados. Isto é, quem vai ter o direito ao *crediting*, à creditação desses créditos: ou só o ente público e, portanto, o ente público a partir daí desenha a forma como ele faz essa destinação, ou direto para o ente privado – e aí há uma discussão do setor privado no sentido de querer também ter, nessa visão, a capacidade de poder trabalhar as questões dos créditos –, ou um caminho do meio, em que há uma emissão, um *crediting*, uma creditação mista, quer para o setor privado, quer para o setor público. Portanto, esses são caminhos diferentes que têm consequências completamente diferentes e que têm abordagens diferentes que terão que ser efetivamente tratados dentro dessa estrutura.

É óbvio que aqui é preciso ressaltar duas coisas e às vezes há uma confusão sobre essa matéria. Uma coisa são os mercados mandatários, construídos dentro de uma lógica dos sistemas regulamentados; e outra coisa são os mercados voluntários. Os mercados voluntários não vão estar em discussão. Eles têm as suas próprias regras e se conduzem de acordo com as suas regras nesse sentido. Obviamente que aqui nós estamos tratando de um mercado que vai ser regulamentado, estruturado pela política pública nacional e por um sistema global de REDD+.

O PL deixa para o futuro essa questão também; isto é, endereça essa questão para ser regulamentada no futuro, o que traz a possibilidade de estudos e de avaliações e de uma maior profundidade do ponto de vista de saber qual é a melhor solução para o futuro.

A próxima, por favor.

Bom, um tema extremamente querido de todo mundo e aqui um tema que me parece também fundamental, do ponto de vista daquilo que o País vai construir, é a questão dos mecanismos de distribuição de benefícios. E aqui cabe dizer também que não é só a questão da distribuição dos benefícios. É a questão da captação. Quer dizer, como é que esse novo sistema tem a capacidade de captar esses mecanismos, esses financiamentos. A primeira grande questão é realmente o reconhecimento de que os modelos atuais estão desatualizados, estão desatualizados não porque eles não servem, mas porque eles não compreendem a totalidade das situações que são necessárias efetivamente consagrar, ou porque, nos vários níveis de necessidades, seja no nível federal, no nível estadual ou nos níveis locais, eles estão desajustados e, portanto, têm níveis de abrangência diferentes. Os mecanismos de amplitude maior, como os mecanismos dos fundos já estabelecidos, têm uma abrangência nacional, mas, em alguns casos, alguns *stakeholders* identificaram que esses mecanismos não chegam, portanto, nas especificidades estaduais, locais ou regionais.

E fundamentalmente um tema importante que tem a ver com o fato de que os modelos alicerçados nos modelos de doação e, portanto, na capacidade de captação de recursos internacionais ou nacionais, com base na doação, tenham-se modificado, tenham-se deslocado daquilo que tradicionalmente acontecia. Isto é, a doação, no passado, acontecia como uma doação simples; ela vinha e você usava o dinheiro e, a partir daí, não necessitava necessariamente de se fazer nenhuma prestação de contas. Essa realidade mudou e as doações, hoje, estão dentro de um cenário de doações com ônus ou doações sujeitas à *performance*. Isto é, muitas das vezes o dinheiro vem, mas ele vem, ou após o esforço já ter sido feito, isto é, você tem que comprovar que efetivamente já fez aquele esforço, então, isso implica um esforço anterior de investimento para que o esforço de redução de desmatamento aconteça e só depois é que você consegue comprovar que efetivamente esse esforço já foi feito. Então, vai ser recompensado e não há um investimento anterior. Então, há um *gap* aqui que alguns dos *stakeholders* identificaram entre o esforço inicial do investimento e a recompensa posterior que está acontecendo e que causa efetivamente um hiato, um momento de necessidade de investimento.

O outro ponto fundamental é essa integração desses modelos públicos com esses modelos que tenham a capacidade de ter modelos público-privados. Isto é, Parcerias Público-Privadas que tenham a capacidade de dar aí soluções que vão não apenas para um curto espaço de tempo, porque estamos lidando com solu-

ções de décadas, não soluções de anos, e que tenham a capacidade de perdurar durante 20, 30, 40, 50 anos; e aí ter novas modelagens capazes de endereçar essas questões e trazer os mecanismos jurídicos que o País já tem para alimentar essa nova realidade. E aí mecanismos de Parcerias Público Privadas que misturam investimento privado com investimento público e modelagens como, por exemplo, as de sociedades de economias mistas e outras modelagens parecidas com esse tipo.

Então, um último ponto fundamental que ficou efetivamente claro nas conversas e na posição dos *stakeholders* é a pergunta-chave da inclusão dos mecanismos de mercado e da regulamentação do MBRE. Esse é um anseio que efetivamente está premente em quase todas as colocações. E por incrível que pareça, não há uma colocação de que isso tem que ser uma coisa 100%. Sempre as colocações foram no sentido de dosear essa estrutura. Como é que vai ser essa doseamento, dentro desse equilíbrio, para manter a integridade do ponto de vista ambiental e para manter também a integridade desse sistema no País como um todo. Então, há realmente uma colocação importante nesse sentido.

O PL também já endereça a grande maioria desses pontos e, portanto, traz também aí a capacidade de resolver algumas dessas questões. Ele só não tem ainda uma modelagem específica, por exemplo, para as questões das Parcerias Público-Privadas, mas ele já fala sobre a regulamentação da questão da MBRE e já fala de fundos de maior amplitude em nível nacional.

Por favor.

Bom, tentando resumir os principais pontos. Natureza jurídica dos créditos de carbono e serviços ambientais. E aí essa agenda entre carbono, biodiversidade, água e os outros ativos é uma agenda extremamente importante. Ela tem até uma certa comunhão, uma certa confusão na grande maioria das colocações e talvez haja necessidade de a gente começar a distinguir cada uma dessas coisas. Quer dizer, eu costumo até brincar. Outro dia, estava comentando com a Thais e nos nossos trabalhos anteriores que essa coisa dos ativos ambientais é como aquelas bonequinhas russas, em que você tira uma bonequinha dentro da outra e você vai descobrindo o carbono, a água, a biodiversidade. Cada uma delas efetivamente tem uma natureza jurídica diferente, pode ter uma potência diferente, pode ter um resultado, um mercado diferente, responder a coisas diferentes.

A regulamentação sobre os direitos sobre o carbono, a titularidade, a transferência e a remuneração, enfoque especial nessa questão da transferência e da remuneração, e a questão dos povos indígenas com-

binado com o setor privado. A participação em arranjos paritários. Há uma demanda muito grande para que essa construção seja uma construção participativa e, portanto, que leve à construção também de mecanismos que integrem essa estrutura.

A linha de base nacional, que é um anseio de todo mundo para saber onde estamos e o que vamos fazer em relação a essa matéria e como é que isso se desdobra nos cenários os planos setoriais e na implementação de cada um desses pontos; a consagração de salvaguardas socioambientais com amplo alcance e não apenas com aquilo que nós temos hoje; os mecanismos financeiros e econômicos que contemplam mercado e não mercado, compensação e transação, e que tenham claro essa relação de como esse equilíbrio vai acontecer. E, por fim, efetivamente, a regulamentação do MBRE, como uma forma de fazer o País dar um salto para a frente, de mostrar efetivamente essa capacidade de trazer as funções internamente e de cumprir seus próprios compromissos, mostrando aí uma pujança e uma maturidade no entendimento desses novos mercado, desse novos ativos e da posição do Brasil em face dos seus compromissos internacionais. Então, é realmente um cenário, digamos, de mosaico. Há um consenso de que realmente os instrumentos hoje não respondem como um todo, há insuficiência de vários pontos que precisam ser complementados.

Do ponto de vista das reformas de curto prazo, algumas coisas são possíveis de efetivamente se fazer sem, necessariamente termos uma lei, mas trabalhando com modificações nos decretos que existem hoje. Mas há uma necessidade fundamental de consagrar coisas de longo prazo. Aí sim o PL ou uma nova legislação, consagrariam esse cenário como um todo e trariam ao País uma estabilidade maior para que esse mecanismo que precisa viver durante décadas daqui para o futuro e que, efetivamente, pode mudar essa realidade, simplesmente com sucesso, demonstre ao mundo que o Brasil é inovador e que tem capacidade de mudar esse paradigma econômico que está ligado às suas florestas e a uma economia de base de baixa emissão de carbono.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero agradecer as palavras e a participação de Thais e do Ludovino Lopes.

Quero convidar para compor a nossa Mesa e para dar um parecer técnico sobre a legislação de REDD+ e de Pagamentos por Serviços Ambientais o Embaixador André Corrêa do Lago, Diretor do Departamento de Meio Ambiente. Em temas especiais, do Ministério as Relações Exteriores, Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário de Mudanças Climáticas e de

Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Aloísio de Melo, Coordenador de Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda.

Sejam bem-vindos.

Está previsto que o Senador Rodrigo Rollemberg faça uma fala sobre a Relevância do Marco Legal dos Pagamentos por Serviços Ambientais e correlações com o REDD+. Hoje é um dia em que se está discutindo o veto da Presidente Dilma em relação aos *royalties*. Foi marcado de ontem para hoje, agora para a sessão de 12h30. Terminou sendo suspensa e iniciou-se neste momento. O Senador Rodrigo precisa se ausentar. Então, queria lhe passar a palavra para uma breve intervenção, em seguida, passaremos a palavra aos nossos palestrantes da tarde de hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF)

– Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Deputado Márcio Macêdo, ao Senador Cícero Lucena, ao Embaixador André Corrêa do Lago, aos demais convidados, ao Aloísio.

Quero pedir desculpas pelo atraso, Deputado Márcio Macedo, mas como V. Ex^a disse são muitos os compromissos neste final de ano. Tivemos hoje ainda um outro contratempo no Senado. Precisamos registrar uma nova digital. Eu já havia marcado a presença no plenário, mas não serviu. Então, ainda estou como ausente, embora já tenha marcado a minha presença na sessão do Congresso que, como disse V. Ex^a, está analisando os vetos presidenciais.

A Serys, muito gentilmente, pediu-me para fazer uma fala sobre os projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e o projeto da Deputada Rebecca, que busca regulamentar a questão do REDD+. Sinceramente, quero registrar que não tive tempo para fazer uma avaliação profunda dos projetos em curso, mas quero me comprometer a fazer em outra oportunidade, se houver interesse da Comissão. Quero apenas fazer alguns registros que considero importantes para que efetivamente a gente tenha uma legislação de Pagamento por Serviços Ambientais e uma legislação específica sobre o REDD+.

Primeiro, é importante registrar que o Brasil já tem alguns instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais ou que podem permitir Pagamentos por Serviços Ambientais: o Programa de Apoio à Conservação Ambiental ou Bolsa Verde; o Fundo Amazônia; a Lei nº11.828, que suspende a incidência de contribuição para o PIS/Pasep e da Confins sobre as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas e destinadas a programas de remuneração por serviços ambientais; o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado em 1989; o Fundo Brasileiro para a

Biodiversidade, instituído em 1996, que também pode se constituir em fontes financeiras para a implantação de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais; a Lei nº9.433, a Política Nacional de Recursos Hídricos, que reconhece a água como recurso natural limitado dotado de valor econômico e prevê a aplicação na bacia hidrográfica dos recursos oriundos da cobrança pelo seu uso; o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado pela Lei nº12.114, de 9 de dezembro de 2009; o ICMS Ecológico, já adotado em alguns Estados. Então, já são avanços da legislação brasileira que tratam timidamente de Pagamentos por Serviços Ambientais ou são fundos que poderão financiar Pagamentos por Serviços Ambientais.

O que eu entendo é que para que o Brasil tenha, efetivamente, uma legislação de Pagamento por Serviços Ambientais, o que é extremamente importante – e esse debate cresceu quando se debatia o Código Florestal – é a necessidade de o Governo construir a sua proposta e de trabalhar efetivamente para aprovar a proposta no Congresso. Diria que a posição do Governo em um tema desses é fundamental por alguns motivos. Primeiro, esse é um tema que afeta mais diretamente alguns Estados do que outros. Por outro lado, é um tema que não está na agenda imediata, digamos, na agenda da pressão que a população faz por determinados temas. Por exemplo, estamos aí agora discutindo essa questão da repartição dos *royalties* do petróleo. É uma questão que interessa diretamente a todos os Estados. Então, a população acaba promovendo uma pressão em relação aos políticos, aos representantes, que têm de tomar uma decisão em relação a isso.

Como essas questões são novas, estão, digamos, na fronteira do processo legislativo, tem pouca gente. E são temas extremamente complexos em função de serem novos, em função das consequências que têm no cenário internacional, no cenário local, da diversidade de situação que temos no País. Diria que a primeira grande questão é que o Governo precisa, efetivamente, não apenas ter a sua proposta... Até porque o Governo tem um entendimento também das negociações internacionais e pode interpretar melhor qual é o interesse nacional no que se refere às negociações internacionais. Ninguém melhor do que o Embaixador André Corrêa do Lago para falar sobre isso, sobre essas implicações. Portanto, diria que o papel do Congresso, nesse sentido, é cobrar do Governo qual é a sua posição clara em relação a isso.

A outra questão é a do financiamento. Em tese, todo mundo concorda com o Pagamento por Serviços Ambientais, até aí há unanimidade. Na hora de ver da onde vai sair o dinheiro, começamos a ter problemas. Tínhamos ou ainda temos uma grande oportunidade

que seria quando da revisão dessas concessões de energia elétrica. Neste momento, há essa medida provisória sendo debatida no Congresso. Apresentei um projeto de lei sobre isso. No modelo de composição da tarifa de energia elétrica no Brasil, parte relevante do custo, tanto da geração quanto da transmissão e da distribuição, é dos investimentos feitos para isso, dos investimentos físicos para isso. Na composição da tarifa há uma previsão da amortização desses investimentos. Como as concessões estão chegando ao fim, em tese já foram amortizados, o que vai permitir que o Brasil faça, como está fazendo nessa medida provisória, uma redução significativa na tarifa de energia elétrica. Aí poderíamos ter a oportunidade, tirando um percentual muito pequeno, que seria talvez insignificante para a redução do preço da tarifa de energia elétrica, mas muito substantivo – porque é um volume de recursos muito grande – para sustentar um fundo de pagamento por serviços ambientais. Aí poderíamos, de acordo com a política do Governo, fortalecer o Programa Produtores de Água, que já vem sendo desenvolvido embrionariamente pela Agência Nacional de Águas e outros programas, ou mesmo financiar o programa de REDD, o que seria extremamente importante.

Entendo, também, que devem fazer parte dessa agenda investimentos significativos em ciência, tecnologia e inovação para o conhecimento mais profundo dos serviços ambientais produzidos por cada ecossistema. O Brasil é um país, felizmente, que tem uma grande área de unidades de conservação, uma grande porcentagem de suas áreas são terras indígenas, o que é extremamente importante. Deveríamos trabalhar no sentido de ampliar essas áreas, especialmente aqui no bioma Cerrado, onde temos poucas áreas protegidas. Mas era importante que a gente conhecesse, com mais profundidade, por exemplo, quais são os benefícios que essas grandes áreas trazem, por exemplo, para a regulação do clima, para a regulação das chuvas. São serviços que garantem, inclusive, a sustentabilidade da agricultura brasileira, que é responsável por um terço do nosso Produto Interno Bruto.

Portanto, a partir do momento em que a gente tenha condições melhores de aferir os enormes benefícios que essas unidades de conservação têm, nós teríamos, também, condições melhores de valorar os pagamentos por esses serviços ambientais e de garantir, também, um processo de demarcação de terras de forma menos traumática, como é hoje no âmbito do Congresso.

Há a questão externa, que é importante. Imagino que o Embaixador André Corrêa do Lago deve referir-se a essa questão. Por exemplo, nas propostas de pagamento de REDD parece que se pode utilizar terras

indígenas, unidades de conservação. Mas essa questão tem sempre o componente da soberania nacional, do que a gente vai efetivamente, a partir do momento em que se compromete a manter uma determinada área apenas para o pagamento – recebendo para preservá-la – de serviços ambientais e, no caso do REDD, a redução do desmatamento ou da degradação, efetivamente qual é o tempo que isso vai levar e se é para sempre. Enfim, quais são os condicionantes, que consequências isso terá não apenas no cenário externo, das negociações externas, mas também como vai se dar a repartição dos benefícios para as comunidades que estão localizadas ali.

Então, são apenas meras reflexões. Tenho absoluta consciência de que os convidados têm muito mais possibilidades e informações do que eu para aprofundar esse tema. Mas entendo, Deputado Márcio – e quero cumprimentar V. Ex^a pelo interesse e pelo compromisso que tem demonstrado à frente desta Comissão –, que esse é um tema que tem de ser aprofundado no âmbito do Legislativo. Precisamos de lideranças que, como V. Ex^a, se aprofundem no tema porque é um tema que não será de fácil entendimento para todos e é preciso que haja uma sintonia com o Governo, porque entendo que nós só teremos uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais ousada e aprovada pelo Congresso Nacional se tivermos uma participação expressiva do Governo.

Eram as observações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Agradeço as palavras do Senador Rodrigo Rollemberg, que traz aqui um estado da arte de como esse tema está sendo debatido nas duas Casas do Congresso brasileiro. Quero dizer-lhe, Rodrigo, que você tem, com o seu prestígio, com a sua militância, dado uma contribuição enorme ao Parlamento brasileiro por debater esses temas cruciais e fazer avançar a agenda de REDD+ e de Pagamento por Serviços Ambientais nesta Casa.

Agora, dando sequência às nossas atividades de hoje, quero passar a palavra a Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário de Mudanças Climáticas e de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Muito obrigado, Deputado Márcio Macêdo. Não sei se quebrarei o protocolo, Deputado, mas, dado que a discussão sobre REDD nasceu de uma discussão internacional, acho que talvez a lógica seria termos a abordagem internacional primeiro, até respeitando também a hierarquia e o fato de termos um Embaixador na mesa. Sugeriria que o Embaixador André Corrêa do Lago falasse primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Nós tínhamos feito uma avaliação diametralmente oposta, que seria encerrar com o maior posto nesta mesa, que era o do Embaixador. Mas não há problema: a ordem dos fatores não altera o produto. Como diria um vereador lá na minha terra: “A ordem dos tratores não altera o viaduto.” (Risos.)

Com a palavra o Embaixador André Corrêa do Lago.

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Muitíssimo

obrigado, Deputado, pelo convite e por esta iniciativa, que é da maior importância. É um prazer estar aqui com o senhor, Senador Cícero, com a nossa Senadora e agora também Embaixadora. Então, é ótimo estamos aqui debatendo essa questão porque, realmente, as negociações internacionais são um exercício muito próximo do exercício que os senhores têm no Congresso, ou seja, é uma negociação com uma estrutura de trabalho muito parecida com o trabalho do Congresso. Portanto, é da maior importância que o Congresso possa traduzir isso para a Nação.

Inclusive, foi com muito prazer que pude conviver, lá em Doha, com uma missão de Parlamentares na qual, além do próprio Deputado Márcio, também estava o Deputado Mendes Thame e os Senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares e Sérgio Souza. Foi muito bom porque o que está acontecendo nessa negociação internacional tem, inevitavelmente, enormes consequências para o Brasil.

Essas negociações são esforços de criação de legislação internacional que podem representar impactos muito grandes nas economias de todos os países do mundo; daí a enorme dificuldade, por exemplo, dos Estados Unidos de fazerem mais em mudança do clima, porque a Convenção de Mudança do Clima tem, as decisões que são tomadas no contexto da Convenção, podem ter um impacto muito grande sobre a economia dos países. Portanto, têm de ser analisadas de forma muito cuidadosa em função, como disse o Senador Rollemberg, do interesse nacional de cada país.

Aqui, estamos reunidos para tratar de um tema muito interessante porque, na realidade, foi criado pelo Brasil. A discussão de florestas no contexto do REDD, na Convenção do Clima, foi o resultado de um esforço do Brasil de encontrar uma forma de tratar florestas e mudança do clima que não estivessem vinculado ao Protocolo de Kyoto.

Na realidade, todo o processo que se iniciou em Bali, que acaba de encerrar-se na COP 18, foi um processo de incentivos a que os países em desenvolvimento pudessem fazer mais e que foi, portanto, uma iniciativa do Brasil, de mais ou menos uns 8 anos atrás, de criar uma negociação paralela a Kyoto, que

pudesse justamente criar uma lógica específica para países em desenvolvimento.

O Deputado esteve lá presente e assistiu ao que aconteceu no Catar. No Catar, nós fechamos duas negociações que vinham – não vou dizer se arrastando – demorando mais do que o previsto há certo número de anos, que era conseguir o segundo período de compromisso de Kyoto e encerrar as negociações que começaram em Bali, apelidadas de LCA, que são justamente as negociações que buscaram criar uma estrutura para que os países em desenvolvimento pudessem fazer mais.

Entre os resultados desse processo de Bali, está justamente o Fundo Verde do Clima, que é um dos pedidos mais insistentes dos países em desenvolvimento, também uma estrutura para tratar de tecnologia, outra para tratar de adaptação. Ou seja, houve toda uma agenda criada em Bali e, finalmente, a negociação dessa agenda basicamente se encerrou em Doha e também a negociação da agenda de extensão do Protocolo de Kyoto se encerrou.

Encerram-se as negociações, mas agora nós vamos usar os instrumentos que foram aprovados. Então, eu penso que – aproveito para fazer um parêntese – a COP 18 foi uma conferência da maior importância, apesar de não parecer assim uma coisa muito atraente, porque o encerramento dessas duas negociações vai permitir a abertura da nova negociação: a negociação de um novo acordo que deve ser aprovado até 2015 para entrar em vigor a partir do final de 2020.

Então, de que maneira o Brasil vem atuando em tudo isso? O Brasil vem atuando de maneira muito intensa em mudança do clima por dois motivos: primeiro, como eu já disse, porque tem um impacto sobre a economia de todos os países muito grande. Mas há outra razão também, que é uma tendência dos países desenvolvidos, ao se darem conta dos elevadíssimos custos do combate à mudança do clima, de procurar transferir as responsabilidades e as ações para países em desenvolvimento. Isso é um processo que já começou no próprio Protocolo de Kyoto na década de 2000, assim que entrou em vigor o Protocolo, que era o de tentar incluir as principais economias novas entre as economias que teriam obrigações em Kyoto. Essa tentativa, porém, foi desviada pela ação do Brasil, essencialmente, com a negociação paralela criada em Bali.

Na negociação do Bali, o que aconteceu? Criaram-se todas as estruturas para incentivar países em desenvolvimento, mas continuava um tipo de pressão para que houvesse um novo acordo. Por isso que, para o Brasil, era absolutamente essencial e de grande alegria para nós, brasileiros, que nós tenhamos conseguido o segundo período de compromisso de Kyoto, porque,

tendo o segundo período de compromisso de Kyoto, nós mantemos vivo o principal acordo no mundo que dá obrigações aos países desenvolvidos diferentes dos países em desenvolvimento.

Portanto, em matéria de compromissos internacionais, o Brasil não tem os mesmos tipos de obrigações que os países desenvolvidos. Isso é uma coisa absolutamente chave, uma coisa que foi mantida. Há aquela famosa expressão “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. E o fato de haver um país numa lista, o anexo 1, que são os que têm obrigações legais de redução de emissões e os países que têm como obrigação o seu desenvolvimento, que são os países em desenvolvimento.

Então, nós mantemos mais sólida ainda essa estrutura, ao termos conseguido o segundo período de compromisso e ao termos conseguido, na Rio+20, a reiteração desses princípios, o que provocou um reconhecimento do esforço do Brasil nesse sentido pelos países em desenvolvimento, e é difícil eu transmitir para os senhores o que o agradecimento dos demais países em desenvolvimento pelo que aconteceu na Rio+20 com relação a esses princípios.

O envolvimento do Parlamento é absolutamente chave por quê? Porque nós sabemos muito bem que os governos sozinhos não vão resolver mudança do clima. Mudança do clima vai ser resolvida com o envolvimento de toda a sociedade – do Parlamento, da Justiça, academia científica, da parte empresarial, da sociedade civil. Se não houver um envolvimento de todos os atores, nós não vamos conseguir combater a mudança do clima.

Portanto, a negociação que nós tivemos até agora, no contexto da Convenção, teve grandes qualidades, inclusive de provocar a atenção do mundo para esse problema, aumentar a ciência sobre a questão de mudança do clima, aumentar a consciência das pessoas sobre a mudança do clima, mas ainda não é suficiente. Na próxima etapa de negociação, nós acreditamos que envolver os outros setores da sociedade vai ser mais importante do que nunca.

Nesse contexto, a discussão de hoje de uma legislação cada vez mais aperfeiçoada e mudança do clima e desenvolvimento sustentável é da maior importância.

Como foi dito aqui, a gente tem que ter muita consciência de que estamos tratando do marco nacional. Cada país vai ter a sua legislação influenciada pelo marco internacional. O que acontece é que o Brasil, como os Estados Unidos, tem uma tendência a inverter isso. Nós preferimos, primeiro, ter um marco nacional, a discussão nacional, antes de nos comprometermos internacionalmente. Ou seja, nós não queremos ter que impor ao Parlamento brasileiro fazer

alguma coisa que foi negociada lá fora e que não foi ainda discutida no Brasil.

Portanto, o esforço constante da diplomacia brasileira é evitar que sejam tomadas decisões internacionais que possam criar qualquer tipo de constrangimento ao nosso modelo de desenvolvimento, qualquer tipo de constrangimento ao nosso Parlamento e à nossa sociedade civil. Ou seja, nós temos que nos informar do que está sendo discutido, trazer este debate para o Brasil, para que aconteça exatamente o que acontece no Brasil: nós decidimos o que queremos fazer nessa área. Isso tem permitido que o Brasil seja um país de vanguarda, porque nós estamos antecipando várias dessas discussões e, por exemplo, a nossa política com relação ao desmatamento é quase uma coisa embaraçosa, quase constrangedora para os outros países, porque o Brasil é um país em desenvolvimento que está conseguindo diminuir suas emissões mais do que qualquer outro país do mundo, mais do que qualquer país rico. É uma coisa realmente constrangedora. Eles ficam sem graça: “Vocês estão realmente reduzindo tudo isso?!” E eles não o estão fazendo. Por quê? Porque nós decidimos, como sociedade brasileira, sem nenhuma imposição internacional, sem nenhum compromisso internacional, por moto próprio, analisando as condições do País, sob o ponto de vista econômico, social, ambiental, o que nós podíamos fazer e nós acabamos nos adiantando.

Então, nós temos uma oportunidade, mais uma vez, de ter um marco nacional que se antecipa ao marco internacional.

O que acontece é o seguinte: o REDD, quando foi criado originalmente, como eu disse, com base numa ideia do Brasil de que nós devíamos incentivar os países em desenvolvimento a reduzir as emissões por desmatamento, que, afinal, era o nosso problema número um em matéria de emissões, o REDD sempre foi pensado como uma fonte de recursos para que os países pudessem levar adiante políticas de redução de emissões por desmatamento. Então, houve, desde o início, uma interpretação de que esse tipo de esforço incluiria a questão de créditos de carbono. No entanto, ela nunca incluiu a questão de créditos de carbono, porque a ideia do REDD é pagamento por redução de emissões por desmatamento. Se essa redução de emissões por desmatamento é trocada por uma autorização para um outro país emitir, estamos aqui tratando de uma coisa de coma zero e não há uma redução efetiva de emissões.

Portanto, o que o REDD vai procurar fazer é não só criar incentivos para que haja recursos nacionais, recursos de outros países para financiar esforços no sentido de reduzir emissões por desmatamento, mas

também da criação de alguma lógica de mercado, que possa também incentivar a redução de emissões.

Portanto, há um espaço muito claro para que seja criado algum tipo de mecanismo de mercado, mas desde o início o mecanismo de mercado não inclui a compensação de emissões pelo motivo de integridade ambiental que é o principal objetivo do exercício. Porque o que nós precisamos nos dar conta é que todo esse esforço de mudança do clima tem sido dirigido no sentido, primeiro, dos países envolvidos reduzirem as suas emissões com relação a 1990 – que é o que acontece no Protocolo de Kyoto – e os países em desenvolvimento encontraram várias fórmulas – cada um é voluntário e não há constrangimento internacional para os países em desenvolvimento – para proporem várias formas. No caso do Brasil, como nós sabemos, é uma redução da curva prevista de aumento das nossas emissões.

Então, o grande desafio de REDD é nós podermos ter uma discussão internacional, como estamos tendo, e que essa discussão inspire legislações nacionais que venham a utilizar desse mecanismo. Mas não o inverso, não há uma decisão de REDD que exija que o Brasil tenha uma legislação sobre isso. Temos que inverter. O que nós precisamos é acompanhar a discussão que está acontecendo em REDD e decidir aqui no Brasil o tipo de coisa que vamos fazer.

Nós temos, hoje, mais uma vez, uma grande liderança, porque o Fundo Amazônia é considerado a coisa mais próxima do ideal de REDD que se pode conseguir. O Fundo Amazônia, que o Brasil estabeleceu e que está obtendo recursos e que paga por demonstração de serviços, é olhado com o maior admiração e inveja pelo outros países – inclusive uma coisa que, politicamente, tem favorecido muito o Brasil é o fato de nós podermos usar até 20% dos recursos para outros países em desenvolvimento.

Então, o Fundo Amazônia, de certa forma, é o garoto propaganda do REDD. Agora, o REDD é uma coisa muito mais flexível do que eu acho que nós precisamos trabalhar cada vez mais para pensar melhor o REDD, porque temos que tornar atraente a questão da conservação das florestas, a questão de redução das emissões de florestas.

Acho que há um espaço imenso, inclusive, para os nossos economistas aqui no Brasil – que temos tão bons –, de pensarem uma lógica de mercado que favoreça isso, que provavelmente espero trará o primeiro Prêmio Nobel de Economia para um brasileiro e, através disso, mostrar mais uma vez a nossa liderança da mesma maneira que nós tivemos um papel absolutamente fundamental para criar o MDL, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, é o resultado de

uma ideia brasileira, trabalhada depois com os Estados Unidos, e lançada no contexto do Protocolo de Kyoto, eu acho que fica lançado um novo desafio para nós de encontrarmos uma forma de atrair o mercado sem compensação de carbono.

Eu queria colocar um pouco esse marco internacional, reiterando que nada foi negociado internacionalmente que crie qualquer constrangimento para o Brasil, ou que se antecipe a decisões brasileiras e reiterar que essa discussão parlamentar da questão da mudança do clima é absolutamente chave pela urgência. Nós temos que criar, dentro dos países – e nesse sentido o Globe tem feito um trabalho extraordinário –, a conscientização dos legisladores do quanto é essencial incorporar mudança do clima na lógica dos países.

E daí, portanto, esse esforço que seja dos governos nas negociações, do Parlamento com trabalho como o do Globe, que seja da sociedade civil ou do empresariado, da Academia ou dos cientistas, todos unidos é que conseguiremos combater a mudança no clima.

Agradeço, mais uma vez, pelo convite e pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço a intervenção do Embaixador André Corrêa do Lago.

E passo a palavra a Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Muito boa tarde a todos.

Em seu nome, Deputado Márcio Macêdo, gostaria de agradecer o convite da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, mais uma vez. É um prazer representar o Ministério do Meio Ambiente aqui nesta audiência pública.

Gostaria de estender os meus cumprimentos aos demais Deputados e Senadores, em especial aos Senadores Cícero Lucena e Rodrigo Rollemberg – que, apesar de não estar aqui agora presentes, nos brindou com a sua fala. Ambos, respectivamente, presidente e vice-presidente da iniciativa Globe no Brasil.

Saudar também a Thais e o Ludovino pelas apresentações anteriores. A todos os meus colegas de Mesa, Embaixador André Corrêa do Lago; Aloísio de Melo, do Ministério da Fazenda. Estendo os meus cumprimentos aos expectadores tanto presenciais como aqueles que nos assistem pela TV Senado e na TV Câmara.

Foram-nos solicitados comentários em relação aos projetos de lei do Congresso no contexto de redução de emissões por desmatamento e degradação. Eu devo confessar que eu já me arrependi de ter proposto

que o embaixador André falasse primeiro porque eu não sobrou muita coisa para eu falar e também porque acho que não consigo falar da maneira eloquente como o Embaixador, mas vou tentar fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Eu tentei te ajudar, mas você não entendeu... (Risos.)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Eu gostaria de dizer, inicialmente, que o Ministério do Meio Ambiente tem acompanhado os processos dos projetos de lei do Congresso, particularmente o da Câmara, e os entende como uma iniciativa relevante do Poder Legislativo. Concordo plenamente com o Embaixador Corrêa do Lago, acho que os governos não resolvem o problema da mudança do clima sozinhos, tem que haver o envolvimento da sociedade, e o engajamento do Poder Legislativo é extremamente relevante.

A nossa expectativa é que busquemos convergência com aquelas iniciativas que vêm sendo conduzidas no âmbito do Poder Executivo. E aí, indo nessa linha de envolvimento de toda a sociedade, incluindo discussões que vêm ocorrendo já com a sociedade civil, com o setor privado e com os governos estaduais da Amazônia em especial. E também em harmonia com os resultados que vêm sendo alcançados na esfera internacional – e aqui me refiro exclusivamente à Convenção sobre Mudança do Clima. O Embaixador Corrêa co Lago já contemplou isso inicialmente.

O tema é de extrema relevância para o Ministério do Meio Ambiente. Um dos principais exemplos disso é termos uma equipe totalmente dedicada ao assunto, a Gerência de Clima e Florestas, subordinada ao Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento. Nós temos aqui duas colegas da equipe: a Gerente, Natalie Unterstell e a Letícia Guimarães. Isso demonstra o engajamento e a seriedade com que o Ministério vem levando o tema.

Voltando à necessidade de se buscar convergência entre as várias iniciativas em curso, eu destacaria a ideia cada vez sedimentada de que o REDD deixa cada vez mais de ser entendido como um mecanismo ou um processo em si para ser percebido como um arranjo baseado em resultados. Esse arranjo, na nossa visão, se distancia, também cada vez mais, da ideia da abordagem de projeto a projeto, que se pensou mais fortemente no passado.

O Governo brasileiro vislumbra o REDD como um instrumento relevante de auxílio às ações nacionais de mitigação votadas para prevenção e controle do desmatamento nos biomas. E aí notadamente na Amazônia.

Então, da perspectiva do Governo brasileiro, a abordagem nacional deve ser privilegiada, em vez da abordagem projeto a projeto. E aí eu acho que o Ludo-

vino fez uma referência a uma abordagem alinhada, em que a gente precisa envolver os níveis federal, estadual, municipal, local. Acho que essa é uma abordagem interessante. Quando nós defendemos a abordagem nacional, não exclui o envolvimento das outras esferas; pelo contrário, precisamos do envolvimento das outras esferas para fazer com que essa abordagem nacional tenha os seus benefícios, chegando na ponta, que é a comunidade local.

Nós vemos com certa cautela e preocupação a questão do financiamento via mercado de carbono. Essa proposta está contida nos projetos de lei, acho que foi abordada com bastante ênfase também pelo Ludovino, mas, novamente, isso se volta mais para a abordagem projeto a projeto, a meu ver. Além disso, havendo uma distinção entre financiamento via fundos e financiamento via mercado compensatório, e os PLs fazem isso, a gente só chama a atenção para se considerarem essas duas vias com o devido cuidado, para evitar que o resultado disso seja uma diminuição significativa de incentivo para que doadores invistam em redução de emissões de caráter não compensatório. Aí eu me refiro ao que o Embaixador André Corrêa do Lago mencionou como exemplo prático ao Fundo Amazônia. Acho que a gente não deve fazer com que a pesquisa de mercado tire o foco principal, que é a perspectiva de doação de financiamento público, até porque é um compromisso assumido internacionalmente, no âmbito da Convenção, pelos países desenvolvidos. Tem que haver uma cautela em relação a isso. O próprio estudo que o Ludovino trouxe mencionou a doação em mercado, investimento público e privado, e o foco maior no mercado me preocupa um pouco. Acho que a gente tem que inverter a lógica desse foco.

Tanto os projetos de lei como a apresentação do Ludovino, pelo que eu pude perceber, ainda que apenas citem o Fundo Amazônia como fonte de recursos, não contêm propostas de harmonização de funções e competências institucionais com aquele instrumento. Então, a nosso ver, existe um potencial de duplicação de esforços, até mesmo potencial de dupla contagem, que a gente deveria evitar. Acho que a consideração do Fundo Amazônia, tanto nos projetos de lei como nos estudos, deve aparecer de maneira mais forte e mais robusta.

Voltando à questão do mercado compensatório, na nossa visão, não há uma demanda clara em relação à redução de emissões ainda e o nível de ambição demonstrado pelos países desenvolvidos tem sido desanimador.

Mesmo num contexto de uma elevação do nível de ambição dos países, o Embaixador André Corrêa do Lago colocou muito bem, os países em desenvol-

vimento vêm demonstrando cada vez mais comprometimento em redução de emissões reais, e o Brasil é um exemplo disso.

Na semana passada ou retrasada, a Ministra Izabella teve a oportunidade de apresentar os nossos novos números de taxa de desmatamento, e o número de 27% de redução frente ao ano anterior é uma prova disso e realmente demonstra que os países em desenvolvimento vêm fazendo mais.

Mas, mesmo num cenário em que houvesse maior ambição dos países desenvolvidos, que eventualmente pudesse levar a um direcionamento para mercado, de repente, uma parte, enfim – estou falando em hipóteses – haveria necessidade de se distinguir as atividades no âmbito do REDD. Lembro aos senhores que o REDD hoje funciona como um guarda-chuva para redução de emissões por desmatamento, de degradação, conservação florestal, manejo florestal sustentável e aumento do estoque de carbono.

Então, a gente está falando de várias atividades dentro de um pacote só. Ao falarmos, eventualmente, de um mercado, a gente tem que ter a diferenciação entre essas atividades. Por exemplo, o aumento do estoque de carbono – e aí acho que por meio dele é menos complexo aferir se as reduções de emissões foram realmente reais, e o MDL tem uma experiência boa nisso em relação aos projetos de florestamento e reflorestamento –, a gente vê que talvez uma parte do estoque de carbono poderia ser considerada dentro dessa perspectiva.

Agora, a conservação florestal, como atividade passível de mercado, a gente já vê com mais preocupação em relação à integridade ambiental, mencionada pelo Embaixador André, porque a gente tem dúvidas em relação a reduções de emissões reais, que, no fim das contas, vão ser utilizadas por países desenvolvidos, no âmbito internacional, se nós pensarmos no mecanismo internacional, para permiti-los emitir uma quantidade de emissões que vêm baseadas em queima de combustível fóssil idêntica àquela redução que nós alcançamos. Como a natureza do carbono fóssil e do carbono florestal é diferente, a gente tem o carbono fóssil de natureza permanente e o carbono de natureza florestal não permanente, existe até o risco – acho que o Embaixador também mencionou isso – de, no final das contas, nós, em vez de conseguirmos uma redução de emissões, na verdade, termos uma dupla emissão, porque emitimos o que a floresta pode emitir no futuro e também tem a emissão que foi dada aos países do anexo 1 para poder compensar aquela redução feita em países em desenvolvimento.

No âmbito nacional, também há a preocupação de uma coisa compensar a outra e nós termos condi-

ções de realmente garantir a permanência do carbono de florestas, porque, no âmbito nacional, se acontecer a dupla emissão, vamos estar colocando uma redução no bolso e passando para o outro bolso.

Então, esses cuidados é que a gente deveria ter. Eu não quero dizer que o Ministério do Meio Ambiente é ideologicamente contrário a mercado compensatório. A gente precisa discutir; o Ministério da Fazenda tem coordenado estudos sobre mercado e há um processo de debate e discussão em curso, mas a cautela necessária em relação ao tema é a gente não dar foco à questão do mercado somente. Concordando com o Embaixador André, não necessariamente, quando falamos de mercado, estamos falando de mercado compensatório. A gente pode explorar realmente outras possibilidades de mercado no âmbito de REDD.

Já ouvi a sirene, mas eu só vou concluir.

A questão de adicionalidade, que não está clara no âmbito dos projetos de lei. Acho que existe uma necessidade de distinguir claramente o que é adicionalidade financeira, e a gente, pensando na via de financiamento por doação, está falando de recursos novos e adicionais por parte de países desenvolvidos. Isso em relação ao compromisso no âmbito da Convenção. O Fundo Amazônia é um exemplo prático disso novamente, e a gente deve diferenciar esse conceito do conceito de adicionalidade do chamado mercado de carbono, porque aí, sim, é a adicionalidade que vai provar que os projetos são capazes de entregar reduções reais mensuráveis e de longo prazo. Acho que, nesses dois aspectos de adicionalidade, a gente tem que ter cuidado em relação aos dois PLs.

Bom, para finalizar, novamente eu gostaria de destacar o mérito do Legislativo. Os PLs tiveram início de elaboração por volta de 2010, 2011. Então, talvez alguns avanços, tanto nas discussões nacionais, como nas discussões internacionais, no âmbito da Conferência das Partes, ainda não foram incorporadas nesses PLs. Fica uma sugestão de leitura dos PLs tendo como referência esses avanços das discussões nacionais e internacionais, no sentido de buscar essa convergência do Executivo e da negociação internacional com a proposta do Legislativo. Acho que esses dois trilhos precisam ser incorporados aos PLs. E é claro, para não ficar um caminho de uma via só, também o Executivo e as negociações internacionais deveriam beber dos elementos positivos provenientes dos PLs, dentro da lógica defendida pelo Embaixador André Corrêa do Lago.

Com isso, eu termino minha intervenção inicial, Deputado, agradecendo mais uma vez o convite.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Adriano.

Passo a palavra ao Dr. Aloísio de Melo, Coordenador de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda.

O SR. ALOÍSIO DE MELO – Muito obrigado, Deputado Márcio Macêdo.

Meus cumprimentos pela iniciativa de promover esse debate, de conduzir os trabalhos desta Comissão Mista Permanente. Meus cumprimentos ao Senador Cícero Lucena, Senadora Serys, nesse trabalho de coordenar e de motivar a Iniciativa Globe aqui no Brasil. Meus cumprimentos também ao trabalho feito em torno das florestas, apresentado aqui pela Thais e pelo Ludovino. Acho que os elementos apresentados, certamente, trazem contribuições importantes para orientar o debate, em especial em torno do PL de REDD. Meus cumprimentos, ainda, aos meus colegas de Governo, Embaixador André Corrêa do Lago, Adriano, e aos senhores e senhoras aqui presentes – estou vendo aqui o pessoal da Embrapa, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e senhores aqui do Parlamento.

Eu gostaria de colocar alguns comentários e questões em torno dos dois PLs, talvez alguns elementos sobre a possível articulação dessas duas abordagens que, a nosso ver, tratam de questões muito similares. Acho que a figura que o Ludovino mostrou aqui da bonequinha russa, que você vai abrindo e vai vendo coisas, a nossa experiência no Ministério da Fazenda de tratar desses assuntos é um pouco essa. Quer dizer, a partir das provocações colocadas pelas política de clima e pelas políticas de floresta do Governo Federal e pelo Ministério do Meio Ambiente, nós fomos tentando aprofundar a nossa visão sobre esses temas. Dá para ver que são, de fato, questões de grande complexidade não relevantes e que envolvem conceitos bastante inovadores, quando se fala de serviços ambientais mesmo, que, ainda, mesmo do ponto de vista acadêmico ou na sociedade, não são ainda plenamente consolidados e manejados de forma consensual. Então, de fato, são iniciativas legislativas que inovam e que têm o papel, talvez, de consolidar uma visão, uma compreensão e uma conceituação mínima que permita operar políticas, e políticas que são, de fato, bastante novas.

No que se refere ao Pagamento por Serviços Ambientais, acho que esse é um tema com o qual o Governo Federal tem mais proximidade, tanto é que já havia iniciativa legislativa em torno do tema, que é o PL nº 792, ao qual foram apensadas várias outras, inclusive uma iniciativa do Governo Federal, em 2009, de uma proposta de política e programa nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Ou seja, é um tema que tem um pouco mais de visão e acúmulo

dentro do Governo. É lógico que, de 2009 para cá, a gente também foi abrindo as bonequinhas e vendo, descobrindo muito mais elementos. Então, se olhar o PL que o Governo Federal encaminhou naquele momento e a avaliação que a gente faz sobre o PL hoje, de fato, há bastantes elementos novos.

Na tramitação na Câmara, o Relator da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Arnaldo Jardim, procurou o Governo, fez um processo bastante aberto e de diálogo, e, nessa provocação, o Governo Federal olhou novamente o projeto e há um diálogo bastante rico entre o Ministério do Meio Ambiente e nós do Ministério da Fazenda, agora com a Casa Civil, para tentar agregar novos elementos.

Então, eu diria, numa visão muito geral, que o tema do Pagamento por Serviços Ambientais e o PL que está tramitando estão muito mais próximos – ele vai chegar aqui ao Senado –, talvez, de entregar um conjunto de definições, normas e um arranjo que permita implementar uma política de âmbito nacional. Do jeito que está, ele permite estabelecer um marco conceitual, de princípios, de diretrizes sobre serviços ambientais, serviços ecossistêmicos, sobre os quais não cabe entrar muito no mérito aqui, mas que permite operar política. Ele também permite, provavelmente, permitirá criar, de fato, um sistema no qual iniciativas que já existem, que foram citadas aqui, no âmbito das bacias hidrográficas, têm políticas estaduais de Pagamento por Serviços Ambientais já operando, legislações estaduais – a gente pode visitar, olhar um pouco essas iniciativas – e, mesmo alguns arranjos privados já em andamento.

Então, esse PL tem o desafio de servir como um guarda-chuva, como um arcabouço, de fato, que permita operar essas políticas, esses sistemas de PSA que já existem, e também operar um sistema ou uma política efetivamente nacional, na qual prioridades, em termos de serviços ambientais, definidas nacionalmente, possam, efetivamente, ser compensadas, numa visão de que qualquer pagamento direto pelo Governo Federal teria que ser algo realmente muito específico, pontual, para prioridades, do ponto de vista de serviços ambientais, muito claramente definidas.

Num país do tamanho do Brasil, não é possível pensar num sistema geral, nacional, ancorado no Governo Federal, mesmo nos governos estaduais, de pagar esse conjunto de serviços ambientais. Mas, muito mais, o desafio é promover os arranjos em que usuários, beneficiários desses serviços ambientais, sejam, de fato, induzidos e responsabilizados por prover os recursos necessários ao pagamento desses serviços, a exemplo do que já ocorre nos arranjos de bacia hidrográfica da ANA.

Então, esse PL tem esse desafio de servir como esse arcabouço, mas também permitir, onde é urgente e necessário garantir a qualidade de serviços ecossistêmicos, que o Governo Federal vá e atue. Aí o desafio de garantir efetivamente fonte de recursos para isso, ter uma definição de fontes no PL. Eu acho que, com essa discussão dos *royalties*, há a possibilidade de revisão da locação atual da participação especial que hoje vai para o MMA. Isso, de certa forma, suprimiria a fonte principal desse sistema. Coloca-se um desafio de fonte, mas uma vez um desafio de promover arranjos que induzem os agentes privados a entrar nesse sistema, a contribuir para sistemas de pagamento por serviços ambientais. Aí, então, o tratamento tributário aos pagamentos feitos a título de serviços ambientais e aos recebimentos feitos a título desses serviços, vai ser um mecanismo importante de indução desses arranjos.

Então, eu diria que esse tema tem um PL com bons elementos, que deve ser aprimorado, que deve chegar aqui ao Senado, mas que vai permitir um arcabouço.

Do ponto de vista muito conceitual, não há uma visão muito clara, cristalizada. Eu diria que, hoje, o nosso ponto de vista no Ministério da Fazenda é que você pode tratar a manutenção, a ampliação de estoques de carbono típicos ou definidos com a denominação internacional de REDD, e eles seriam uma categoria de serviço ambiental. Ou seja, o reconhecimento de que as florestas, a vegetação natural, ao manter estoques de carbono, contribuem para a estabilidade do sistema climático.

O PL hoje, inclusive, do ponto de vista conceitual, coloca nesses termos. Então, do ponto de vista não operacional, mas muito conceitual, se pode caracterizar carbono como uma categoria de serviço ambiental. Do ponto de vista das implicações jurídicas, não sei como isso seria caracterizado, mas, a nosso ver, seria uma pista para abordar esse tema.

A REDD, como o Embaixador bem coloca, surge como mecanismo internacional. Eu diria que, para ele, o Governo Federal tem esse trabalho conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente, do qual nós participamos ativamente, de construir, consolidar uma visão de estratégia nacional de REDD.

Sobre esse tema, do ponto de vista da iniciativa legislativa, acho que o Governo Federal, de fato, ainda tem um trabalho aí a ser feito, até dialogar mais diretamente com o projeto. Então, o PSA tem iniciativa do Governo Federal sobre o tema, acho que está mais próximo disso; o REDD, não, a iniciativa é do Legislativo, o Governo Federal ainda efetivamente não apresentou as suas visões, não consolidou suas visões sobre o assunto. Então, acho que há ainda um trabalho interno

do Governo Federal e do diálogo com vários atores, que ainda tem que ser conduzido até cristalizar uma visão.

Nós, do Ministério da Fazenda, fizemos já a análise dos dois PLs que estão tramitando: na Câmara, o 195; aqui no Senado, o 212. Fizemos um parecer, uma nota técnica, e, enfim, identificamos questões, lacunas, como as apontadas anteriormente pelo Adriano, do ponto de vista da definição de responsabilidades e atribuições institucionais em relação ao sistema, mas, é óbvio que os PLs são de iniciativa do Legislativo. Então, tem a questão da origem e isso não pode ser resolvido ou equacionado. Temos consciência disso e, de fato, em algum momento teremos que, talvez, encontrar um caminho para que um projeto de lei dê conta desses aspectos, que não são menores. Sem essas definições, não vai haver nenhum sistema efetivamente capaz de operar, capaz de tratar com as questões da geração da linha de base, da eventual necessidade de ter um registro ou sistemas que garantam a integridade de qualquer contabilidade de florestas, de redução de desmatamento ou de estoques que vá ser feita e, posteriormente, a possível atribuição de direitos sobre as ações, ou as atividades e serviços ali embutidos, ou dos direitos sobre eventuais títulos que possam ser gerados a partir dessa atividade.

Então, existe um conjunto de definições que os PLs não trazem. Nós temos conhecimento e sabemos também que é da própria origem dos projetos essas questões. Acho que é um tema sobre o qual o próprio Governo Federal ainda vai ter que trabalhar mais.

Mais uma vez, e como comentários finais, acho que o trabalho que o Ludovino apenas apresentou a síntese traz muitos elementos para que a gente, Governo Federal, em diálogo com o Parlamento, em diálogo com os entes estaduais, que estão profundamente dedicados ao tema, possa evoluir nessas definições. É uma questão mesmo de ir abrindo as bonequinhas e ver quais as definições necessárias, imprescindíveis, em termos do marco legal que vai ser estabelecido. Se fosse para sintetizar um pouco o nosso olhar sobre isso, de fato, como mecanismo internacional, ele se materializa, hoje, por meio do Fundo Amazônia. De fato, o Brasil foi inovador ao propor um mecanismo muito simples, com uma informação confiável do ponto de vista do resultado já obtido em termos de redução do desmatamento, um mecanismo simples para internalizar recursos a título de contribuição voluntária para compensar essas iniciativas. O Fundo Amazônia, com esse arranjo do internacional até o nível nacional, de fato, é bastante bom. Temos discussões inclusive com os Estados, quando participamos dessas em que se identifica que daí para baixo há questões a serem melhoradas, aprimoradas. Ou seja, o Fundo da Ama-

zônia, hoje, não é um mecanismo que permite que os agentes privados – sejam produtores rurais ou mesmo os ocupantes regulares das unidades de conservação públicas, povos indígenas, comunidades tradicionais e tal – sejam compensados pelo resultado. O Fundo da Amazônia capta uma compensação nacional, agora, o mecanismo para que a contribuição de cada um seja compensada não existe. Acho que esse talvez seja, a nosso ver, pelo menos, um grande tema, um grande desafio, que pode, talvez, ser resolvido na forma de um sistema de pagamento pelo serviço ambiental do estoque ampliado de carbono etc. Então, acho que, em relação ao mecanismo como um todo, talvez seja um grande tema, que vai exigir também um trabalho para tentar equacionar.

Além disso, efetivamente, é muito concreta, ou pelo menos existe, a possibilidade de que essa ação de reduzir o desmatamento, ou de reverter tendências de desmatamento, ou de ampliar estoques, gere a possibilidade de ativos que tenham valor, que sejam valorados por agentes econômicos do mercado etc., seja para fins de compensação em sistemas voluntários – hoje, nenhum sistema mandatório permite isso – ou seja, enfim, para contribuições para título de imagem etc. Talvez, então, uma questão de fato é se o PL, como foi bem apresentado aqui, esclarece as questões de titularidade, responsabilidade e a natureza de possíveis ativos que possam ser gerados por essas ações.

Como o Embaixador bem colocou, e o Adriano também, do ponto de vista internacional e do ponto de vista nacional, eu diria que não está no horizonte que sistemas mandatórios, no curto prazo, estabeleçam mecanismos de compensação de emissões por crédito de carbono do desmatamento evitado. Pode ser que surjam. É possível que, na Califórnia, isso se regulamente. No Brasil, no âmbito dos Estados, há alguns que discutem essa possibilidade e tal. Mas, de fato, ancorar o PL em torno desse tema talvez seja muito frágil, além de se trabalhar hoje com algo que é apenas uma hipótese, uma possibilidade sujeita a muito debate, a muito questionamento.

Por outro lado, talvez o PL deva, de fato, trazer a segurança jurídica a quem efetivamente possa gerar ativos, títulos que venham a ser transacionados e que tenham algum valor, ainda que não para fins de compensação de emissões. E, mais uma vez, esses elementos colocados aqui pelo trabalho da Globe vão ser muito importantes.

É lógico que é a definição da natureza jurídica, e essa questão de que se é um serviço, se é um bem intangível e transacionável, como, inclusive, está lá no Código Florestal, esse tipo de definição tem que ser, de fato, clarificada, e o tratamento tributário a ser dado

vai depender um pouco desse tipo de definição. E, aí, acho que, mais uma vez, há uma visão já da CVM sobre isso, em que ela diz tudo o que não é, embora o que seja ainda não fique muito claro. Mas acho que há um trabalho aí que, de fato, vai ajudar a dar bases mais claras e mais seguras para isso.

Então, Deputados, Senadores, eram esses elementos que queríamos colocar, do ponto de vista do nosso olhar e da nossa avaliação sobre esses temas. Mais uma vez, colocamo-nos à disposição para esse diálogo, como fazemos no Governo também com o Parlamento, para que, de fato, possamos avançar nesse tema. Acho que se há algo que ficou muito claro, muito patente, no debate do Código Florestal é essa visão da sociedade brasileira de que os esforços em torno da manutenção e da ampliação das florestas devem ser recompensados, devem ser materializados na forma de benefício para os agentes que fazem esse trabalho. E toda a Convenção do Clima é um mecanismo muito didático para também exemplificar que isso tem um valor, tem um papel desempenhado e que isso deve ser internalizado por meio de diferentes mecanismos.

Então, colocamo-nos à disposição para fazer avançar essa visão e a criação desses instrumentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Agradeço as palavras do Dr. Aloísio de Melo.

Eu gostaria de fazer um comentário e uma pergunta e passar para os nossos palestrantes, se assim o desejarem, para fazerem as suas considerações finais.

O comentário é que, no meu entendimento, pelo que foi falado aqui pelos Ministérios presentes e pelo Itamaraty, há um caldo de acúmulo e cultural para que, associado às ações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo brasileiro e pelos Estados, como entes federados, seja possível ampliarmos uma ação acerca de benefício daqueles que protegem e que mantêm as florestas de pé.

Diante disso, acho que é necessário as duas Casas Legislativas darem passos em relação à consolidação de um marco legal para esse tema.

Então, os três projetos que estão em debate, Deputado Tripoli, tanto no Senado quanto na Câmara, seja do mecanismo de REDD+, seja dos pagamentos de serviços ambientais, precisam avançar para a sua aprovação. Acho que, para isso, tem que haver um exercício dos líderes partidários, das comissões que têm afinidades com o tema e do Governo. É importante que esses acúmulos que há no Ministério da Fazenda, no Ministério do Meio Ambiente, associados à política pública vitoriosa de proteção das florestas brasileiras e da redução do desmatamento, possam-se transformar numa política central do Governo e que o Gover-

no, com os líderes no Congresso Nacional, ou melhor dizendo, que os líderes no Congresso Nacional com o diálogo com o Governo – porque o protagonismo é do Parlamento, no que concerne à construção de um marco legal para o Brasil –, num prazo urgente, votem e aprovem a legislação brasileira sobre REDD+, sobre pagamento de serviços ambientais, assim como fez o México, que é outro país que detém um número significativo de floresta. Que o Brasil possa influenciar outros países, a exemplo da Indonésia e da República Democrática do Congo, que têm grandes florestas, e que possa liderar esse processo ao lado das ações de políticas públicas de Estado que têm sido feitas para a redução do desmatamento.

Então, essa é uma tarefa que se impõe para o Parlamento brasileiro, Senado e Câmara. Espero que possamos dar essa resposta ao Brasil e ao mundo, num futuro próximo, numa agenda que possa, neste final de ano e no início do próximo ano, ser votada nesta Casa.

Como tarefas, até para sugerir uma nova força-tarefa, pois já foi feita uma este ano, sugiro que seja feita uma agenda, junto aos Presidentes das Casas, aos líderes partidários e aos interlocutores oficiais do Governo Federal, que possa ser aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Aproveitando aqui o nosso Embaixador e para explorá-lo – quase que a língua não me deixa falar –, que ele possa falar um pouco mais sobre uma das coisas que me preocupou nessa COP 18, porque eu sou daqueles que acreditam que essa Convenção foi bem-sucedida, porque foi feita a ampliação do Acordo de Kyoto, que tem impacto direto no que se está discutindo aqui.

Outra questão é sobre a forma de financiamento. Como é que os países desenvolvidos trataram disso de forma objetiva, Embaixador, porque essa é uma questão central? O Anexo I vai financiar ou não os países em desenvolvimento a estabelecerem metas e a cumprí-las?

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Deputado, muito obrigado por este debate e, agora, pela pergunta.

Vou responder a V. Ex^a de maneira muito clara. Com relação ao financiamento, ficou nitidamente demonstrado que os países desenvolvidos não pretendem cumprir com as suas obrigações da Convenção. Ou seja, os países desenvolvidos se comprometeram a compensar os países em desenvolvimento, desde o início dessa negociação, há mais de 20 anos. Na Convenção, está muito claro que os países que têm meios financeiros e tecnológicos e que já estão desenvolvidos têm não só que reduzir as suas emissões, mas contribuir financeiramente com tecnologia para que os países em desenvolvimento, ao buscarem o

seu desenvolvimento sustentável, consigam reduzir ao máximo as emissões desse esforço.

São 20 anos que isso não é cumprido na escala necessária. É claro que entra dinheiro, é claro que existem projetos, que existe o GEF, que existem vários mecanismos – o próprio Fundo Amazônia, para o qual a Noruega tem sido generosa e tudo – e que tem entrado recurso. O grande problema, Deputado, são as proporções. Quando vemos os números aí, desde a recuperação da Grécia, os custos que o Estado de Nova Iorque vai ter por causa do Sandy são mais altos que todo dinheiro que está sendo dado pelo mundo inteiro para combater a mudança do clima. Quer dizer, não é possível, as proporções são completamente absurdas.

Então, o que acontece é que existe, do ponto de vista do discurso, sim, um comprometimento com o Fundo Verde do Clima de procurar um certo número de bilhões de dólares anualmente com vistas a chegar a US\$100 bilhões anuais, a partir de 2020, isso foi reiterado, mas, infelizmente, sabemos que esse valor é muito abaixo do que seria necessário. Por isso mesmo, a importância de conhecermos melhor – e acho que o Aloísio colocou isso muito bem –, de termos consciência da importância de se assegurar que as comunidades, os países que vêm lutando para manter as florestas, possam ter um tipo de compensação.

Há um outro elemento que eu queria colocar aqui, que acho muito importante e que, às vezes, lá fora, as pessoas esquecem: o Brasil acabou de anunciar uma redução absolutamente extraordinária de desmatamento, mas, para se fazer a conservação da floresta, o esforço e o custo disso são absolutamente brutais. Não é como uma fábrica que se fecha porque é ineficiente, e constrói-se uma fábrica que é eficiente. Ali, a coisa está resolvida por um certo tempo. A questão do desmatamento é uma constante, é o dia a dia. O fato de impedirmos e termos reduzido o desmatamento não quer dizer que todos os elementos que contribuem para que, eventualmente, isso volte desapareçam. Não, de maneira nenhuma! Os elementos todos estão ali à espreita, como está ali mostrando a nossa Senadora.

Então, a responsabilidade do país que reduz desmatamento é dupla, porque não só ele conseguiu, mas ele tem que ficar mantendo aquilo, e isso representa um custo absolutamente gigantesco, inclusive isso é a base de uma das lógicas pelas quais muitas pessoas levantaram, desde o início, o problema da compensação de emissões: se você troca uma redução de emissões de floresta por uma autorização de emissão na Alemanha ou em Luxemburgo, eles emitiram aquilo, e o país que controlou o desmatamento continua responsável durante anos e anos a manter aquilo que o outro gozou. O outro é que está aproveitando o resultado daquela

redução. Então, não só há uma complexidade técnica gigantesca, uma complexidade política enorme, como há, evidentemente, uma responsabilidade, aí, sim, de um compromisso.

Acho que a área de financiamento é uma área em cujas negociações internacionais vamos ter que nos dedicar muito. Mas ajudaria demasiado termos uma lógica de valorização e valoração dos serviços ambientais para que isso seja recebido não apenas como alguma coisa que fica bem para uma empresa. Fica bem para uma empresa dizer que fez uma coisa, que fez outra coisa.

Eu quero, mais uma vez, agradecer e reiterar uma coisa que o Aloísio disse e que acho que foi absolutamente perfeita: não ancoremos um PL numa legislação internacional que, na realidade, não existe. Isso daí é da maior importância. Temos que fazer o que o Brasil pode, de acordo com as nossas prioridades, de acordo com o máximo de informação e aproveitando uma área na qual o Brasil pode ter uma liderança internacional extraordinária que não podemos perder. Porque há uma expectativa de que o Brasil seja um líder nessa área.

Portanto, acho que cabe ao Congresso dar as condições para que o Brasil possa fazer isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ CORRÊA DO LAGO – Claro!

Portanto, acho que o Brasil não pode perder esta ocasião de liderança. Falamos de *soft power* do Brasil, porque o Brasil não quer ser uma potência ameaçadora; ao contrário, é uma potência que vem com ideias, com soluções e com apoio para que outros países possam fazer coisas na mesma linha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Embaixador.

Passo a palavra para o Adriano, que vai fazer seus comentários finais; em seguida, o Aloísio fará também; e encerraremos com a nossa Embaixadora da Cúpula Mundial da Globe no Brasil, a ex-Senadora Serys.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Deputado, mais uma vez, gostaria de, rapidamente, aproveitar a sua questão em relação à forma de financiamento, como está sendo tratada no âmbito da Convenção a coisa internacional, e fazer um gancho com o que o Embaixador André Corrêa do Lago mencionou.

Ouve-se muito lá fora sobre esse esforço que vimos fazendo e os grandes resultados que vimos alcançando em relação à redução de emissões: “Se o Brasil está fazendo tanto, então não precisa de recurso internacional, não precisa de recurso financeiro.”, quando, na verdade, é o que o Embaixador falou, o esforço vai ser cada vez maior para manter essas taxas nos

níveis baixos que estão. Então, acho que essa é uma parte importantíssima. E é por isso que, entre outras ações, além do PPCEDAm, do PPCerrado, o Governo Federal tem uma força-tarefa junto com o Ibama, com o Poder Judiciário, com o Inpe, trabalhando 365 dias por ano, e isso custa dinheiro. Então, vimos tentando fazer o melhor possível, e realmente vai ser um esforço brutal manter essas taxas baixas.

Quero aproveitar um comentário também do Embaixador Corrêa do Lago em relação às reduções que países desenvolvidos acabam gozando daquilo que foi alcançado nos países em desenvolvimento e também aproveitar a oportunidade para fazer a defesa do mecanismo de desenvolvimento limpo nesse sentido. Da mesma forma, países desenvolvidos estão utilizando reduções que foram alcançadas por esforços de países em desenvolvimento, legítimas. Isso é da natureza do mecanismo, o mecanismo é para auxiliar países do Anexo I a cumprir esses compromissos. Mas um exemplo de uma pequena central hidrelétrica que tem um período de creditação de 7 anos, podendo ser renovável, ou 10 anos fixos, o resultado de redução de emissão que fica não é só para aquele período de creditação, temos o período da vida útil do projeto. Então, a contribuição dos países em desenvolvimento em relação à redução de emissões por meio dos projetos de minério também vem auxiliar nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Dr. Aloísio de Melo.

O SR. ALOÍSIO DE MELO – Eu gostaria de complementar dois pontos apenas. Um é reiterar que temos pleno acordo sobre um ponto importante que o Adriano tinha colocado anteriormente: a visão de que REDD é, pela definição, o conjunto de várias atividades. Normalmente se foca muito no desmatamento evitado, mas a ampliação de estoques por meio de recuperação e regeneração de ar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOÍSIO DE MELO – ...é um componente importante do REDD. E, nesse caso, sim, da mesma forma que, em MDL, temos metodologias para reflorestamento, para florestas plantadas que permitem a geração de créditos, eventualmente, no caso de ampliação de florestas naturais, também você gera um estoque novo. Então, isso está mais próximo do que seria um mecanismo, efetivamente, de mercado. Esse é um ponto importante a considerar.

O segundo ponto mais geral é o seguinte: olhando a questão das florestas e a dimensão que isso tem no Brasil – e efetivamente os vários serviços associados, serviços ecossistêmicos associados às florestas –, poderemos notar que não vai existir um mecanismo

capaz de efetivamente resolver ou dar conta das necessidades de compensação de remuneração por esse serviço. Então, na verdade, o que tratamos, o olhar que temos é de desenvolver um conjunto de vários mecanismos que, juntos, atendam às diversas situações que permitam que as florestas sejam mantidas, ampliadas, recuperadas e tal. Nesse sentido, algo como a cota de reserva ambiental prevista no Código é um mecanismo importante; serviços ambientais que olhem, por exemplo, para a biodiversidade ou para a água pode ser um outro mecanismo importante; mecanismos de investimentos privados, geração de direitos sobre aqueles ativos florestais ou de valores associados a títulos florestais para transacionar em mercados que valorizem, são um outro caminho; mecanismos de incentivo ou de subvenção associados à gestão de florestas ou à gestão das atividades agropecuárias que minimizem impactos nas florestas é um outro mecanismo, objeto de um projeto muito interessante de pesquisa na Embrapa. Ou seja, quando nos referimos à remuneração de floresta, o desafio é a capacidade de gerar esse leque amplo e compreensivo que mobilize recursos privados, que, eventualmente, mobilize recursos públicos na forma de aportes adicionais e que venha também da reorientação dos atuais mecanismos, instrumentos, incentivos, subvenções, que já existem e que poderiam ser canalizados para incentivar ou para compensar essas atividades. Então, eu acho que o desafio é um pouco isso e fazer essa composição. Acho que esses dois PLs vão trazer elementos muito importantes para esse grande quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Com a palavra, Senadora Serys, Embaixadora da cúpula da Globe no Brasil.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Sempre Senadora, pelo trabalho que você fez aqui.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO – Eu gostaria de dizer que eu estava rememorando aqui – eu tenho que ser bem breve –, uns 7 anos atrás, quando começamos a participar da Globe International, nunca imaginávamos que iríamos chegar aqui. Eu diria que 7 anos até que foi um ritmo bem ligeiro para estarmos nisto aqui hoje: na metade do mês de dezembro, num momento difícil, em que o Parlamento está extremamente sobrecarregado, e o Executivo também, conseguirmos fazer uma conversa como esta que está acontecendo com a participação da Globe Brasil, dos Srs. Deputados, dos Srs. Senadores, do Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas – o Deputado Márcio –, que tem sido uma figura extremamente

atuante na Globe International, do nosso Presidente da Globe Brasil – Senador Cícero Lucena –, do Vice – Senador Rollemberg –, que também fez uma fala há pouco aqui, do Deputado Tripoli, dos outros parlamentares da Comissão de Mudanças Climáticas e da Globe Brasil como um todo.

Houve uma participação – vamos dizer assim – tripartite. Foi muito dito aqui – eu não vou entrar em conteúdo, na discussão, até porque já aconteceu bastante e não dá para eu entrar nessa –, falou-se bastante sobre a necessidade de uma participação da sociedade como um todo. E, aí, temos aqui hoje: o Parlamento, através das duas Casas, com a sua representação; o Governo, nessa figura ímpar e *hors concours* para mim que é do Embaixador André Corrêa do Lago. E é *hors concours*, sim, não adianta ficar fazendo careta aí! Porque, poxa, em todos os eventos internacionais, ele está na linha de frente e vai puxando. Ele é aquele que puxa e empurra, e vai indo; as coisas estão indo, às vezes, mais devagar, às vezes, mais rápido, mas ele está lá, sempre dando a sua grande contribuição. Realmente é uma coisa fantástica vermos o Ministério da Fazenda sentado numa mesa dessas. Aloísio de Melo, parabéns para você, leva lá – eu já estou mandando em nome da Comissão, Márcio, aqui com a sua permissão – uma saudação ao Ministro. E à nossa Ministra, Adriano! É claro que o Ministério do Meio Ambiente é sempre aquele que está na linha de frente, mas eu acredito que o Ministério da Fazenda... Temos que começar a discutir capital natural, temos que começar a discutir um monte de coisa, para fazer essas coisas acontecerem! E esta Comissão está prestando um grande trabalho. Além da Globe Brasil, que envolve esta Comissão, há a Embrapa, aqui, que é de primeira grandeza, os demais assessores presentes, a Natalie, que sei que é de alto gabarito etc, além das pessoas de outros ministérios.

Então, finalizo dizendo que o Dr. Ludovino, que fez um grande trabalho de discussão dessa questão, e a nossa querida Thais, que é figura ímpar nessa área de florestas da nossa Globe International e da Globe Brasil. Ao mesmo tempo em que ela está lá no Congo, ela está aqui no Brasil, está lá no Catar, enfim, ela está sempre correndo atrás e na frente dessa questão das mudanças climáticas para irmos avançando.

Era isto que eu precisava dizer: que é um momento extremamente relevante, apesar de difícil, conseguirmos, aqui no Brasil, uma discussão desse nível. E há mais, porque os três Poderes estão envolvidos, na verdade. O Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, me ligou, eu falei com ele, que é uma pessoa extremamente atuante nessa área, tem participado, não pode estar aqui, ele chegou de Wa-

shington ontem já muito tarde e está atrasado, segundo ele, às reuniões no STJ, mas sente muito, Deputado, e pediu que eu comunicasse a V. Ex^a, a todos que estão participando e ao Presidente da Globe Brasil, o Senador Cícero, que ele continua participando e que ele quer participar de outros eventos. Eu diria que são os três Poderes juntos e mais a sociedade organizada, os que foram entrevistados etc., que estão participando desse trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço aos palestrantes desta Mesa de hoje, ao Senador Cícero Lucena, Presidente da Globe Brasil; ao Senador Rodrigo Rollemberg; aos técnicos da Globe, Thais Narciso, Gerente de Projetos de Florestas da Globe Internacional, e Ludovino Lopes, consultor da Globe, que fizeram aqui uma apresentação técnica muito consistente. Agradeço aos ministérios aqui presentes, ao Adriano Santiago, em nome de quem agradeço ao Ministério do Meio Ambiente. Leve meus cumprimentos à Ministra Izabella. Agradeço ao Aloísio de Melo, em nome de quem agradeço ao Ministério da Fazenda. Leve também nosso abraço ao Ministro Guido Mantega. Agradeço ao Embaixador André Corrêa do Lago e digo que as palavras dele são o testemunho incontestável do sucesso da diplomacia brasileira na COP 18 e nos eventos internacionais. Então, leve os meus cumprimentos a todos que fazem parte deste instrumento importante da diplomacia brasileira que é o Itamaraty. Abraço todos os presentes, cumprimento o meu querido amigo e colega Ricardo Tripoli, que, nesta Casa, faz um trabalho brilhante.

Encerro esta reunião de hoje, convocando os Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para, na próxima quarta, nós fazermos a última reunião do ano, quando discutiremos os resultados da COP 18 e aprovaremos o relatório final dos trabalhos desta Comissão no ano de 2012.

Então, muito obrigado a todos e um forte abraço.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.)

ATA DA 20^a REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e nove minutos do dia dezenove de dezembro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio

Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza e Wilder Moraes, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havia número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19^a Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta dividida em duas partes. A primeira parte destina-se a discussão e resultados da COP-18 e a segunda parte sobre a apresentação e votação do Relatório final da Comissão do ano de 2012. O Senhor Presidente solicita inversão de pauta, sendo aprovada por unanimidade. Passa-se, então, a palavra ao Senador Sérgio Souza, Relator da Comissão, que inicia a apresentação do seu relatório. Após a exposição do Relator, o Senhor Presidente, coloca em discussão. O Presidente relata o bom trabalho do Relator e faz uma recomendação de inclusão, no sumário executivo, no item 7, sobre o pagamento por serviços ambientais e o mecanismo de emissões por desmatamento e degradação florestal – REDD+ seja incorporado no parágrafo, sendo prontamente aceita pelo Relator. O Senhor Presidente coloca em discussão a todos os parlamentares. Não havendo quem queira discutir, coloca em votação. O Relatório final da Comissão é aprovado por unanimidade. Passa-se a outra parte da reunião, sobre a discussão e resultados da COP18, usam da palavra o Presidente e o Senador Sérgio Souza, onde destacam a participação dos parlamentares naquela Conferência. Após, são colocados, extrapauta, os seguintes requerimentos: nº 11, de 2012-CMMC, que “requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, sobre a formação e participação do Brasil na Agência Internacional de Energias Renováveis, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério das Minas e Energia; e Representante da International Renewable Energy Agency –IRENA. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares e Deputado Márcio Macedo. Resultado: Aprovado; e nº 10, de 2012-CMMC, que “requer, nos termos regimentais, autorização para participação da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, na primeira Cúpula da GLOBE sobre legislação do clima, a ser realizada em Londres, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2013”. Autoria: Deputado Márcio Macêdo. Resultado: Aprovado; A seguir, o Senhor Presidente agradece aos parlamentares, servidores e demais presentes pelos trabalhos da Comissão durante o ano de 2012. Antes de encerrar propõe a dispensa da leitura

e aprovação da Ata dessa Reunião, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Eu vou propor a inversão da pauta aqui, para que nós iniciemos a pauta da reunião com a apresentação do relatório final desta Comissão de 2012, feita pelo Relator Senador Sérgio Souza.

Queria informar que hoje nós faremos um debate acerca dos resultados e da participação da delegação brasileira de Parlamentares na COP - 18, em Doha, que teve a presença de dois membros desta Comissão, eu, Presidente desta Comissão, e o Relator, que vai fazer aqui uma prestação de contas da nossa atuação e um relato das decisões acerca da Conferência das Partes, ocorrida em Doha, no Catar.

Primeiro, vamos tratar do relatório desta Comissão e, em seguida, faremos as nossas considerações acerca da viagem e dos debates da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, em Doha, no Catar.

Então, com a palavra o Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, o relatório está pronto e já foi entregue aos Srs. Parlamentares, a todos. Nós vamos fazer ainda, ao final, a inclusão de um anexo de que vai constar a análise da audiência pública da semana passada, que tratou da Globe e também da Conferência das Partes, ocorrida em Doha, e também das manifestações dos Srs. Parlamentares que hoje vão fazer também uma manifestação sobre o fechamento da Convenção das Partes, ocorrida na cidade de Doha.

Então, recapitulando, nós vamos ainda incluir um anexo de que constarão as impressões da reunião da semana passada e também desta reunião no que diz respeito à análise de Doha.

Quanto ao relatório, Sr. Presidente, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada pela Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, tem como Presidente V. Exª, Deputado Márcio Macedo, como Vice-Presidente a Senadora Vanessa Grazziotin e como Relator o Senador Sérgio Souza.

Primeiramente, nós desenvolvemos um Plano de Trabalho. A Comissão foi criada com o objetivo de concentrar em um único órgão os seus esforços ou os esforços do Senado Federal e os esforços da Câmara dos Deputados relativos ao tema.

O Colegiado tem como missão acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Os trabalhos da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, em 2012, foram orientados por este Plano de Trabalho aprovado, em 18 de abril de 2012, pelos membros do Colegiado.

Sr. Presidente, vou fazer uma síntese do relatório, porque ele tem 170 páginas, aproximadamente. Eu sintetizei aqui, em umas seis ou sete laudas, a essência do conteúdo do relatório, que passo a expor a V. Exªs.

Eixos estruturantes dos nossos trabalhos em 2012: segurança energética, alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima, integração das estratégias nacionais de conversão da biodiversidade, de redução do desmatamento e do combate à desertificação com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o PNMC, no contexto do desenvolvimento sustentável e diagnóstico da estrutura institucional dos Estados para o combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima.

Andamento dos trabalhos na Comissão.

Com o objetivo de ampliar a abrangência das discussões e obter informações, dados e opiniões de variada gama de atores envolvidos com o tema mudança do clima, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realizou audiências públicas e diligências, bem como participou de eventos importantes relativos ao tema, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), entre 13 e 22 de junho de 2012, no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, como também a Rio Climate Challenge (Rio Clima), entre 13 e 17 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, e a 18ª Conferência das Partes (COP-18) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, entre 26 de novembro e 7 de dezembro de 2012, em Doha, no Catar.

Além de reuniões administrativas – para eleição dos integrantes da Mesa, aprovação do Plano de Trabalho e apreciação de requerimentos, por exemplo –, a Comissão realizou em 2012 quase duas dezenas de audiências sobre temas variados, cujo conteúdo

se encontra consolidado no relatório já disponibilizado a todos os Srs. e Sr^{as}s Parlamentares componentes desta Comissão.

Consolidando os debates na Comissão, Sr. Presidente, fazendo aqui uma síntese, é apresentada uma consolidação dos intensos debates travados perante o Colegiado, sobre os mais diversos assuntos tratados em 2012. Em atenção ao espírito propositivo desta Comissão e com base nas observações dos expositores que aqui estiveram, são apresentadas algumas recomendações aos Poderes da República nas diversas instâncias – federal, estadual e municipal.

Foram tratados por esta Comissão, no relatório, os seguintes temas: economia verde no contexto da erradicação da pobreza; governança para o desenvolvimento sustentável; os compromissos voluntários do Brasil; o financiamento das medidas de mitigação e adaptação; o Fundo Clima; o pagamento por serviços ambientais; a ciência e a tecnologia; o Plano Nacional sobre Mudança do Clima; planos setoriais de mitigação e adaptação; planos de combate ao desmatamento; o bioma Floresta Amazônica; o bioma Cerrado; a conservação da diversidade biológica; a produção agropecuária; o Plano ABC; a segurança alimentar e nutricional no contexto da mudança do clima; o semiárido brasileiro e desertificação; o Plano Setorial de Energia; as cidades sustentáveis; o Plano Setorial de Mobilidade Urbana; o Plano Setorial de Transportes; o Plano Setorial da Indústria; o Plano Setorial da Siderurgia; o Plano Setorial da Saúde; o Tratado de Cooperação da Amazônia; e o Código Florestal Brasileiro.

Esses foram os temas tratados durante o ano de 2012 por esta Comissão.

Eu fiz uma consolidação de todos esses temas no relatório de forma mais ampla, para que possamos todos entender os trabalhos por completa da Comissão, e destaquei dois dos temas para expor de maneira um pouco mais prolongada, que diz respeito à participação desta Comissão na Rio+20 e também a participação desta Comissão na COP-18, que ocorreu na cidade de Doha, no Catar.

Em reunião preparatória para a Rio+20, foi ressaltada a relevância da Conferência que, além de ser uma oportunidade excepcional de se avançar na agenda internacional sobre desenvolvimento sustentável, seria importante para o Brasil reforçar sua posição de destaque no cenário mundial.

O Brasil deve assegurar que suas opções de desenvolvimento sejam contempladas nos acordos internacionais. A Rio+20 seria uma grande oportunidade para o País, que tem alcançado avanços tanto na área econômica quanto nas áreas social e ambiental. O fortalecimento do paradigma do desenvolvimento

sustentável deverá trazer mais oportunidades do que dificuldades para o País.

Diferentemente da sistemática adotada no âmbito do regime internacional de mudança do clima – que conta com várias reuniões ao longo do ano, culminando com uma grande conferência ao fim de cada ano –, conferências como a Rio+20 ocorrem em raras oportunidades. Eventos dessa natureza reúnem chefes de Estado e de governo do mundo todo, o que permitiria a tomada de decisões ambiciosas. Reuniões desse porte causariam impacto relevante em três dimensões: multilateral, por meio das negociações na esfera da ONU; nacional, referente à maneira como cada país busca o desenvolvimento sustentável; e da sociedade civil, cujo engajamento é fundamental para que as decisões tenham efeito prático.

Esperava-se que a Rio+20 fosse lembrada como o momento em que o conceito de desenvolvimento sustentável, reconhecido na Rio-92, tornou-se um paradigma efetivo para o desenvolvimento mundial. Desde 1992, surgiram dois fatores que tornam fundamental a adoção de práticas sustentáveis: a mudança do clima e a conscientização da necessidade de erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. Com o aumento de consumidores no mundo, há necessidade urgente de adaptação dos padrões econômicos, sociais e ambientais atuais, que não se sustentariam por muito tempo.

O Brasil levaria às discussões da Rio+20 as seguintes propostas principais:

– A economia verde deve ter caráter inclusivo, com foco na erradicação da pobreza e no uso racional dos recursos naturais;

– Os atuais padrões de produção e consumo devem ser alterados, para adaptarem-se ao paradigma da sustentabilidade;

– Devem ser adotadas novas métricas para avaliação do desenvolvimento dos países, pois o crescimento avaliado por meio do PIB ou do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não contempla a sustentabilidade ambiental;

– O Pnuma deve ser fortalecido e um fórum ou conselho supranacional de desenvolvimento sustentável deve ser criado.

Considerava-se fundamental a elaboração de um acordo, ainda que ele não refletisse exatamente as ambições dos Estados participantes. A aprovação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Rio+20 seria um avanço, pois eles possibilitariam o início de mudanças pontuais, com referências claras para que todo o sistema das Nações Unidas – incluindo o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional

(FMI) e a OMC – levasse adiante o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Esperava-se que a Rio+20 contribuísse para a superação das resistências da vertente econômica ao desenvolvimento sustentável, baseadas na crença equivocada de que a proteção do meio ambiente gera perdas financeiras. A Rio+20 seria uma oportunidade de discutir a sobrevivência dos países não apenas à atual crise econômica, mas ao longo das próximas décadas. Contudo, conciliar crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental não é simples e não ocorre em curto prazo. Para uma transição bem sucedida para o modelo de desenvolvimento sustentável, nenhum desses pilares deve ter prevalência sobre o outro. Entretanto, as dimensões ambiental e social ainda não foram plenamente internalizadas pelas instituições, que continuam preocupadas com o aspecto imediato dos resultados econômicos.

Para alguns, a Rio+20 seria realizada em oportunidade pouco ou nada propícia da história. Isso porque o sistema internacional está estruturado em três superpotências: União Europeia, EUA, e China. E qualquer avanço em termos ambientais requer a conjugação de interesses desses três agentes, o que não ocorre atualmente. Seriam necessárias mudanças políticas para que houvesse transformações significativas no campo ambiental. Nos EUA, os democratas teriam que vencer na Câmara, no Senado e na Presidência; na China, seria preciso ter uma maior participação dos reformistas no novo governo; e, na União Europeia, é imperativo superar a crise econômica.

Do ponto de vista internacional, estima-se que a Rio+20 tenha fortalecido a posição internacional brasileira em temas de desenvolvimento, inclusive de meio ambiente. A Rio+20 teria reforçado a importância dos princípios da CQNUMC, notadamente o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Ao contrário do que é normalmente alardeado, a COP-18 não tinha a pretensão – aqui, Sr. Presidente, saindo da Rio+20 e passando para a conferência das partes sobre o clima ocorrida no final deste ano, no final do mês de novembro, início do mês de dezembro, inclusive com a presença de V. Ex^a nesta conferência. Ao contrário, Sr. Presidente, do que é normalmente alardeado, a COP-18 não tinha a pretensão de oferecer soluções para todos os problemas. A Conferência de Doha tinha por objetivo concluir processos negociadores iniciados em 2007, durante a COP-13, realizada em Bali, na Indonésia. Somente com o encerramento desses processos seria possível avançar as negociações dentro do novo marco inaugurado na COP-17, realizada em Durban, na África do Sul, no ano passado.

Avanços importantes foram conquistados em Doha, como, por exemplo: o prazo de validade do Protocolo de Quioto foi prorrogado até 2020; os trabalhos do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para Ações Cooperativas de Longo Prazo, lançado em 2007, foram encerrados; e foi dado início às negociações no âmbito da Plataforma de Durban, firmada em 2011.

A importância da prorrogação do Protocolo de Quioto é evidente. Esse tratado, único documento juridicamente vinculante em vigor na esfera da Convenção do Clima, expiraria em dezembro de 2012, ou seja, agora no final do ano. Em 2009, durante a COP-15, realizada em Copenhague, na Dinamarca, fracassaram os esforços internacionais de fixar as condições para um segundo período de compromisso do Protocolo, que deveria vigorar a partir de 2013. Somente em 2011, na COP-17, chegou-se ao acordo de que um novo documento vinculante será firmado até 2015, para entrar em vigor em 2020, uma vez que o Protocolo de Quioto foi prorrogado até 2020 – prorrogado tão-somente agora, lá na COP-18, no Catar.

Nesse contexto, não renovar a vigência do Protocolo de Quioto geraria um hiato entre 2013 e 2020, no qual não existiria qualquer tratado que estipulasse obrigações quantificáveis, por menores que fossem, de redução de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, diversos avanços conceituais, inclusive o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, estariam ameaçados.

Outro importante resultado da COP-18 foi o encerramento dos trabalhos do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para Ações Cooperativas de Longo Prazo, conhecido pela sigla AWG-LCA. Em 2007, o lançamento desse processo negociador ocorreu a partir de proposta do Brasil e tinha por objetivo reaproximar os EUA das discussões internacionais sobre clima.

Embora aquele país seja signatário da Convenção do Clima e um dos principais responsáveis históricos pelo agravamento do efeito estufa, ele não é signatário do Protocolo de Quioto. Isso faz com que a maior economia do mundo não tenha metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Diante dos evidentes prejuízos de se excluir, por completo, os Estados Unidos da América dos debates sobre o tema, a COP-13 buscou criar um mecanismo que trouxesse aquele País de volta à mesa das negociações.

O AWG-LCA produziu avanços em diversos pontos. Foram criados planos de trabalho que visam ao atingimento do objetivo final da Convenção, que é estabilizar a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, de modo a evitar alterações perigosas no sistema climático. Esses planos de trabalho tratam de

temas tão diversos quanto mitigação, adaptação, mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, que é o REDD+, desenvolvimento e transferência de tecnologias limpas, financiamento, entre outros.

Por fim, a prorrogação da vigência do Protocolo de Quioto e o encerramento dos trabalhos do AWG-LCA permitiram o efetivo lançamento das tratativas no âmbito da Plataforma de Durban. O objetivo dessa nova plataforma de negociações é elaborar, até 2015, um documento vinculante, que entrará em vigor em 2020.

Era imprescindível que a COP-18 encerrasse os processos anteriores, sob pena de inviabilizar o cumprimento do cronograma preestabelecido.

A Plataforma de Durban passa agora para o centro das discussões sobre clima e deve concentrar os debates na COP-19, em 2013, na Polônia.

O documento final da Conferência de Doha indica a necessidade imperiosa de elevar o nível de ambição dos países. Diversos compromissos voluntários de redução de emissões foram oferecidos no âmbito do AWG-LCA. No entanto, esses compromissos são significativamente insuficientes para restringir o aquecimento global a 2°C, em relação à temperatura média da Terra na época pré-industrial. A diferença entre os compromissos voluntários e a redução necessária nas emissões de gases de efeito estufa permite quantificar o que se espera em termos de elevação do nível de emissão dos países.

O formato do novo documento vinculante a ser firmado, em 2015, ainda não está estabelecido. No entanto, tudo indica que ele será aplicável a todos os países. Essa abordagem reforça o entendimento de que os países em desenvolvimento, em especial os emergentes, como Brasil, China e Índia, devem se juntar ao grupo de países com metas obrigatórias de redução de emissões.

Sr. Presidente, caminhando para o fim, fiz algumas propostas e recomendações que passo a relatar.

Após uma intensa agenda de debates, reconhecendo avanços importantes, mas com a convicção de que o País vem colocando o enfrentamento das causas e consequências da mudança do clima em segundo plano e ignorando a gravidade e a urgência da questão, formulamos o seguinte conjunto básico de recomendações aos Poderes Executivo e Legislativo, em todas as esferas de Governo – federal, estadual e municipal:

1. Desenvolver e implantar novas métricas para a aferição do progresso do País, que contemplem não apenas os indicadores econômicos tradicionais, como o Produto Interno Bruto, mas também outros relacionados a variáveis ambientais e sociais.

2. Apoiar as iniciativas internacionais de formulação e aplicação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e adaptá-los à realidade doméstica.

3. Concretizar os objetivos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, em especial os referentes aos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil e à integração dos princípios, dos objetivos, das diretrizes e dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima nas demais políticas públicas e programas governamentais.

4. Concluir e atualizar os planos setoriais de mitigação e adaptação, de modo que eles reflitam efetivamente as políticas públicas necessárias para o enfrentamento da questão e não sejam adaptações simplórias de planos preexistentes.

5. Promover a integração dos diversos planos setoriais de mitigação e adaptação, de modo que eles sejam formulados, executados, avaliados e controlados de modo coerente, coordenado e articulado.

6. Garantir o aporte de recursos ao Fundo do Clima, na quantidade adequada à dimensão dos desafios oferecidos pelas alterações climáticas e com a periodicidade necessária para conferir segurança à execução dos projetos financiados.

7. Aprovar um marco regulatório para regularizar o pagamento por serviços ambientais, inclusive com a criação e operacionalização de um fundo federal para financiamento dessas iniciativas.

8. Dotar o País de leis específicas para a preservação e a exploração econômica sustentável dos biomas ameaçados, como o Cerrado e a Caatinga.

9. Adotar medidas que garantam, cada vez mais, a segurança alimentar e nutricional da população, em especial dos mais vulneráveis à mudança do clima.

10. Estimular, financiar e apoiar iniciativas de sustentabilidade no agronegócio, nas pequenas propriedades e na agricultura familiar, inclusive por meio de desenvolvimento tecnológico e apoio logístico, com vistas a desonerar a cadeia produtiva e a aumentar o valor agregado da produção agrícola brasileira.

11. Ampliar a participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira, inclusive pela reestruturação do sistema de subsídios governamentais, ampliando o apoio às fontes solar, eólica, maremotriz e com base na biomassa.

12. Reforçar a atuação e o aporte de recursos financeiros para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, bem como fortalecer o Parlamento Amazônico, como meios de implementação de políticas conjuntas para a preservação e a exploração econômica sustentável daquele bioma.

Por fim, Sr. Presidente, reprimando, inclusive, nós vamos incluir no Anexo 1 deste relatório a consolida-

ção das audiências ocorridas na semana passada e nessa semana, onde os Srs. Parlamentares passam ou fazem as suas impressões sobre o clima.

E, ainda, é com grande pesar que eu destaco o falecimento, em 30 de janeiro passado, do meu amigo e ex-Deputado Moacir Micheletto, paranaense, como eu, membro do meu Partido, PMDB, e, até então, membro titular desta Comissão, a Comissão de Mudanças Climáticas.

Sr. Presidente, este é o relatório de maneira sintetizada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Eu abrirei o debate nesta comissão acerca do relatório para discussão e aprovação.

E queria iniciar fazendo as minhas considerações. Queria dizer, Sr. Relator, Senador Sérgio Souza, que V. Ex^a foi muito feliz na elaboração do seu relatório. Ele é fiel aos debates que esta Comissão fez ao longo deste ano. Nós realizamos 19 audiências públicas, as quais tiveram aqui debates intensos e enriquecedores, importantes para o Parlamento brasileiro, para o País e para o aprendizado de todos nós que aqui convivemos durante todo este ano. Nós tivemos sugestões que compuseram com fidelidade o seu relatório, que, com certeza, dará uma contribuição extraordinária para esta Casa de leis, o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado Federal e, com certeza, contribuirá para o Governo brasileiro cumprir suas metas de combate às consequências das mudanças climáticas e poder cumprir o papel institucional de promover políticas públicas nesse sentido.

Eu queria apenas destacar 3 questões das suas sugestões e acrescentar mais uma sugestão. Primeiro, que o seu relatório reflete, nas suas sugestões, uma preocupação que foi desta Comissão, que debatemos aqui intensamente, que é a necessidade de o Governo brasileiro cumprir e concluir os planos setoriais para que possa, dessa forma, ajudar o Brasil a cumprir suas metas de redução do gás do efeito estufa até 2020. É fundamental para o País que esses planos estejam concluídos e em operação plena, o que, com certeza, vai viabilizar a conclusão das nossas metas. Então, V. Ex^a colocou de forma muito feliz e fiel o que nós debatemos aqui.

Outra questão importantíssima que consta das suas sugestões é o financiamento, através do Fundo Clima, de projetos que possam manter as nossas florestas de pé, porque o desmatamento é a principal fonte de emissão de gás de efeito estufa, portanto, uma maior contribuição para as consequências climáticas, as consequências negativas. Então, é fundamental que haja financiamento para projetos. O Fundo Clima

precisa funcionar com eficiência e precisa ter recursos para agir.

E uma terceira questão importante é que o Governo do Brasil – do qual nós fazemos parte da base de sustentação, então, fico muito à vontade para dizer o que tenho para dizer aqui, é o Governo do meu Partido – precisa ter a coragem de debater com o Congresso Nacional e ajudar a aprovar aqui leis sobre o pagamento por serviços ambientais, é fundamental para ajudar a preservar os recursos naturais brasileiros e a combater as consequências da mudança climática. É necessário que quem cuida, quem tem suas propriedades e se coloca à disposição para manter a floresta de pé, precisa ser recompensado por isso. E é fundamental que a gente possa criar um mercado, a partir dos pagamentos dos serviços ambientais, que ajude a preservação dos recursos naturais e que possa também garantir que o Brasil lidere esse processo mundial de combate às mudanças climáticas.

E queria acrescentar, Sr. Relator, que, nas suas sugestões, constasse que esta Casa, os Líderes Partidários – porque esta Casa é um Colégio de Líderes –, o Presidente do Senado, da Câmara e todos nós, sobretudo nós, que fazemos parte desta Comissão, possamos trabalhar para que os projetos que tramitam nesta Casa, na Câmara e no Senado, de REDD+, sejam aprovados, do Senador Braga e da Deputada Rebecca Garcia, que possam ser aprovados e que a tarefa, no próximo ano, no primeiro semestre, seja que nós possamos ter prioridade para aprovar os projetos de REDD+, o que é fundamental nesse processo.

Por fim, eu só quero lhe tecer elogios, porque foi bastante, vou repetir a palavra que eu disse aqui porque acho que é importante, foi muito fiel ao debate que aqui foi feito e V. Ex^a teve a capacidade catalisadora de, no seu relatório, colocar todo o debate que foi feito nesta Casa. Portanto, declaro o meu voto favorável e quero lhe parabenizar pelo seu trabalho.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Digo a V. Ex^a que fico lisonjeado pelas considerações sobre o meu relatório e, se não houver nenhuma objeção de nenhum dos seus Parlamentares, acredito que não, mas da minha parte, já estará incluída nas recomendações desta comissão o relatório, e, no campo das recomendações, a recomendação aos presidentes e aos líderes do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, para que possamos votar, no ano de 2013, os projetos que V. Ex^a entende, como eu entendo, que são necessários para que possamos conservar, ou termos ações efetivas no combate ao desmatamento.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Senador. Aberto para discussão. (Pausa.)

Não havendo mais parlamentares para proferir manifestações, coloco em votação o relatório do Senador Sérgio Souza dos trabalhos deste ano de 2012 na Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Parabéns, Senador Sérgio, que nós possamos encaminhar esse relatório para os órgãos competentes, que as Presidências das duas Casas recebam oficialmente, que o Governo Federal, que a sociedade civil organizada e a comunidade científica possam ter acesso a esse documento que eu considero muito significativo da produção do Congresso Nacional Brasileiro acerca do combate às mudanças climáticas.

Eu queria, Senhoras e Senhores, Sr. Relator, que nós compuséssemos, nesta última reunião nossa... Eu gostaria de me inscrever – e sei que o senhor também está inscrito – para falar um pouco da nossa participação na Conferência das Partes, em Doha, para prestar conta ao Parlamento brasileiro das nossas atividades lá, para prestar conta à sociedade brasileira, e para, também, compor os Anais desta comissão o discurso que aqui passo a proferir.

Sr^{as}s e Srs. Deputados e Senadores, Senhoras e Senhores que assistem a esta reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, na última semana, tive a honra de compor a delegação de Parlamentares que representaram o Brasil na 18^a Conferência das Partes do Protocolo de Quioto, principal instrumento da convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas, o regime internacional voltado para emissões de gases de efeito estufa, consideradas pelos cientistas como a principal causa das aparentes alterações no clima global.

Essa conferência é de extrema importância para o futuro da humanidade. Às vésperas de embarcarmos para Doha, no Catar, onde aconteceu o evento, o Banco Mundial publicou detalhado trabalho científico mostrando as evidências que apontam para um possível aumento da temperatura média do Planeta em 5°C nos próximos 100 anos. Pode parecer pouco, mas não é.

Os mesmos estudos estimam que a última glaciação, que terminou há mais ou menos 15 mil anos, foi deflagrada por uma variação média de temperatura global pouca coisa maior do que os 5º previstos para o final do século XXI. Os impactos na economia global de um aumento de temperatura média do Planeta já foram estimados há algum tempo e sabemos, desde 2006, quando da publicação do relatório externo, encomendado pelo governo britânico a Nicolas Stern, economista do Banco Mundial sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos que o custo de prevenir a alteração

climática seria alto e que os países desenvolvidos precisariam aportar apesar dos recursos para reduzir as suas emissões e também para ajudar aos países menos desenvolvidos a transitar para um padrão de desenvolvimento mais limpo.

Uma das principais conclusões a que chega o relatório é que o investimento de apenas 1% do PIB mundial se pode evitar a perda de 20% do mesmo PIB num prazo de simulação de 50 anos. Infelizmente, os países desenvolvimento, os maiores responsáveis pelas emissões de hoje e pelo estoque de carbono depositado na atmosfera desde o início da Revolução Industrial falharam no compromisso assumido de reduzir suas emissões em 5%, até 2012, e vamos todos ter de enfrentar os altíssimos custos da mitigação e da adaptação à mudança climática, que, ao que tudo indica, já começou. Também falharam, diante do princípio internacional de que as obrigações das nações são comuns, porém, diferenciadas, ao não aportarem os recursos necessários suficientes para que os fundos internacionais, criados pelo Protocolo de Quioto, pudesse cumprir sua missão de financiar as reduções das emissões dos gases de efeito estufa, em todo o mundo.

Foi assim que chegamos a Doha, com enorme esperança de renovados e maiores compromissos dos países desenvolvidos, para reduzir as emissões de gases, levando na mala o sucesso que o Brasil vem tendo em reduzir suas emissões, a partir do compromisso voluntário assumido pelo Presidente Lula e mantido pela Presidente Dilma de reduzir nossas emissões, até 2020.

Nos últimos 10 anos, segundo o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Brasil reduziu as suas emissões causadas por queimadas em 2,2 bilhões de toneladas de CO₂. Em termos absolutos, isso é muito mais do que todos os países desenvolvidos juntos tinham prometido na primeira fase do Protocolo, e até hoje não cumpriram. Apesar dos apelos do Secretário Geral da ONU para que os países desenvolvidos assumissem honestamente a sua responsabilidade histórica pelo aquecimento global, sabíamos, desde o início, das dificuldades de um novo acordo que resultasse em efetivos compromissos de redução das emissões de gases de efeito estufa.

O mundo desenvolvido, apesar de reconhecer a sua responsabilidade maior, continua insistindo em obter compromissos de redução das emissões de alguns países em desenvolvimento, especialmente a China, o maior emissor, atualmente.

Terminada a Conferência, que durou 10 dias e teve a participação de 195 países, na madrugada de sábado, dia 8 de dezembro, foi possível celebrar a re-

novação do Protocolo de Quioto, até 2020, mantida a obrigação dos países desenvolvidos com a redução das emissões dos gases de efeito estufa.

Mais uma vez, dois dos grandes poluidores mundiais, Estados Unidos e China, não aderiram ao Protocolo. Além deles, outros grandes emissores de gases de efeito estufa – Japão, Rússia, Canadá e Nova Zelândia –, que haviam aderido ao primeiro Protocolo, dessa vez, se recusaram a assiná-lo, usando a desculpa de que os países emergentes também deveriam ter obrigações a cumprir.

Do grupo de países do Anexo I, comprometidos com as metas do Protocolo, restaram 36 países: Austrália, Noruega, Suíça, Ucrânia e todos os integrantes da União Europeia. Juntos, eles respondem por apenas cerca de 15% do total de emissões de gases de efeito estufa de todo o mundo.

A renovação do Protocolo de Quioto, que mantém as metas da primeira fase do tratado, também inclui no texto o financiamento de US\$10 bilhões por ano, a serem doados pelos países desenvolvidos, para auxiliar no combate às mudanças climáticas, nas nações em desenvolvimento. Esse número já havia sido acordado, em 2009. Entretanto, os países desenvolvidos deixaram de apresentar um planejamento de como eles vão chegar à soma dos US\$100 bilhões por ano, que é prevista a partir de 2020, pelo mesmo acordo.

O Protocolo de Quioto perderá a sua validade em 2020 e, até lá, precisaremos construir um novo acordo que estabeleça metas para todas as nações. Temos uma agenda para os próximos anos, e não poderemos desperdiçar novas chances de avançar na direção de evitar o aparente aquecimento global.

Já em abril de 2013, teremos uma reunião em Bonn, na Alemanha, preparando a próxima grande reunião que será em Paris, em 2015. Resta-nos, assim, alguma esperança de que esse acordo, mesmo que insuficiente, possa representar uma chance de obtermos, até 2015, um acordo que, de fato, obrigue os países desenvolvidos a reduzirem suas emissões.

Tenho certeza de que, se países como a China e a Índia seguissem o exemplo do Brasil, teríamos mais possibilidade de sucesso, para obrigar os países mais ricos a também cumprirem com as suas obrigações junto ao Protocolo de Quioto.

Quero, agora, falar um pouco sobre a minha participação na COP 18. No sábado, dia 1º de dezembro, tive a oportunidade de falar na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-18) sobre o sistema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), no Brasil, tratando do marco legal, do arcabouço institucional e das perspectivas de ação, com vistas à preservação das florestas.

Como Presidente desta Comissão, falei sobre os principais avanços nas leis sobre governança florestal e economia verde durante o primeiro fórum da Iniciativa de Florestas dos Legisladores da Globe International, organização internacional de parlamentares. Esse fórum é composto por países que têm grandes áreas de florestas como o Brasil, o México, a Indonésia e a República Democrática do Congo.

Na palestra que fiz, apresentei um quadro geral da atual situação das florestas brasileiras, destacando a redução do desmatamento na Amazônia, conforme compromisso assumido pelo Governo do Brasil na COP-15, e da série de iniciativas legislativas federais, que instituíram, entre outras leis, o Sistema Nacional de REDD+, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Programa Bolsa Verde.

Fiz também um relato sobre as legislações estaduais sobre meio ambiente e a interface entre as ações de proteção das florestas e as leis sobre mudanças climáticas e sobre a atuação institucional do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Durante o debate, com enorme satisfação pude ouvir, juntamente com o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB, que também integrou a comitiva brasileira, elogios ao Brasil, tanto pelos projetos que tramitam no Congresso Nacional, quanto pelas ações governamentais.

No dia seguinte, dia 2, participei também, como palestrante, da sexta edição do Dia da Floresta, chamado Forest Day, organizado por membros da Colaboração em Parceria pelas Florestas – CPF e coordenado pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal – Cifor. A CPF é composta por 14 organizações membros que promovem o desenvolvimento, a conservação e a gestão sustentável de todos os tipos de florestas, promovendo o fortalecimento do compromisso político para esse fim.

Dentre seus parceiros destaco a Globe International, articulação mundial de parlamentares pelo meio ambiente e sustentabilidade, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma e o Banco Mundial.

Falando em uma mesa de debates sobre gestão florestal e mudanças climáticas, abordei quatro pontos principais: as responsabilidades dos países na redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa; a ação governamental brasileira na gestão florestal, notadamente no combate ao desmatamento na Amazônia, e na governança sobre mudanças climáticas; o

andamento dos projetos do sistema de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD+) no Parlamento Brasileiro; e o papel de debate e fiscalização da sociedade civil e as contribuições das instituições académicas e científicas.

Ao falar das responsabilidades dos países diante das emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, ressaltei que é fato que os países desenvolvidos têm maior responsabilidade histórica em relação às causas da mudança do clima, sendo também detentores das melhores condições tecnológicas, financeiras e institucionais de lidar com a questão. É preciso que esses países auxiliem os mais pobres a desenvolverem suas capacidades, pois mesmo com a criação do Protocolo de Quioto, em 1990, foram insuficientes as ações de combate às causas da mudança do clima.

Ficou evidente, durante a COP-18, que a atual polarização do debate internacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre as metas de redução da emissão de gases não contribui para a superação dos impasses na discussão sobre o clima. Precisamos encontrar caminhos convergentes para superação da crise climática. Já deveria estar evidente o caráter insustentável do modelo de desenvolvimento adotado pelos países já desenvolvidos e almejado pela grande maioria dos países em desenvolvimento.

Com esse espírito, defendi a adoção de medidas alternativas, inovadoras e convergentes, buscando soluções que deveriam aproveitar a oportunidade proporcionada pela atual crise para estimular setores da economia de baixo carbono. É preciso encontrar um meio termo entre o conservadorismo das respostas econômicas tradicionais e a vanguarda representada, por exemplo, pelo incentivo às fontes alternativas de energia. O mundo precisa de coragem para promover os avanços necessários. O futuro não nos perdoará se falharmos nessa missão.

No âmbito da COP-18, o evento sobre florestas proporcionou um fórum único para discutir as políticas nacionais e o papel que as florestas devem desempenhar na transição para uma economia verde e para o desenvolvimento sustentável.

Na ocasião, juntamente com os Senadores Antônio Carlos Valadares, Jorge Viana e Aníbal Diniz, tivemos oportunidade de debater com colegas legisladores de outros países os desafios jurídicos que enfrentamos, reconhecendo os benefícios de partilhar nossas experiências e promover um melhor intercâmbio sul-sul, partilhando conhecimentos entre os parlamentos.

Junto com José Ipalaka, da República Democrática do Congo e Maria Isabel Ortiz, congressista do México, tive oportunidade de apresentar a todas as delegações de parlamentares que participaram do

fórum a experiência brasileira de redução do desmatamento na Amazônia.

Todos nós reconhecemos que os parlamentos nacionais e os legisladores têm um papel cada vez mais importante a desempenhar na criação de legislação capaz de reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal, que chamamos de REDD.

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Brasileiro, destaquei os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre REDD+.

Apesar de apontar o sucesso recente do Brasil em reduzir o desmatamento, mantendo o crescimento econômico, sublinhei que precisaremos trabalhar duro para que tais Projetos de Lei sejam aprovados o mais rápido possível, a fim de instituirmos o REDD+ como uma política pública nacional.

Outro ponto que destaquei junto à assembleia da GLOBE, junto aos participantes do Forest Day e da COP-18 é a necessidade de aprovarmos e incrementarmos as políticas públicas de pagamento por serviços ambientais.

Quero concluir este pronunciamento reforçando um ponto fundamental de minha intervenção em Doha: mesmo não tendo metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa, o Brasil assumiu na 15ª Conferência das Partes, em Copenhague, objetivos voluntários de mitigação. Esse compromisso internacional foi incorporado ao ordenamento jurídico interno brasileiro e hoje constitui obrigação legal no plano doméstico. Como já disse antes, isso é um exemplo para todo o mundo.

Tive oportunidade de dizer, em alto e bom tom, perante o mundo, que o Governo brasileiro já reduziu em 30,4% suas emissões globais de gases do efeito-estufa. Tendo em vista nossa meta voluntária máxima de 38,9%, até 2020, isso significa que já atingimos 78% da meta oito anos antes do prazo estipulado.

Outra realização do Governo brasileiro, resultante da atuação do Congresso Nacional, que tive oportunidade de apreciar perante parlamentares de todos os continentes, é a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que, junto com os planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, compõem um conjunto de medidas de extrema relevância.

Esses planos abrangem setores da economia tão diversos como energia, indústria, agricultura, transportes e mobilidade urbana, siderurgia, mineração e saúde, e têm como objetivo reduzir drasticamente os índices de desmatamento; em 80% na Amazônia Legal e em 40% no Cerrado.

Há ainda outras metas relacionadas à recuperação de pastagens degradadas, o que reduz as pressões antrópicas sobre áreas com vegetação nativa; ampliação do sistema de integração iavoura-pecuária-floresta e expansão do plantio de florestas.

Neste contexto, pude mostrar que os índices de desmatamento na Amazônia apurados entre julho de 2011 e junho de 2012 foram quase 80% inferiores ao pico verificado em 2004, e desde 2006, as emissões de dióxido de carbono decorrentes do desflorestamento foram reduzidas em aproximadamente 50% em relação à medida histórica. Quando examinamos a taxa estimada em 2012, verifica-se uma redução de 27% em relação a 2011.

É assim que o Poder Legislativo tem contribuído de maneira decisiva para alcançar as metas de redução da emissão de gases do efeito estufa e nossa comissão mista tem trabalhado para a qualificação do debate parlamentar acerca da mudança do clima, auxiliando na formulação de leis, incisivas das leis orçamentárias, e na fiscalização do Poder Executivo na implementação da Política e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Quero exortar a todos os meus colegas do Congresso Nacional a nos debruçarmos mais amiúde sobre a necessária criação de estruturas legais para regulamentar, na esfera nacional, o mecanismo REDD+ e o pagamento por serviços ambientais, pois tenho a convicção de que instrumentos económicos são imprescindíveis para a mudança dos padrões de comportamento das famílias, do setor produtivo e dos governos.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2012.

E assim eu encerro as minhas atividades como Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional do ano de 2012.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Uma vez concluído o relatório, que vai encartado ao pronunciamento de V. Ex^a e também à audiência da última reunião, da reunião da semana passada, quando esteve aqui o Embaixador Corrêa do Lago, passando as suas impressões sobre a Conferência do Clima e também dados dessa reunião, nós vamos encaminhar à Gráfica do Senado para, após as correções terem sido feitas, a impressão desse relatório. E, conforme sugestão desta relatoria e aprovado pelos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão, vamos encaminhar aqui no Congresso Nacional, a todos os líderes, como V. Ex^a sugeriu, para que tomem conhecimento das recomendações desta Comissão; nós vamos encaminhar, além do Presidente do Senado, Presidente do Congresso, Presidente da Câmara,

também a todos os componentes desta Comissão, titulares e suplentes, também as comissões afins, da Câmara e do Senado, como Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Meio Ambiente, às Comissões de Ciência e Tecnologia, que tratam desses temas durante o ano legislativo. Vamos encaminhar também aos Ministérios do Governo Federal, Ministérios afins, para que tomem conhecimento dos trabalhos desta Comissão e as proposições sugeridas por esta Comissão. Vamos encaminhar também aos governadores de Estados, aos presidentes ou as assembleias legislativas, aos Municípios de capitais. Não dá encaminharmos a todos os Municípios brasileiros, mas vamos encaminhar aos Municípios e às câmaras de vereadores das capitais do Brasil, e algumas universidades e algumas instituições que nós entendemos que são aquelas que estão envolvidas diretamente com a questão da mudança do clima.

Mas, antes de V. Ex^a encerrar os trabalhos desta Comissão, neste ano, eu gostaria de tecer algumas considerações e impressões colhidas durante o tempo dos nossos trabalhos.

Eu já manifestei, e repito, a minha preocupação com o desinteresse do Parlamento, do Poder Executivo, do Poder Judiciário no que diz respeito às questões relacionadas às mudanças do clima. Nós ficamos muito acesos, ávidos quando temos um desastre natural, como os que ocorreram no ano que passou no Rio de Janeiro, anteriormente no Estado de Santa Catarina, como nós presenciamos uma das maiores secas das últimas décadas no Nordeste neste ano, seca o ano passado e retrasado no Paraná, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, causando prejuízos de bilhões de dólares à Nação brasileira; secas como essa dos Estados Unidos, ocorrida no ano de 2012, que elevou o preço das *commodities* agrícolas que afetou a mesa do consumidor brasileiro e do mundo inteiro, não tenham dúvidas disso; desastres como os ocorridos nos Estados Unidos, no Japão e tantos outros que nós não podemos negar, tem o efeito da mudança do clima.

Na Conferência das Partes Sobre o Clima, em Doha, eu ouvi a manifestação de alguns países, os Aosis, que são os países que poderão ficar sem território. Imagina um país não ter um território, que agonia que deverá ser para esses países se nós tivermos um aquecimento global superior a 2° Celsius. A meta das Nações Unidas, a meta das conferências sobre o clima é não chegarmos a um aquecimento superior a 2° Celsius. Mas, como V. Ex^a bem colocou no início do seu pronunciamento, foi para Doha com uma impressão, com uma notícia de que nós podemos chegar a mais 5° Celsius, e mais 2° Celsius até 2100. Nós estamos falando em mais 5, ou mais 4, muito antes disso.

Então, nós temos nos preocupar sobre sustentabilidade; nós temos que rever, realmente, os nossos padrões, porque hoje nós temos sobre o Planeta 7 bilhões de pessoas e seres humanos, segundo dados da ONU. Mas, segundo a mesma ONU, nós teremos em 2050, daqui a 38 anos, mais 2 bilhões de seres humanos sobre o Planeta. Olha o tamanho do impacto ambiental que isso irá causar.

Precisamos alimentar essa população toda. Para os alimentarmos, temos de utilizar os recursos naturais do Planeta. As pessoas comem, vestem, consomem; é natural. Nós temos que causar um equilíbrio econômico e social. Como vamos buscar esses desafios todos? Qual é o impacto sobre o Planeta e ainda com essas metas de + 2°C, que acho que é uma meta pretensiosa, difícil de ser alcançada? Mas o que nós temos de fazer? Temos de adotar medidas, como o Brasil vem adotando, cumprindo suas metas, anos, quase uma década, antes do vencimento, para redução dos gases de efeito estufa emitidos na Camada de Ozônio.

O Brasil tem feito sua parte. Mesmo não estando naquele grupo de países com metas obrigatorias, o Brasil tem feito a sua parte. Acreditamos que ele venha a adentrar o grupo de países com metas obrigatorias, a partir de 2015. Mas, até então, não temos esse compromisso, mas ele tem feito a sua parte. Por exemplo, com a edição de um Código Florestal Brasileiro, que vai ser exemplo para o Planeta, porque nós não só estamos diminuindo o desmatamento, e vi um gráfico apresentado pela Ministra Izabella Teixeira durante sua explanação na COP-18, em Doha, onde ela mostra que, em 2004, o Brasil desmatava perto de 30 mil km² e nós vamos chegar em 2012 com menos de 5 mil km². Isso é algo que o Brasil está fazendo, que dá orgulho ao cidadão brasileiro.

No entanto, mesmo assim, vejo muito desinteresse, porque nós estamos com as nossas dificuldades econômicas, sim, o PIB brasileiro, da forma como é medido, não chega a 2% em 2012. Isso é temerário, influência direta de uma crise que começou em 2008 nos Estados Unidos e se agravou na Europa em 2011 e 2012. Os países desenvolvidos ou tidos como desenvolvidos, principalmente os da Zona do Euro, têm como prioridade a economia interna de seus países e compromissos globais, como esses que são a nossa meta de redução ou de mitigação ou de estagnação das emissões de gases de efeito estufa. Eles são comprometidos no momento em que o econômico vem em primeiro lugar.

Então, encerrar os trabalhos deste ano, parabenizando V. Ex^a pela condução dos trabalhos desta Comissão, que foram profícuos e atingiram seu objetivo. Fizemos quase duas dezenas de reuniões desta

Comissão durante o ano legislativo, mesmo sendo um ano eleitoral, em que tivemos aqui no Congresso uma paralisação ou uma diminuição dos trabalhos. V. Ex^a conduziu com maestria, organizou, trouxe os convidados, fez com que acontecessem as reuniões necessárias para chegarmos a esse relatório.

Parabéns, sucesso em sua carreira política e defende sempre a biodiversidade, a sustentabilidade do nosso Planeta e do nosso País.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Muito obrigado, Senador Sérgio, pelas suas palavras generosas.

Aqui, para concluir, temos dois requerimentos, que quero apresentar para votarmos.

Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e minha, em conjunto, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2012

Requeiro, nos temos regimentais, realização de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no próximo ano, obviamente, sobre a formação e participação do Brasil na Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), que tem sede em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, com os seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Ministério das Relações Exteriores; representante do Ministério de Minas e Energia, e representante da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena).

Autoria: Márcio Macêdo e Senador Antonio Carlos Valadares

Só para defender, essa é uma instituição que está abrangendo mais de 120 países no mundo inteiro, que estão debatendo e discutindo as fontes de energias renováveis, de que o Brasil não era signatário, mas que está em debate para tornar-se. Gostaríamos de fazer esse debate aqui no Congresso, visitamos, eu o Senador Antonio Carlos Valadares, e é um trabalho extraordinário. Inclusive, eles estão fazendo um atlas mundial sobre energia renovável. Onde está sendo feita? E onde está tendo? Então, eu acho que, como no início não estava incluída biomassa, o Brasil não tinha sido signatário. Como agora eles já incluíram na sua atuação, eu acho que é o momento de o Brasil poder contribuir e a Irena também ajudar o País com as suas experiências no sentido de aumentar na nossa matriz energética a participação nas energias renováveis.

Então, coloco em votação o requerimento. (Pausa.) Não havendo parlamentares contrários, aprovado.

E um outro requerimento de minha autoria, a partir dessas discussões que houve na COP-18. Sobretudo pela necessidade de uma discussão mais aprofundada para o acordo de 2015, quando, com certeza, o debate vai estar centrado na possibilidade de os países emergentes também assumirem compromissos, eu estou fazendo um requerimento, que passo a ler.

REQUERIMENTO Nº 10 , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, autorização para participação na Comissão Mista Sobre Mudanças Climática na 1ª Cúpula da Globe sobre Legislação do Clima, a ser realizada em Londres, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2013.

Autoria: Márcio Macêdo

Subsidiada com as escolas Universidade de Londres e com os estudos da Rede de Desenvolvimento do Conhecimento Sobre o Clima, a Cúpula fará os debates para começar a preparar a intervenção nos parlamentos do mundo inteiro nesse acordo para 2015.

Gostaria de debater o requerimento, para que fosse colocado aqui em votação.

Está aberta a discussão. (Pausa.)

Não havendo parlamentares contrários, aprovado.

Antes de encerrar os trabalho da nossa Comissão, Sr. Relator, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 20ª Reunião. Hoje estamos completando 2 dezenas de reuniões feitas por esta Comissão, num esforço nossa da Mesa, deste Presidente, do Relator e da Vice-Presidente, para que nós pudéssemos,

mesmo num ano eleitoral, manter o nosso calendário de debates de audiências públicas.

Então, os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Queria, para finalizar, em meu nome, em nome da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Sérgio Souza, agradecer aos técnicos e consultores do Senado, e da Câmara, nas pessoas de Tomé, de Roseli, do Flávio, de Antonio Francisco, de todos os que ajudaram nos trabalhos durante este ano inteiro e que ajudaram que o nosso Relator pudesse ter a fidelidade para compor esse relatório. Então, os técnicos desta Casa, do Senado e da Câmara, foram muito importantes para desenvolver o nosso trabalho.

Então, em nome da Mesa da Comissão, do meu, do Senador Sérgio, da Senadora Vanessa, quero agradecer a todos vocês. Agradeço também, em nossos nomes, à equipe da TV Senado, que cobriu de forma intensa todos os nossos debates, os nossos trabalhos. Agradeço ao jornalistas que cobriram as nossas reuniões, aos técnicos das instituições não governamentais que tratam do tema, às assessorias das instituições governamentais que tratam do tema e à sociedade, que nos acompanhou neste ano de trabalho.

Então, muito obrigado a todos. Um feliz Natal e um Ano Novo de muita paz, saúde e muito trabalho para combater as consequências negativas das mudanças climáticas.

Muito obrigado a todos e um bom final de ano para todos nós.

Declaro encerrados os trabalhos da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas no ano de 2012.

(Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



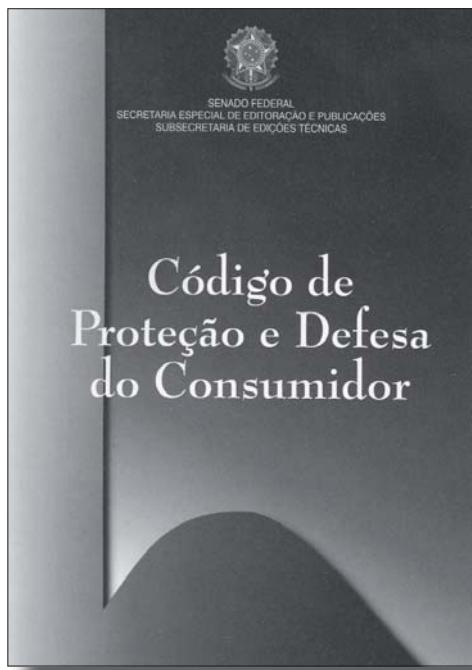
Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui os dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 58 páginas

(OS: 16688/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

